



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

Plurifuncionalidade pragmático-semântica do morfema *só* na Variedade Angolana do Português

Kimavuidi Anacleto José Ferreira

**Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Estudos Lusófonos
(2º ciclo de estudos)**

Orientador: Professor Doutor Paulo Osório

Covilhã-UBI, junho de 2018

DEDICATÓRIA

À Maria Helena (suporte das minhas lutas e conquistas);
à Lizlei (companheira incondicional);
ao Lindley (meu verdadeiro campeão);
à Wendy e ao Yandy (por quem tanto anseio)!

AGRADECIMENTOS

Depois de uma longa e árdua jornada com investimento direto ou indireto de entidades singulares e/ou coletivas para a consecução de um determinado objetivo, a expressão do reconhecimento a essas entidades torna-se uma necessidade sublime. É com esta necessidade que tentaremos esboçar o quão gratos nos sentimos, embora reconheçamos que a nossa intenção será mesmo só uma tentativa, porque sabemos que a dimensão dos sentimentos é incomensuravelmente maior em relação àquilo que as palavras possam expressar.

Assim, é com a intenção de manifestar o expresso sentimento de gratulação que começamos, primeiro, por reconhecer que esta conquista acadêmica não é apenas fruto do nosso esforço e querer. Pois, por muito que quiséssemos, não a teríamos conseguido, se não fosse pela soberana vontade de Deus, que nos tem concedido saúde e serenidade, para que, nos momentos difíceis, olhemos para frente, sem, jamais, pensar em desistir da jornada: obrigado, Jeová.

Se, por um lado, houve, lá do ‘alto’, a supervisão do Supremo, por outro, houve, ‘cá’ entre nós, a manifesta confiança depositada pelo professor Paulo Osório, a quem consignamos a tutoria da nossa dissertação, e com quem foi um privilégio trabalhar, não só pela acuidade, atenção e solicitude demonstradas ao longo deste árduo processo investigativo, mas também pela exigência e pelo rigor científico. Desde já, cordiais agradecimentos, professor.

Jamais deixaríamos de tecer uma palavra de gratidão à UBI (Universidade da Beira Interior); às suas bibliotecas (e funcionários) em geral, pela eficácia do labor que prestam; ao serviço de Empréstimo Interbibliotecas (EIB), na pessoa da Dra. Olga Abrantes, pelo dispor; aos SASUBI (Serviços de Ação Social da UBI), pela hospitalidade, e ao Departamento de Letras, muito singularmente, por ter estado sempre atento às nossas mais diversas necessidades do saber.

Ao Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-Luanda), particularmente ao Departamento de Língua Portuguesa, estendemos os votos sinceros de gratuidade, por, ao nos indicar para esse projeto formativo, depositar confiança em mais um ‘filho da casa’, ‘produto seu’, e acreditar que faríamos jus às exigências deste laborioso exercício do saber.

À Direção Geral da escola Padre Inácio Tambu, por ter anuído à nossa ausência, durante o período de formação, endereçamos igualmente sinceros agradecimentos.

Por outro lado, mais do que um ganho nosso, esta dissertação é, reconhecidamente, da minha¹ família, que, tendo abdicado da nossa presença, aceitou o sacrifício da ausência, por dois longos e sofridos anos, tendo jamais deixado de nos prestar o seu apoio. Saiba, pois, que vem do mais íntimo, e de forma muito especial, o sentimento de gratidão, por todo o auxílio incondicional.

¹ Permita-nos o leitor a incoerência, mas é-nos mais confortável e até coerente, especificamente no caso em questão, a substituição do plural de modéstia.

Por último, porém, não menos importante, um singelo reconhecimento a todos os colegas e amigos que, de uma forma ou de outra, nos prestaram o seu apoio, com sugestões bastante pertinentes, os mesmos colegas e amigos com quem, durante os dois anos, partilhamos bons e inesquecíveis momentos, não deixando, jamais, de nos brindar com o seu companheirismo e incentivo, mesmo nos períodos menos ditosos por que passamos. Se hoje subimos mais um 'degrau da escada do saber', é, também, graças a vocês.

Muito obrigado a todos!

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAF - Ato Ameaçador da Face

Adj. - Adjetivo

Adv. - Advérbio

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

DT - Dicionário Terminológico

ILN - Instituto de Línguas Nacionais

INE - Instituto Nacional de Estatística

LA - Língua Alvo

LAs - Línguas Africanas

LB - Língua (s) Bantu

LO - Língua Oficial; Língua de Origem (conforme o contexto);

LN - Língua Nacional

LnL - Línguas não Bantu

LP - Língua Portuguesa

Maad - modificador de atenuação dos atos diretivos

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PB - Português Brasileiro

PE - Português Europeu

RDC - República Democrática do Congo

RNA - Rádio Nacional de Angola

Sub. - Substantivo

TPA - Televisão Pública de Angola

VAP - Variedade Angolana do Português

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Procedimentos de atenuação estritamente pragmática.....	47
Tabela 2: Procedimentos de atenuação semântico-pragmática	48
Tabela 3: Procedimentos de atenuação dialógica	48
Tabela 4: Intensificadores léxicos	58
Tabela 5: Intensificadores semânticos	58
Tabela 6: Intensificadores estilísticos.....	58

RESUMO:

As palavras, como se sabe, servem para nomear o mundo. Mas como as nomeações surgem, como se consolidam e de que forma os seus significados são reciclados para produzirem novos significados (quer por extensão quer por restrição), depende muito do contexto social em que as mesmas são usadas. Assim, a ‘plasticidade’ ou extensão semântica constitui um campo dos estudos linguísticos que tem sido objeto de reflexão desde a Antiguidade. Por ser um assunto pertinente, a linguística contemporânea, através da Semântica e da Pragmática, tem-se dedicado cada vez mais ao estudo do significado, o qual, em termos pragmáticos, é feito relacionando-o com o falante, ao passo que em semântica o mesmo é definido como propriedade das expressões de uma determinada língua. A presente dissertação pretende fazer uma abordagem pragmático-semântica do morfema gramatical só na variedade angolana do português. A razão subjacente ao estudo do tema deve-se ao fato de o referido morfema assumir, naquela variedade africana do português, valores funcionais muito distintos dos que a gramática tradicional lhe atribui, como, por exemplo, o de fórmula de cortesia e de expressão intensificadora, fruto do contato entre a língua portuguesa e as línguas africanas faladas em Angola. É, portanto, com o objetivo de, por um lado, analisar o funcionamento do morfema só e, por outro, de contribuir para a divulgação das particularidades da variedade angolana do português que a presente dissertação foi concebida.

Palavras-chave: Variedade Angolana do Português, cortesia, atenuação, intensificação, morfema.

ABSTRACT

Words, as known, serve to name the world. But how appointments arise, how they are consolidated and how their meanings are recycled to produce new meanings (whether by extension or by constraint) depends very much on the social context in which they are used. Thus, 'plasticity' or semantic extension constitutes a field of linguistic studies that has been object of reflection since antiquity. Because it is a pertinent subject, contemporary linguistics, through Semantics and Pragmatics, has been increasingly dedicated to the study of meaning, which, in pragmatic terms, is done by relating it to the speaker, while in semantics it is defined as the property of the expressions of a given language. The present dissertation intends to make a pragmatic-semantic approach of the grammatical morpheme only in the Angolan Portuguese variety. The reason underlying the study of this theme is due to the fact that the morpheme assumes, in African Portuguese variety, functional values very different from those attributed by traditional grammar, such as the formula of courtesy and intensifying expression, fruit of the contact between the Portuguese language and the African languages spoken in Angola. It is, therefore, with the objective of, on one hand, to analyze the operation of the morpheme only and, on the other, to contribute to the divulgation of the particularities of the Angolan Portuguese variety that the present dissertation was conceived.

Keywords: Angolan variety of Portuguese, courtesy, attenuation, intensifies, Morpheme

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	iv
ÍNDICE DE TABELAS	v
RESUMO:	vi
ABSTRACT	vii
ÍNDICE	viii
INTRODUÇÃO	1
0.1. Justificação da escolha do tema	1
0.2. Objetivos	3
0.3. Relevância.....	3
0.4. Estrutura da Dissertação.....	4
CAPÍTULO I – BREVE ABORDAGEM SOBRE O PANORAMA LINGÜÍSTICO ANGOLANO	6
1.1. Situação linguística do Português em Angola antes da independência	7
1.2. Situação atual da Língua Portuguesa em Angola	9
1.3. As Línguas Africanas no contexto linguístico angolano	13
1.4. Línguas Bantu	14
1.4.1. Características gerais das Línguas Bantu.....	17
1.5. Línguas não Bantu - características gerais	18
1.6. Operacionalização das Línguas Africanas em Angola	19
1.6.1. O Kimbundu - sua importância no contexto geolinguístico angolano	21
1.7. Interferências lexicais do Kimbundu na VAP	22
CAPÍTULO II – ATOS ILOCUTÓRIOS E PRINCÍPIOS DE CORTESIA LINGÜÍSTICA	27
2.1. Introdução.....	27
2.2. Atos de fala	31
2.2.1. Tipologia dos atos ilocutórios	33
2.2.1.1. Atos ilocutórios assertivos	35
2.2.1.2. Atos ilocutórios declarativos.....	36
2.2.1.3. Atos ilocutórios declarativos assertivos.....	37
2.2.1.4. Atos ilocutórios compromissivos (ou comissivos)	37
2.2.1.5. Atos ilocutórios expressivos	38
2.2.1.6. Atos ilocutórios diretivos	38
2.3. Cortesia linguística	41
2.4. Atenuação (ou mitigação)	44
2.4.1. Funções da Atenuação.....	46
2.4.2. Estratégias de atenuação em português.....	48

2.4.2.1. Cortesia verbal	49
2.4.2.1.1. Imperfeito de cortesia	50
2.4.2.1.2. Condicional	50
2.4.2.1.3. Frases interrogativas (diretas e indiretas ‘dissimuladas’)	51
2.4.2.1.4. Infinitivo impessoal.....	52
2.4.2.1.5. Fórmula de cortesia por favor	52
2.4.2.1.5.1. Propriedades sintagmáticas da fórmula de cortesia por favor	53
2.4.2.1.6. A condicional se faz (o) favor	54
2.4.2.2. Implicação (ou implicatura) conversacional	54
2.5. Intensificação.....	55
CAPÍTULO III – PLURIFUNCIONALIDADE PRAGMÁTICO-SEMÂNTICA DO MORFEMA SÓ NA VARIEDADE ANGOLANA DO PORTUGUÊS	61
3.1. Metodologia	61
3.2. Estrutura do <i>corpus</i>	63
3.3. Conceptualizações léxico-morfosssemânticas	64
3.3.1. Neologia e extensão semântica.....	65
3.3.2. Ambiguidade e vagueza.....	66
3.3.3. Homonímia e polissemia	67
3.3.4. Morfema.....	70
3.3.4.1. Conceptualização de morfema	70
3.3.4.2. Classificação dos morfemas	72
3.3.4.2.1. Morfemas lexicais ou lexemas	73
3.3.4.2.2. Morfemas gramaticais.....	73
3.3.4.2.3. Morfemas autónomos	74
3.3.4.2.4. Morfemas dependentes ou não autónomos	75
3.3.4.2.5. Morfemas funcionais	76
3.3.4.2.6. Morfemas livres.....	76
3.3.4.2.7. Morfemas presos ou formantes.....	77
3.4. Classificação do morfema só na perspetiva tradicional	79
3.4.1. Advérbios	79
3.4.1.1. Advérbio de exclusão	80
3.4.1.1.1. Características do morfema só adverbial.....	81
3.4.2. Adjetivo	82
3.4.2.1. Características do morfema só adjetival	82
3.5. Análise do morfema só – tentativa de classificação morfemática.....	83
3.6. Plurifuncionalidade do morfema só – apresentação e análise do <i>corpus</i>	84

3.6.1. Fórmula de cortesia	85
3.6.2. Atenuador	89
3.6.3. Intensificador ou expressão expletiva	90
3.6.4. Constituinte conetivo	91
3.6.5. Valores ambíguos.....	92
CONCLUSÃO	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98

***De todos os elementos linguísticos, o significado é,
provavelmente, o que menos resiste à mudança.***

Stephen Ullmann,
Semântica, Uma Introdução à Ciência do Significado

INTRODUÇÃO

0.1. Justificação da escolha do tema

O interesse pela origem do significado das palavras remonta à Antiguidade, onde “toma lugar em Etimologia a célebre controvérsia sobre a origem natural ou convencional das mesmas” (Ducrot & Todorov, 1982:66). A corrente naturalista (cujos ideais eram antagônicos aos da convencionalista) defendia que existe uma relação intrínseca entre o som e o sentido, ao passo que a outra acreditava que a relação entre o significante e o significado é puramente arbitrária², teoria igualmente defendida por Saussure (1978:124). Contudo, não sendo a arbitrariedade do signo linguístico o foco deste trabalho, convém apenas referir que, apesar de o interesse pelo significado das palavras não ser recente, somente no século XIX surge uma ciência autónoma verdadeiramente dedicada a este fim: a *Semântica*, vocábulo criado por Michel Bréal (Ullmann, 1964:17) para designar a ciência do significado³. Desde então, um dos problemas com relevante interesse de estudo na área da Linguística foi e continua a ser o das “mudanças de significado como reflexo de mudanças na mentalidade pública” (Ullmann, 1964:8).

Assim, as palavras, em particular, e a língua, como um todo, estão sujeitas a mudanças ou a variações, não só de significados, mas de vária índole, decorrentes de diversos fatores como a idade, a região, o grupo social ou profissional a que o falante pertence e até a circunstâncias em que a comunicação é realizada, por a mesma ser um sistema heterogéneo, aberto e dinâmico (Mateus & Cardeira, 2007). O campo do significado é, sem dúvidas, uma das áreas da língua que se prestam a essas constantes mudanças.

Sendo, pois, elementos pertencentes a um organismo dinâmico, “o significado é, conforme Ullmann (1964:401), dos elementos linguísticos mais flexíveis à mudança”, o que torna a Semântica num dos ramos mais fecundos e importantes da Linguística Contemporânea, apesar de ser relativamente recente, em comparação, por exemplo, com a Etimologia, ramo da Linguística que se ocupa do estudo da origem das palavras. Estas (as palavras) “desempenham um papel crucial no ato modelador dos nossos pensamentos” (Ullmann, 1964:1), pois as mesmas, como se sabe, servem para nomear o mundo. Mas como as nomeações surgem, como se consolidam, de que forma os seus significados são reciclados para produzirem novos significados depende muito do contexto em que elas são usadas.

² Uma abordagem pertinente em torno da discussão sobre os pontos de vista naturalista e convencionalista acerca da origem das palavras, dos seus significados, etc. pode ser encontrada em Platão, *Crátilo* ‘Diálogo sobre a justeza dos nomes’.

³ Todavia, o filólogo e classicista alemão Christian Chr. Reisig já anteriormente (58 anos antes, sensivelmente) tinha instituído, nos seus cursos universitários de filologia, a ‘Semiologia’, como estudo do significado, fazendo dela uma das três divisões principais da gramática, sendo as outras duas a Etimologia e a Sintaxe. Reisig considerava a Semiologia como uma disciplina de caráter histórico, que procurava estabelecer os princípios que governam o desenvolvimento do significado (Cf. Ullmann, *op. cit.* p. 15).

Como se sabe, a língua é dinâmica e constitui um complexo sistema de variedades (Mateus & Cardeira, *op. cit.* p. 25) e nunca é a mesma em contextos espaço-temporais e socioculturais diferentes”, sucede, a título exemplificativo, que na Variedade Angolana (não- Padrão) do Português, o morfema *só* ganhou, em consequência do contato da Língua Portuguesa (LP) com as Línguas Africanas (LAs), particularidades assinaláveis, em termos pragmático-semânticos.

Assim, um dos principais estímulos pelo estudo descritivo do morfema *só* na Variedade Angolana do Português (VAP) parte, por um lado, da necessidade de contribuir para a divulgação desta mesma variedade, uma vez que os estudos sobre a mesma são ainda ténues, comparativamente às variedades Europeia e Brasileira, por um lado. O interesse pela investigação surgiu também da incontornável importância pragmático-funcional que o morfema *só* sob escopo tem entre os falantes angolanos⁴.

Como professor e estudante de Português e áreas correlatas, reconhecemos que a coabitação da Língua Portuguesa com as várias Línguas Africanas, em Angola, torna o espaço linguístico angolano assaz fértil em matéria de investigação, sendo a extensão semântica do morfema *só* uma dessas matérias que, a nosso ver, se afiguram como um tema de que vale a pena dissertar, uma vez que, em termos de investigação semântica, e não só, há ainda poucos estudos realizados no contexto em estudo. Esta constatação é também salientada por Raposo (2013:162), segundo o qual “em Angola, a investigação sobre a Língua Portuguesa e algumas áreas gramaticais da mesma se encontram ainda pouco estudadas em consequência da relativa implantação social tardia do Português.”

A escassez de estudos específicos dedicados ao semantismo de expressões próprias do Português falado em Angola dificulta, indubitavelmente, a revisão da literatura da nossa dissertação, pelo que, reconhecemos, poderá ser um trabalho inconcluso, aberto e flexível, por isso mesmo, a reparos que visem a melhorá-lo e a torná-lo num material que sirva de referência para futuros estudos, e que o mesmo possa contribuir, o mínimo que possa, para a sedimentação das particularidades da Língua Portuguesa em Angola.

Uma vez que o nosso estudo pretende conciliar a componente pragmática, associada aos enunciados/discursos produzidos no contexto coloquial angolano sobre o uso que os interlocutores do referido contexto fazem do morfema *só* com a componente semântica do discurso; disto resulta, portanto, a abordagem pragmático-semântica do presente trabalho.

Apresentadas estas considerações preliminares em torno das razões que, a nosso ver, justificam a escolha do tema e lhe conferem pertinência teórica, torna-se oportuno esclarecer os objetivos que preconizamos alcançar.

⁴ Outrossim, importa referir que o fato de, ao longo das aulas do mestrado, o tema ter sido aceito para apresentação e avaliação final, na cadeira de ‘Variação Linguística do Português no Mundo Lusófono’, o que, tendo em conta a sua pertinência, resultou, ulteriormente, num artigo, sob o título ‘Ambivalência Semântica do Morfema *só* na Variedade Angolana do Português’, publicado conjuntamente com o professor Paulo Osório, na obra (da qual é co-coordenador) *Da Constituição Histórica do Português ao seu Ensino: Estudos de Linguística Portuguesa* (2017), incentivou-nos, igualmente, a prosseguirmos com a pesquisa.

0.2. Objetivos

O nosso trabalho visa, essencialmente, a alcançar o seguinte objetivo geral:

a) Contribuir para o estudo, caracterização e divulgação da VAP.

Quanto aos objetivos específicos, pretende-se:

b) Demonstrar, por meio do *corpus* selecionado, que o morfema *só* tem, além dos valores semânticos e das funções morfossintaticamente conhecidas da gramática tradicional, outros valores e funções, na VAP;

c) Sublinhar a importância do Kimbundu no enriquecimento do léxico da VAP;

d) Analisar, descritivamente, o funcionamento morfossintático-semântico-pragmático do morfema *só*, na VAP.

Tendo em conta os objetivos acima traçados, o enquadramento teórico deste projeto dissertativo abrangerá, para a consecução dos mesmos, os campos da Pragmática e da Semântica fundamentalmente. Porque o nosso trabalho trata de um recurso linguístico a que designamos *morfema*, a Morfologia (campo linguístico em que são estudados os morfemas) e também a Lexicologia serão áreas de cujas referências não poderemos abdicar. Constituiremos igualmente um *corpus* cujas fontes são as obras *Luuanda*, *Velhas Estórias*, *Crónica de um Mujimbo* e *Manana*. As duas primeiras, do conceituado escritor angolano Luandino Vieira; a segunda, de autoria de Manuel Rui Monteiro e a última, da autoria de Uanhenga Xitu⁵, outros não menos conceituados escritores angolanos, embora este último, comparativamente aos outros, seja menos divulgado internacionalmente, não sendo, por isso, tão conhecido como o são aqueles.

0.3. Relevância

Como postulam Carreira, M. e Lemos, L. (2009:10), “uma das características universais da linguagem humana é a mudança, e qualquer língua é caracterizada pela mudança e pela inovação.” O que sucede com o morfema *só* na VAP é exatamente isto: mudança e inovação, uma vez que se verifica a atribuição de novos valores semânticos a esta estrutura léxico-morfemática pertencente ao acervo lexical do Português, o que permite, então, expandir o léxico da VAP, mas também o da própria Língua Portuguesa. Assiste-se, sem sombra para dúvida, a um verdadeiro neologismo, processo linguístico muito produtivo a nível da expansão lexical. Neste âmbito, o presente estudo toma particular importância porque, conforme dito anteriormente, apesar da multidiversidade linguística que caracteriza o contexto angolano, em consequência, mais uma vez, do contato da Língua Portuguesa com as Línguas Africanas, poucos ainda são os ‘investimentos’ neste campo de estudo. Logo, pensamos que o melhor meio de sublinhar e divulgar essa riqueza ou multidiversidade linguística é trazê-la à investigação. Esta dissertação surge, assim, como uma tentativa de contribuir para a problematização e divulgação de apenas uma dentre as várias questões por se estudar na

⁵ Já falecido.

VAP, dando conta de que, apesar de Angola se reger pela norma-padrão do Português Europeu (PE), a realização da língua em ambos os contextos é, em muitos aspetos, diferente, como não devia deixar de ser, obviamente.

Outrossim, é por demais consabido que as variedades africanas do português, em geral, e os traços distintivos da Variedade Angolana do Português (VAP), em particular, não são ainda tão estudados como o são, por exemplo, as diferenças entre o PE e o Português Brasileiro (PB) (Mateus & Cardeira, *op. cit.* p. 55), de modo que qualquer estudo que objetive dissertar sobre a VAP é de importância fundamental. Logo, o presente estudo contribuirá, a nosso ver, não só para a divulgação das particularidades semântico-pragmáticas do morfema só a nível da oralidade do português falado em Angola, mas também, e acima de tudo, para o enriquecimento da própria Língua Portuguesa, porquanto a riqueza de uma língua assenta na sua diversidade, por um lado, e igualmente na plasticidade ou extensão léxico-semântica e sistematização do seu léxico e de cada palavra, por outro.

Embora o morfema só, com as *nuanças* que lhe conferem singularidades funcionais em termos pragmático-semânticos, ocorra, por enquanto, apenas a nível da oralidade na VAP, o uso cada vez mais generalizado deste morfema em diferentes situações de interlocução pode ser uma razão para a inserção do mesmo no acervo lexical da variedade em estudo, porquanto, segundo Undolo, “a existência de formas linguísticas inovadoras estáveis e/ou em vias de estabilização [...], ao que tudo indica, é irreversível, conduzindo à necessidade do seu incentivo e apoio institucional à sua investigação” (Undolo, 2014: 288). Por consequência, assim como o Português que hoje conhecemos teve o Latim Vulgar como fonte principal do seu léxico, nada obsta que as novas formas linguísticas que vão surgindo não só na VAP, como é o caso do morfema ora em estudo, mas também noutras variedades, se estabilizem e sejam padronizadas com o tempo, como parte do repertório lexical da VAP, em particular, e da Língua Portuguesa, em geral.

Acreditamos, portanto, que o estudo e a divulgação das particularidades funcionais do morfema só, na VAP (bem como outros fatores linguísticos que concorram para a especificidade dessa variedade), é de capital importância para a Língua e a Linguística Portuguesas, mas também porque o conhecimento e a valorização, pela comunidade linguística, das “muitas variedades da LP” (Mateus & Cardeira, *op. cit.* p. 25) contribui para a sua diversidade e para o seu enriquecimento.

0.4. Estrutura da Dissertação

Atendendo aos objetos de estudo do nosso trabalho e à sua natureza temática, três abordagens fundamentais serão desenvolvidas ao longo desta investigação. Dessas abordagens surgiu a formulação dos capítulos que compõem a presente Dissertação. Assim, o primeiro capítulo, ‘Breve Abordagem sobre o Panorama Linguístico Angolano’, terá como foco a apresentação geral da situação da LP em Angola, em duas fases distintas da sua história: antes e depois da independência, pelo que se há de descrever a convivência da LP com as LAs

(Bantu e não Bantu), desde a implantação do Português no território angolano até ao momento atual.

Porque o morfema em estudo funciona, em Angola, como fórmula de cortesia, modificador de atenuação dos atos diretivos (maad) e como expressão intensificadora ou expletiva, o segundo capítulo, 'Atos Ilocutórios e Princípios de Cortesia Linguística', partirá de uma análise geral sobre os atos ilocutórios e os princípios de cortesia para chegar a uma abordagem específica sobre a atenuação e a intensificação, e sobre os mecanismos de atenuação e de intensificação, respetivamente.

O terceiro capítulo, finalmente, 'Plurifuncionalidade Pragmático-semântica do morfema só na Variedade Angolana do Português', culmina com a análise descritiva do funcionamento deste morfema no contexto linguístico angolano, onde ao mesmo são atribuídas, além dos valores semânticos tradicionalmente conhecidos, repita-se, valências como as já citadas, a cujo tratamento nos dedicaremos na seção 3.6., reservada à 'apresentação' e 'análise' do *corpus*, respetivamente. No mesmo capítulo, a análise descritiva do morfema só será, entretanto, antecedida por uma abordagem indispensável sobre alguns processos e/ou conceitos semânticos e pela apresentação de teorias morfemáticas e sua tipologização, a fim de procurarmos enquadrar o morfema quer a nível dos processos semânticos apresentados quer a nível da tipologia morfemática.

Ora, porque nenhuma mudança linguística pode ser compreendida se não em função do contexto em que a mesma se verifica, para uma descrição coerente e adequada do nosso objeto de estudo, as próximas considerações serão dedicadas à contextualização linguística de Angola e à situação quer da LP quer das LAs.

CAPÍTULO I – BREVE ABORDAGEM SOBRE O PANORAMA LINGUÍSTICO ANGOLANO

À semelhança de muitos países africanos, Angola é um país com um verdadeiro ‘manancial linguístico’ (Costa, 2015:10), o qual vive, por esta razão, uma verdadeira situação de plurilinguismo, uma vez que coabitam, no território em alusão, “três grandes famílias linguísticas, genética e estruturalmente muito diferentes umas das outras” (Fernandes & Ntongo, 2002:17), a saber: a família das LAs de origem Bantu, a família das LAs de origem não Bantu e, por último, a LP, de origem Neolatina. Fatores como “as relações estabelecidas por comunidades entre si, a emigração para países estrangeiros, a colonização e até mesmo o simples fato de se aprenderem línguas estrangeiras conduzem a uma inevitável coabitação linguística” (Mota, 1996:505). No caso de Angola, a coabitação foi fruto da colonização, sendo que as duas primeiras famílias convivem no território que hoje constitui a República de Angola “há, pelo menos, 12.000 anos (Fernandes & Ntongo, *op. cit.* p. 23), ao passo que a Língua Portuguesa, tendo-se irradiado de Portugal, estabeleceu-se no século XV” (Fernandes & Ntongo, *op. cit.* p. 103), aquando da chegada à foz do rio Zaire, em 1482, do navegador português Diogo Cão, registando-se, assim, o primeiro contato entre a LP com uma das línguas bantu faladas no território angolano, o Kikongo, língua do grupo etnolinguístico bacongo. Concomitantemente, ao seu regresso a Portugal, volvidos dois anos, referem Wheeler e Pélissier, “Diogo Cão leva consigo quatro bacongos a quem desejava ensinar a LP, para que pudessem estabelecer-se relações entre os dois reinos, isto é, entre o reino de Portugal e o [então] maior reino bantu da África Central Ocidental”, o reino do Congo (Wheeler & Pélissier, 2011:59), regiamente representados por D. João II e por Nzinga-a-Nkuwu⁶, respetivamente.

Contudo, para uma abordagem completa sobre o panorama linguístico angolano achamos pertinente fazê-lo tendo em conta os dois períodos a que Mingas faz referência: “o colonial e o pós-colonial” (Mingas, 2000: 44, 54). Sendo que em ambos os períodos a Língua Portuguesa gozou sempre de uma política diferente das demais línguas, isto é, das línguas locais, começaremos pela dissecação da situação linguística da primeira.

Quanto à abordagem das várias LAs faladas em Angola, dedicaremos particular atenção ao Kimbundu, por se tratar de uma das línguas de Angola com mais tradição académica, mas também por, no universo das línguas de origem africana de Angola, parecer aquela que mais influência tem exercido quer no PE, quer na própria VAP, nos vários níveis de descrição linguística, fundamentalmente no enriquecimento lexical (Zau, 2011) e por, segundo as nossas investigações, ser esta a língua que influencia o uso do morfema *só* (principal objeto de estudo desta dissertação) como fórmula de cortesia na VAP.

⁶ O nome apresentado por Pélissier é ‘Nzingo a Nkuwu’. Baseando-nos, todavia, em Zau (2011: 94), optamos pela feminização do primeiro elemento do composto e pela hifenização.

1.1. Situação linguística do Português em Angola antes da independência

Conforme rezam os dados sobre a sua História, o território que hoje constitui Angola assistiu à chegada portuguesa nos seus domínios no século XV (propriamente em 1482). Importa referir que na altura em que a caravana de Diogo Cão chega à terra que, mais tarde, viria a ser uma das mais vitais colónias de Portugal em África, aquele território era constituído por diferentes reinos, possuindo cada um a sua cultura e a sua língua. Mas

“dada a implantação e consolidação do sistema colonizador, que se tornou proprietário e senhor daquelas terras, os reinos então existentes, e em tempos desavindos, foram unificados, à luz dos interesses coloniais, num território único, entre os séculos XV e XIX, emergindo, por conseguinte, a nação que hoje é Angola da qual a LP passou a ser o elemento de unidade nacional” (Zau, *op. cit.*, p. 95).

Entretanto, apesar da imposição da língua colonizadora, as línguas dos povos locais não deixaram de ser usadas, isto porque durante “a primeira colonização (séculos XV e XVI)” (Gonçalves R. 2012:414)⁷, não houve políticas linguísticas coloniais sólidas que objetivassem difundir a LP no seio da população colonizada, por um lado; e, por outro, talvez se deva ao fato de, como diz Calvet, poder tirar-se a um homem muitas coisas, mas nunca, nem mesmo em nome da língua de outros, tirar-lhe a sua própria língua com a sua anuência” (Louis-Jean Calvet, 1974, p. 155, *apud*, Mingas, *op. cit.* p. 52). Em conformidade com Gonçalves, “a definição de uma política educacional [...] através da qual pudesse ser desencadeada a difusão sistemática do Português, só ocorreu, portanto, na “segunda colonização (séculos XIX e XX)” (Gonçalves R., *ibidem*), propriamente em 1930 (Raposo, *op. cit.* p. 159).” Sobre a mesma questão, Zau (*op. cit.* p. 95) assegura que

“apesar de a língua portuguesa ser introduzida em Angola no século XV, tinha fraca expressão até ao século XIX e mesmo durante toda a primeira metade do século XX. Com efeito, temendo a resistência das culturas e línguas africanas, e tentando, a todo o custo, impedir a crescente africanização da elite afro-portuguesa emergente nos séculos XVII a XIX (1620 a 1870), assiste-se, no século XVIII, à imposição de medidas legislativas a favor da língua e cultura portuguesas”.

Hagemeijer T. (2016:43), por sua vez, afirma, quanto ao assunto, que

“até ao século XIX, o reconhecimento da África subsaariana limitou-se na ocupação dispersa de zonas costeiras e ilhas, através de entrepostos, feitorias e fortalezas, dedicados a atividades económicas, tais como o tráfico de escravos e a produção

⁷ Material eletrónico, consultado a 13 de março de 2018: <https://books.google.pt/books?isbn=989732089X>.

de açúcar. O século XIX, e especificamente o período que se segue à Conferência de Berlim (1884-1885), marca o início da colonização efetiva de África.’’

Essa ‘tardia colonização efetiva de África’ refletiu-se, ou melhor, teve como consequência a também tardia difusão da LP nas antigas colónias lusitanas, de tal sorte que ‘‘em 1975, apenas 1 a 2% da população angolana (só para citar o contexto em análise) falava o Português como língua materna e 15 a 20% tinha-o como L2⁸, isto é, como língua não materna’’ (Martins & Carrilho, *op. cit.* p. 46). A concretização de uma política linguística definida verificou-se apenas em 1930. Para o sucesso da mesma ‘‘foi então adotado o modelo ‘assimilacionista’ francês, segundo o qual a língua colonial, isto é, o Português deveria ser a única língua de contato no ensino e o instrumento que devia propiciar a assimilação cultural’’ (Barreto, 1977, *apud* Raposos, *op. cit.* p. 159). Desta forma, o Português tornou-se a única língua autorizada nas escolas, ficando o uso das línguas locais reservado para a instrução religiosa. Como se pode constatar, no período colonial, ‘‘a política portuguesa de ensino teve como objetivo a imposição da Língua Portuguesa em detrimento das línguas locais.’’ Consequentemente, Mingas (*op. cit.* p. 48) refere que

‘‘a aplicação prática desta política linguística foi apoiada por uma vigilância cada vez mais acentuada da polícia política PIDE, que considerava como atitudes subversivas a utilização de qualquer uma das línguas locais ou mesmo o uso de vestuários locais pelos assimilados. Essa política era seguida à risca pelos portugueses, de tal sorte que o ensino era ministrado somente em Português, neutralizando, assim, as línguas locais, para a concretização dos seus desígnios, à exceção das escolas dirigidas por missionários, onde as línguas nativas podiam ser usadas como meio de auxílio à aprendizagem do Português, ao passo que nas escolas primárias a única língua ensinada era o Português’’.

A mais vívida e inequívoca prova das intenções glotofágicas da política linguística portuguesa nas suas colónias consta do Decreto nº 77 de 9 de dezembro de 1921 (Chicuna, 2014:41), no qual Norton de Matos⁹ determina o seguinte:

«Art. 2º - Não é permitido ensinar, nas escolas das missões, línguas indígenas»;
«Art. 3º O uso das línguas indígenas só é permitido, em linguagem falada, na catequese, e como auxiliar, no período do ensino elementar da Língua Portuguesa»;

⁸ A L2 (também conhecida como LS ou ainda SL - língua segunda ou segunda língua) está para outra que não a primeira, isto é, a língua materna. Sendo assim, os termos L2, LS, SL são usados para classificar toda a aprendizagem e uso de uma língua não materna, gozando essa aprendizagem e/ou uso de um estatuto linguístico, ao contrário do que acontece com a aprendizagem de uma LE (língua estrangeira).

⁹ Governador-Geral de Angola entre 1913 e 1914 e Alto-Comissário da República de Angola de 1921 a 1923 (Chicuna. *ibidem*). Cf., igualmente, Matos (2004:236) *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, livro digital, consultado em 2 de março de 2018, às 3h45 em <https://books.google.pt/books?isbn=9728704305>.

§ 1º É vedado, na catequese das missões, nas suas escolas, e em qualquer relação com os indígenas, o emprego das línguas indígenas por escrito ou de outra língua que não seja a Portuguesa, por meio de folhetos, jornais, folhas avulsas e quaisquer manuscritos.»

Uma das consequências dessa política, assevera Mingas (*op. cit.* p. 50), foi que “a partir dos anos de 1925/1930, os filhos dos (nativos) ‘assimilados’ começaram a ter o Português como língua primeira.”

Contudo, a condição bilingue (Kimbundu/Português) dos pais foi o vetor de muitas interferências. Estas, todavia, não proviam simplesmente dos assimilados, porque mesmo os portugueses que moravam na periferia eram eles também bilingues Português/Kimbundu. Assim sendo, e atendendo a especificidade da colonização de Angola, caracterizada pelo povoamento, à medida que se progredia do centro da cidade em direção à periferia, o número de locutores monolíngues português diminuía, aumentando o número de locutores bilingues (Kimbundu/Português) e monolíngues Kimbundu.

Como se vê, mesmo não tendo espaço de utilização nas escolas ou nas atividades públicas, o Kimbundu e outras línguas locais resistiram às políticas linguísticas coloniais, nocivas à sua existência. Fatores como o difícil acesso à escola por parte dos nativos, o processo de colonização tardia de Angola, a chamada colonização maciça e o estabelecimento, igualmente, tardio de políticas linguísticas que visassem à difusão massiva e sistemática do Português contribuíram, portanto, para a resistência das línguas locais; pois embora a LP fosse a única autorizada para o ensino, a criação de escolas que assegurassem a sua difusão foi levada a cabo apenas em meados dos anos 40, sendo que só na década de 60 - 70 se registou um crescimento considerável de escolas nos vários níveis de ensino (Raposo, *ibidem*).

1.2. Situação atual da Língua Portuguesa em Angola

Alcançada a independência, a 11 de novembro de 1975, obviamente que se impôs à jovem Nação um dos problemas mais cruciais das muitas nações africanas recentemente criadas: o das suas línguas nativas, que por terem sido e continuarem a ser tão pouco cultivadas, por um lado, e pela sua diversidade, por outro, nenhuma delas é usada como meio comum de comunicação para propósitos modernos (Haugen, E., 1974:107). A nosso ver, entretanto, a diversidade linguística não constitui barreira para a união na diversidade, pois há contextos linguísticos tão diversificados (como é o caso da Índia, com catorze línguas oficiais, portanto, um exemplo típico) onde, nem por isso, a diversidade leva à subvalorização das línguas locais. Mas pela razão acima apontada por Haugen, a verdade é que mesmo que a sua adoção como língua oficial tenha sido ‘forçada’ (ou talvez não), a Língua Portuguesa não perdeu o estatuto atribuído enquanto o país esteve sob o domínio colonial. Antes pelo contrário, no período pós-colonial, teve início um importante processo de difusão e valorização da LP em Angola, porquanto a mesma continuou a ser vista (tal como já os

assimilados a viam) como a língua de prestígio e de ascensão social. Este processo de difusão e de valorização do Português permitiu aumentar o seu número de falantes. Outrossim, a pluralidade etnolinguística de Angola favoreceu a conferência de um estatuto diferenciado à LP, por causa da sua “operacionalidade” (Ganhão, 1979, *apud* Raposo, *op. cit.* p. 157). Tida como elemento unificador entre os vários grupos etnolinguísticos que compõem o ‘mosaico cultural angolano’ e como a língua “que garante a unidade nacional e permite, de forma mais eficaz do que as outras línguas locais, as relações internacionais e a transmissão do conhecimento científico”, a LP foi adotada como Língua Oficial pelo Governo angolano, após a independência, conforme consta da Constituição (2010)¹⁰ da República de Angola, no ponto nº 1 do Artigo 19º.

Segundo Raposo (*ibidem*), a “Língua Oficial (LO) é a usada pelo governo e instituições públicas na comunicação a nível nacional e internacional. Em contextos multilingues, como é o caso dos países africanos em geral, a ‘Língua Oficial’ nem sempre é a língua materna da maior parte dos cidadãos.”

Ademais, “para além do seu estatuto de língua oficial, a LP, em Angola, é hoje a língua materna de muitos angolanos, e com o seu alastramento constitui a língua nacional (LN) no sentido pleno e veicular para todos os angolanos, embora o grau de domínio não seja igual para todos” (Fernandes & Ntondo, *op. cit.* p. 19). É indubitável que, em Angola, “a LP exerce um papel plurifuncional, de usos nos domínios da vida sócio-política-económica e cultural, e veicular no país, pois funciona como elo entre os vários grupos etnolinguísticos” (Ntondo & Fernandes, 2002), como já anteriormente foi referido.

Mas a consideração da LP por Fernandes e Ntondo como ‘língua nacional’ em Angola suscita interrogações, visto que essa posição vai de encontro àquilo que latamente os estudos atestam, porquanto é frequente a LP ser descrita como LN apenas em Portugal e no Brasil, sendo, portanto, considerada como LO nos PALOP. Considerando, porém, o conceito de LN apresentado por Mwatha Ngalasso (*apud* Mingas, *op. cit.* p. 55), por um lado, e por Ducrot e Todorov (*op. cit.* p. 81), por outro, pode aduzir-se que a situação da LP em Angola apresenta condições para ser considerada como tal (como língua nacional). Segundo Mwatha Ngalasso,

“... o conceito de língua nacional, contrariamente ao que se pensa e afirma em África, não se opõem ao de língua oficial, mas ao de língua estrangeira. A primeira pertence ao património cultural de uma nação, nação-etnia ou nação-estado, mas a segunda não.”

O conceito de língua nacional apresentado por Ngalasso converge com o concebido por Ducrot e Todorov, para quem, igualmente,

¹⁰ Disponível em <https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/583-502.pdf>, consultado a 2 de agosto de 2017.

“a língua nacional é a língua oficial no interior de um Estado. [...]. É imposta pela organização administrativa (dela nos servimos na relação com o Estado) e pela vida cultural (ela é ensinada, e muitas vezes é só ela a dar lugar a uma literatura...)”

Ora, em ambos os conceitos a LN corresponde à LO. Logo, sendo o Português a LO de Angola, a mesma passa a ser considerada também língua nacional. Apesar da pluralidade que caracteriza o contexto linguístico angolano, não há margem para dúvida de que, em Angola, nenhuma outra língua, senão a Portuguesa, desempenha o papel de língua de administração e de Estado. De igual modo, é indubitável que a mesma é falada a nível do território nacional, que já reflete a herança cultural de grande parte da população angolana e que é o suporte da sua expressão literária, uma vez que grande parte do acervo literário angolano é, quase ele todo, concebido em Português. Citando, mais uma vez, Ngalasso (*op. cit.* p. 56), para concluir,

“... a língua nacional designa toda a língua de origem autóctone qualquer que seja a sua importância geográfica ou demográfica, quer seja maioritária ou não, e língua oficial, toda a língua nacional ou não, à qual é conferido o privilégio de servir de meio de comunicação nas instituições do Estado”.

O que se pode depreender do conceito acima é que uma língua nacional pode ser ela também oficial; contudo, a língua oficial não precisa necessariamente de ser nativa para ser considerada nacional, desde que se verifiquem, portanto, os requisitos englobados nos conceitos: seja falada no interior de um Estado e sirva de comunicação nas suas instituições, faça parte do seu património cultural (Zau, *op. cit.* p. 59), represente um elemento caracterizador da consciência nacional e seja o suporte da sua expressão literária. Zau (*op. cit.* p. 116) admite que

“a discussão em torno da nacionalização da LP em Angola tem vindo a acentuar-se cada vez mais, e que o interesse pela temática não é apenas uma consequência da sua dinâmica expansão territorial, como também, e principalmente por estar a tornar-se uma das línguas maternas com maior número de falantes, não obstante a associação que dela se faz ao colonialismo”.

Segundo o autor, “apesar de, em Angola, a expressão ‘língua nacional’ ser usada como o principal elemento distintivo entre as LAs e a LP, é com naturalidade que tanto esta como aquelas se enquadram no perfil anunciado nos conceitos de língua nacional. Sendo assim, independentemente das discussões que esta matéria possa implicar, como, por exemplo, a necessidade

- i) de um levantamento do português fundamental, isto é, mais usual, e o que ele traduz em termos de uso pela população angolana, por

áreas geográficas, a nível da compreensão, expressão oral e expressão escrita;

ii) de um estudo apurado sobre a descrição fonética, morfossintática e semântica, passível de delimitar as marcas desse português (Zau, *op. cit.* p. 117) ...

a LP parece já exercer a função de língua nacional, cabendo aos decisores a criação de condições (materiais e humanas) que a envolvência do assunto exige... Portanto, atendendo à heterogeneidade linguística de Angola, a adoção da LP como LO, por um lado, e a nacionalização da mesma, por outro, revela-se suficientemente flexível e adaptável para servir as realidades angolanas, principalmente na resolução do problema da unidade nacional e no exercício de determinadas funções que as línguas locais teriam dificuldades em exercer (Zau, *op. cit.* p. 116-118).’’ Quanto ainda às funções que a LP desempenha em Angola, Silva, A., P. (2015:37-38) refere que

“a partir do princípio ativo da mesma, é possível, em sociedades multilingues, proceder a uma repartição de funções, de acordo com vários aspetos de natureza histórica, política, ou social. Nesta perspetiva, Angola é um exemplo paradigmático pois, a existência de várias línguas desencadeia tal atribuição. Deste modo, a Língua Portuguesa desempenha, em Angola, várias funções diferentes das línguas autóctones’’.

A LP, hoje, em Angola, é, sem dúvida, o principal instrumento de unidade nacional, de Cabinda ao Cunene, e constitui, pese embora a discordância e/ou o ceticismo em torno desta questão, uma língua nacional de Angola, tal como as demais. Em Angola coabitam várias ‘línguas nacionais’, sendo uma delas o Português, de origem europeia, e as outras, a maioria, de origem bantu. Contudo, se, por um lado, a sua adoção como LO e, consequentemente, de escolaridade e veicular dirige possíveis conflitos entre os vários grupos etnolinguísticos que enformam o ‘mosaico social’ angolano, por outro, a mesma continua (tal como o era no período colonial) a ser um dos principais fatores de exclusão social, uma vez que a sua sobrevalorização parece não levar em conta a projeção social das populações que não a dominam, cujo número, segundo Costa (*op. cit.* pp. 44-45), “na realidade, ainda é bastante grande, sobretudo nas zonas rurais”, embora “dados divulgados pelo INE, obtidos no Censo de 2014, revelem que, num universo de aproximadamente 25,7 milhões de angolanos 71,15%¹¹ falam português” (Hagemeyer T., *op. cit.* p. 46). Assim, Costa considera que

“o fato de o Português ser a única língua de trabalho na administração e no sistema educativo não deveria levar à marginalização das línguas nacionais, por se

¹¹ Não pretendendo pôr em causa os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas, é, contudo, irrefutável o ponto de vista de Costa, se se tiver em conta que o grau de acesso e exposição ao Português tem maior expressão nos centros urbanos.

constituírem, a par do Português, um património histórico-cultural de extrema importância para os angolanos (Costa, *op. cit.* p. 22)''.

A subvalorização das línguas africanas faladas em Angola tem as suas raízes nas políticas linguísticas coloniais, é bem verdade; mas também não deixa de ser um 'facto' que neste quase meio século de independência que Angola tem (embora reconheçamos também que a guerra civil tenha atrasado o desenvolvimento do país em muitos aspetos), pouco se fez para mudar o quadro, já que continua a haver pouco empenho para a materialização do que está legislado acerca das línguas autóctones, conforme veremos nos parágrafos sucedâneos. Muito pelo contrário, a democratização da LP a seguir à independência (e mesmo antes desta) teve um impacto direto nas relações diglóssicas instáveis em Angola, uma vez que tal resultou, desde os primórdios desse convívio, no "afastamento das línguas locais no contexto político-administrativo, resultando na contínua e exclusiva protagonização da LP, no desempenho das funções linguísticas mais importantes" (Costa, *op. cit.* p. 64).

1.3. As Línguas Africanas no contexto linguístico angolano

Sendo a língua o veículo da transmissão cultural geracionalmente, a ausência de políticas linguísticas que visem a mantê-las vivas leva, decerto, ao desaparecimento das mesmas. Cremos ter sido com base na tomada de consciência deste perigo que, logo após a independência, o Governo angolano criou condições objetivas para que as línguas locais tivessem o mesmo estatuto que a Língua Portuguesa, tendo sido uma dessas políticas a criação, em 1979, de uma organização especializada, o Instituto Nacional de Línguas (que, em 1983, tomou a designação de ILN - Instituto de Línguas Nacionais), com o objetivo de proceder a investigações sobre a situação linguística do país, no que tange às línguas locais (Mingas, *op. cit.* p. 54). Mas a existência, por si só, de um organismo cuja conceção teve como fundamento o fato acima exposto não soluciona o problema sobre a subvalorização das línguas nativas, a menos que as políticas gizadas em torno destas sejam, de fato, materializadas. A não materialização dessas políticas está na base do descaso das LAs em Angola.

Dada à sua diversidade quer em Angola quer em toda a África, as LAs integram grupos distintos, divididos por famílias, segundo Greenberg (1963), *apud* Chicuna (*op. cit.* p. 26).

Assim, Greenberg compartimenta as línguas africanas em quatro grandes famílias linguísticas, indicando, ao mesmo tempo, a respetiva subfamília, tal como se segue:

- **Família Afro-Asiática** (subfamílias: integra as línguas Berberes do Norte de África, as Cushítica da Etiópia e da Somália e ainda as Semitas, incluindo o hebreu, o árabe e o aramaico);

- **Família Nilo-Sahariana** (subfamílias: Sudanes, Sahariano, Songhai, Fur, Chari-Nilo, koman);

- **Família Congo-Cordofaniana** (Subfamílias: Níger-Congo e Cordofaniana). Na subfamília Níger-Congo, inclui numerosos grupos predominantes para sul do Sahara, de que destacamos os Bantu, a sul do equador);

- **Família Khoisan** (Subfamílias: Khoi, San, Sandawe, Iraqw, Hata ou Hazda). Desta família fazem ainda parte as línguas dos Pigmeus da floresta do Congo Democrático e línguas faladas “com cliques¹²” [...], vulgarmente conhecidos, em Angola, como Hotentotes, Bosquímanos ou ainda Mukankala.”

1.4. Línguas Bantu

Segundo Fernandes & Ntondo (*op. cit.* p. 67), o termo ‘bantu’ foi proposto pelo alemão W.H. BLEEK, em 1960.” Quanto a este dado, Chicuna (*op. cit.* p. 27) refere, todavia, que o termo foi utilizado pela primeira vez pelo mesmo autor, mas em “1962, para se referir ao conjunto de línguas faladas maioritariamente na África subequatorial, desde os montes Camarões até à África do Sul, apresentando características comuns, e que designavam o(s) ser(es) humano(s) por *muntu* (singular)/*bantu* (plural).”

Quer Fernandes e Ntondo (*ibidem*) quer Chicuna apontam para o fato de as investigações de Bleek acerca das línguas bantu (LB) não terem sido as primeiras, pois que o reconhecimento da unidade dessas línguas, segundo Kukanda (1986:6), já tinha sido confirmado pelo português B. Rebelo de Aragão, dois séculos antes do investigador alemão.

Como íamos aludindo, no prelúdio desta seção, o alcance da independência permitiu ao Governo angolano a criação de condições que objetivavam conferir às línguas nacionais os mesmos estatutos conferidos à LP. Assim, tendo em conta as investigações levadas a cabo pelo INL chegou-se à conclusão de que em Angola são faladas LB, as quais pertencem à família Congo-Cordofaniana, e línguas não bantu (LnB), pertencentes à família Khoisan, de acordo com a supracitada classificação de Greenberg.

Segundo a comparative bantu, “as línguas bantu faladas em Angola pertencem a três ZONAS linguísticas, representadas pelas letras H, K e R” (Fernandes & Ntondo, *op. cit.* p. 68). Malcom Guthrie (1967), *apud* Fernandes e Ntondo (*op. cit.* p. 93), afirma que “a ZONA H reúne as línguas Kikongo e Kimbundu; a ZONA K engloba as línguas Cokwe e Ngangela, ao passo que da ZONA R fazem parte as línguas Umbundu, Oshikwanyama, Oshindonga, Oshihelero e Olunyaneka.”

Pela sua abrangência a nível do território angolano, Redinha (1975:8), destaca, dentre as línguas faladas em Angola, nove (9) principais:

- “O **Kikongo**, língua que cobre boa parte da região Nordeste (*sic*) de Angola, nomeadamente as províncias de Kabinda, Wíje, Zaire e a parte norte da província do Bengo. A área de difusão do Kikongo estende-se para além das fronteiras de Angola, sendo também falado na RDC, na República do Gabão e no sul da República do Congo Brazzaville;

¹² “Do inglês *click*, significa estalo. O clique constitui uma consoante para as línguas que o possuem. Linguisticamente, é um som com duas oclusões:

- Uma oclusão principal, quer pelos lábios quer pela parte anterior da língua contra os dentes ou contra o palato, e que produz diferentes tipos de cliques (labial, dental, palatal e lateral).

- Uma segunda oclusão, dita de apoio, obrigatoriamente velar, produzida pela elevação da parte posterior do dorso da língua contra o palato mole.” (Fernandes & Ntondo, *op. cit.* p. 65).

- **O Cokwe**, cuja área de difusão abrange a totalidade das províncias da Lunda Norte e Sul, a província do Muxiku¹³, estendendo-se, profundamente, para a província do Kwandu Kubangu. O Cokwe é, entretanto, uma língua transnacional, à semelhança do Kikongo.¹⁴;

- **O Kimbundu**, que parte do interior para o litoral, compreendendo as províncias do Bengo, Kwanza Norte, Malanje, Lwanda e o norte da província do Kwanza Sul;

- **O Ngangela**, falado na província do Kwandu Kubangu, no sudoeste das províncias do Muxiku e do Viye, bem como na parte leste da província da Wíla. É também uma língua transnacional, por algumas das suas variantes terem ramificações e serem faladas na República da Zâmbia;

- **O Umbundu**, cuja área de difusão engloba as províncias do Viye, Wambu e de Bengela. Todavia, a sua influência é também notável nas províncias do Namibe, do Kwandu Kubango (a noroeste) e a norte da província da Wíla;

- **O Olunyaneka**, que tem como centro de difusão as províncias da Wíla e do Kunene, e com alguma influência nas províncias de Bengela e Namibe;

- **O Oshihelelo**, por sua vez, tem como zona de difusão a província do Namibe;

- **A língua Oshikwanyama**, falada na província mais a sul de Angola, o Cunene, tem, porém, influência notável no norte da Namíbia, onde é tida como uma das línguas maioritárias. Ao contrário do que se verifica em Angola, na Namíbia, o Oshikwanyama exerce também um papel plurifuncional, sendo ensinada até à terceira (3ª) classe; e, por último,

- **O Oshindonga**, que se circunscreve numa área muito restrita, isto é, no sudoeste da província do Kwandu Kubango. Conta, igualmente, com um número razoável de locutores na Namíbia.’’

Retomando Chicuna, atualmente, em consequência de diversas investigações, o termo bantu está associado a duas realidades: à língua e à cultura, por um lado, e à população, por outro, pelo que as línguas bantu designam todas as línguas faladas do sul dos Camarões até à África do Sul. Segundo, dada a associação que se estabelece entre as línguas e a respetiva população falante, o povo bantu abarca o conjunto de populações da África subequatorial que falam línguas da mesma família, embora pertençam a tipos étnicos muito diversos. Ou seja, em África, a designação de uma língua corresponde à designação do respetivo grupo etnolinguístico ou à respetiva etnia; pelo que “classificar as LB significa classificar as diferentes etnias bantu” (Obenga, 1985:21).

Sendo assim, a língua Kokwe corresponde ao grupo etnolinguístico Tukokwe; a língua Kimbundu corresponde ao grupo etnolinguístico Ambundu; a língua Kikongo corresponde ao grupo etnolinguístico Bakongo; o Ngangela corresponde ao grupo etnolinguístico Vangangela; a língua Olunyaneka corresponde ao grupo etnolinguístico Ovanyaneka-Nkumbi; a língua Oshihelelo corresponde ao grupo etnolinguístico Ovahalelo; a língua Oshikwanyama corresponde ao grupo etnolinguístico Ovakwanyama, sendo este, por sua vez, à semelhança

¹³ Grafia proposta por Fernandes e Ntongo (*op. cit.*).

¹⁴ A sua área de difusão estende-se para além do território angolano, em países como a RDC (República Democrática do Congo) e a República da Zâmbia.

do grupo Ovandonga, subgrupo do grupo Ovambo. A língua Oshindonga corresponde ao grupo etnolinguístico Ovandonga e, por último, a língua Umbundu corresponde ao grupo etnolinguístico Ovimbundu, o maior de Angola, com mais de 1.500.000 pessoas, segundo Fernandes e Ntongo (*op. cit.* p. 55). O mapa¹⁵ abaixo ilustra, resumidamente, o que acabamos de expor.



¹⁵ Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola, *Mapa Etnolinguístico de Angola* (adaptado), apud Fernandes e Ntongo (*op. cit.* p. 57), consultado a 15 de março de 2018, às 10h39, em <https://triplov.com/letras/americo-correia-oliveira/literatura-angolana/anexo3.htm>

1.4.1. Características gerais das Línguas Bantu

Em relação às características das línguas bantu, embora sejam notáveis diferenças mínimas entre as LB, estas apresentam uma unidade genealógica'' (Fernandes & Ntondo, *op.cit.* p. 67). Em termos gerais, as LB assemelham-se em termos fonéticas, morfológicas, semânticas e lexicais (Chicuna, *ibidem*). As características que, muito resumidamente, apresentaremos são as consideradas de maior relevância, tendo como base Fernandes e Ntondo (*op. cit.* pp. 68-69).

Ora, a primeira grande particularidade que distingue as LB, se comparadas com outras como, por exemplo, o Português, é a não existência da marca do singular e do plural, pois que os nomes são caracterizados por morfemas flexionais prefixais, que indicam a oposição singular/plural; pelo que a classificação dos substantivos é feita em função desses morfemas prefixais, indicadores da oposição entre as categorias numéricas. Quer dizer, as LB apresentam um sistema de classes¹⁶, caracterizado por vários prefixos nominais, que indicam o singular e o plural. Chatelain aponta para a existência de 10 classes substantivais. Fernandes & Ntondo, no entanto, apontam para a existência de dezoito (18), com base em estudos atuais (*op. cit.* p. 68).

Tomemos como exemplo o substantivo *kináma* ('perna', em Kimbundu), pertencente à classe III. Em Kimbundu, para pluralizar este nome, não se aplica o molde de pluralização do Português, segundo o qual o morfema flexional numérico -s é posposto ao lexema, flexionando-se assim em *kinámas*. De acordo com o padrão de pluralização das línguas bantu em geral, e do Kimbundu, em particular, os nomes da classe III formam o plural antepondo o morfema prefixal *i-* à palavra que se deseja pluralizar. Por conseguinte, aplicando-se este molde de flexão numérica, o plural de *kináma*, propriamente dito, é *ináma* (e não *kinámas*, tal como é pluralizado na VAP, por influência, deduzimos, do molde de pluralização do PE).

Outra característica das línguas bantu é a inexistência de artigos e de género com conotação sexual. Por exemplo, o nome *mubika* (termo da língua Kimbundu) é usado tanto para o masculino quanto para o feminino, significando, *escravo(a)*. Corresponde, portanto, aos chamados substantivos comuns de dois géneros, em LP, considerados por Chatelain (1888-89:40)¹⁷ como epicenos.

O sistema vocálico das línguas bantu é simétrico, quer dizer que o mesmo comporta uma vogal central (*a*) e um número idêntico de vogais anteriores (*i, e*) e de vogais posteriores (*u, o*);

¹⁶ "A classe constitui um sistema que permite aos substantivos participar de forma evidente na expressão da distinção singular/plural. Assim, a passagem de uma classe à outra faz-se através da substituição dos morfemas prefixais [...] ou da adição destes [...]." Cf. Fernandes e Ntondo (*op. cit.* pp. 77-78).

¹⁷ Material digital, consultado a 20 de setembro de 2017, de <https://archive.org/details/kimbundugrammar00chatgoog>

Algumas consoantes orais como as oclusivas [b], [d], [g], só para citar algumas, não aparecem de forma isolada, por serem sempre pré-nasalizadas, formando grupos indivisíveis. Assim: [mb] em *mbuta*; [nd] em *ndoki*, [ñg] em *ngwvulw*, por exemplo.

A maioria das LB utiliza tons¹⁸, variação de altura¹⁹ no interior de um mesmo lexema que permite opor duas unidades lexicais de sentido diferente, mas cujo contexto fonético é idêntico, permitindo identificar a existência de vogais breves e longas, tal com sucede em *zinga* (*viver*), na qual a vogal i é breve e *ziinga* (*embrulhar*), em cuja duplicação da mesma vogal representa o tom longo. Em termos diacríticos, a representação gráfica da vogal longa é marcada pelo acento circunflexo (*zînga*);

Em termos ortográficos, as línguas bantu não diferem muito da LP, pelo fato de naquelas ser também utilizado o alfabeto latino. As vogais da LP, mormente as orais, são idênticas, apesar de o sistema vocálico das Línguas Bantu (especificamente o das línguas faladas em Angola) ser muito simplificado, por não conter vogais nasais, com exceção do Umbundu. A natureza fonética das LB concorre, todavia, para a existência de algumas diferenças, não obstante as semelhanças apontadas. A maior divergência assenta, sobretudo, na escrita. Relativamente a isto, basta citar as contradições atualmente existentes na grafia de alguns topónimos angolanos, muitos dos quais já anteriormente apresentados, como é o caso de Wíla, Lwanda, Muxiku, atualmente grafados Huila, Luanda, Moxico. Há de se convir que tal falta de uniformização ortográfica é motivada ou pela falta de uma política linguística efetiva ou pela falta de coerência na materialização das políticas existentes, como já atrás apontamos, uma vez que a Lei de Bases da Toponímia²⁰ (2016) é clara quanto aos critérios ou às normas que devem ser observadas, as quais devem ser certificadas pelo ILN.

1.5. Línguas não Bantu - características gerais

Tal como nos referimos anteriormente, as investigações empreendidas pelo Instituto Nacional de Línguas conduziram à constatação de que, além das LB, em Angola são também faladas LnB, entre as quais se destacam as línguas Khoisan e a língua Vátwa. Estas línguas são consideradas não bantu porque os grupos etnolinguísticos que as falam não pertencem ao grupo bantu, em conformidade com Wheeler e Pélissier (*op cit.* p. 36):

“existem três pequenos grupos não bantu em Angola, os povos khoisan, que tiveram origem nos grupos bosquímano e hotentote: os bosquímanos, os cuissi e os

¹⁸ Segundo Fernandes e Ntongo (*op. cit.* pp. 86-87), “o tom pode ser: *simples* ou *pontual*. Este, por sua vez, pode ser alto, grafando-se, neste caso, com o acento agudo (´) ou baixo, cuja grafia é representada pelo acento grave (`); *Complexo*, grafado com o acento circunflexo (^) ou com o ‘circunflexo invertido’ (˘).

¹⁹ Em termos linguísticos, “a altura de um som explica-se pela frequência das vibrações do fundamental desse som. Fisiologicamente, tem a sua causa nas dimensões e na tensão das cordas vocais, o que explica que a altura de um som varie com o sexo, a idade, a altura do indivíduo, etc., e varie no decorrer do discurso” (Ducrot & Todorov, *op. cit.* p. 220).

²⁰ Para uma ideia mais abrangente sobre o assunto, leia-se, por exemplo, o Art. 7º (pontos 1 e 2) da referida Lei, disponível em studiosvdv.com/ADRA/I-155-Diario-da-Republica.pdf (consultado a 9 de maio de 2018, à 1h55).

cuepe. Contando apenas cerca de dois mil a seis mil indivíduos, são sobretudo nómadas do deserto. Últimos representantes de antigos caçadores-recolectores da velha Angola, estes homens de pele castanha são marginais, quer em termos raciais quer em termos culturais. Não pertencendo exatamente ao grupo racial negro, possuem algumas características físicas do grupo mongol. Habitam os confins áridos e remotos do sul de Angola. Não estando integrados no sistema moderno, produto dos últimos cinco séculos, rejeitaram as influências bantu e europeias e avançaram por sua conta e risco para os desertos inóspitos, em vez de competirem por terras estrangeiras mais bem irrigadas.”

Parafrazeando Fernandes e Ntongo, a designação khoisan, atribuída a J. Shapera e adaptada em inúmeros trabalhos, resulta da combinação das palavras Khoi - Khoin que significa “acumular, colher frutos, arrancar raízes da terra, capturar pequenos animais.” Trata-se, segundo Olderogge, D. (*apud* Fernandes & Ntongo, *op. cit.*), do género de vida e modo de produção a partir do qual proveio a designação ou qualificação de um grupo humano.

No que tange às características destas línguas, pouca informação há para tecer, senão que, tal como as LB, elas constituem uma unidade, embora alguns traços as particularize, sendo que a sua principal particularidade é o “emprego de cliques que, à diferença da maioria dos modos de articulação, não resultam da ação dos órgãos da palavra sobre a coluna do ar expirado, proveniente dos pulmões, mas da ação de um dos órgãos da palavra sobre o ar proveniente do exterior.”

1.6. Operacionalização das Línguas Africanas em Angola

Como vimos anteriormente, a política linguística colonial baseava-se numa ação em favor do prestígio, da difusão e da proteção da LP em detrimento das línguas locais. Conquistada a independência, a LP continuou a gozar dum estatuto especial (por razões já apontadas); contudo, contrariamente à política colonial, a política adotada na Angola independente já visa à valorização das línguas africanas faladas em Angola (Mingas, *op. cit.*), tal como é observável na Constituição da República de Angola (2010), nos pontos 1 e 2 do Artº 19, nos quais se estabeleça que “a LO da República de Angola é o Português, e que o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola [isto é, das Línguas Africanas faladas no território nacional], bem como das principais línguas de comunicação internacional.”

No Artº 21 da mesma Constituição lê-se que o Estado deve “proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação.”

Para isso, concedeu-se ao ILN, entre outras, as funções de “realizar estudos científicos sobre as línguas nacionais; contribuir para a normalização e ampla utilização das mesmas em todos os setores da vida nacional.” (Silva, A., P., *op. cit.* p. 37)

Semelhantemente, na Lei 13/1, de 31 de dezembro de 2001 (Lei de Bases do Sistema de Educação), no Artº 9º, encontra-se o primeiro passo em direção à proteção e valorização das línguas nacionais depois da independência, o que constitui uma valorosa conquista no seio da cultura angolana. De acordo com Silva, A., P. (*op. cit.* p 50),

“em agosto de 2004, após a realização do 2º Encontro Nacional sobre Línguas Nacionais, o Ministério da Educação admitiu a hipótese de introduzir, no sistema de ensino, algumas línguas locais consideradas nacionais. Atualmente, urge definir uma política linguística de caráter psicossocial, cultural e política (sic), obviamente reforçada por interesses económicos que, hoje, se inserem num contexto mundial, de forma a atribuir um estatuto às línguas angolanas de origem africana.”

A maior dificuldade prende-se, entretanto, com a implementação destas decisões legais (Silva, *op. cit.*), porque apesar de os projetos existirem desde a independência, as línguas nacionais continuam a não merecer a devida valorização (o que é patente na ausência e na não inserção das mesmas na esfera sociopolítica-administrativa do país), “não gozam de nenhum estatuto definido, servindo somente de línguas de comunicação a micro-nível, isto é, elas são operacionais só entre os membros de um mesmo grupo etnolinguístico ou de uma mesma comunidade linguística” (Fernandes & Ntondo, *op. cit.* p. 18). São igualmente utilizadas em alguns domínios religiosos bem como em alguns órgãos da comunicação social (pública), como a RNA e a TPA.

No que diz respeito à inclusão das línguas nacionais no sistema de ensino, Chicuna (*op. cit.* p. 43) defende que as mesmas “devam ser ensinadas a cada respetivo grupo etnolinguístico, e que todas elas merecem, por parte do Estado, uma atenção igualitária”.

Que todas as línguas nacionais, sem exceção, devem merecer por parte do Estado a mesma atenção no que compreende a “criação de condições para a sua investigação, ensino e promoção” (Chicuna, *ibidem*) não é objetável. Todavia, a estratégia do seu ensino a nível regional pode apresentar um senão, uma vez que não resolveria as limitações apresentadas por Fernandes e Ntondo, quando sustentam que “as línguas nacionais servem somente de línguas de comunicação entre os membros de um mesmo grupo etnolinguístico ou de uma mesma comunidade linguística”, acentuando ainda mais os regionalismos. Limitar o ensino das línguas nacionais aos respetivos grupos etnolinguísticos não alargaria o seu espaço de difusão para uma abrangência nacional. Achamos, contudo, que uma possível estratégia para dirimir, ou, no mínimo, atenuar esses regionalismos, seria a implementação das línguas nacionais de origem africana em todos os níveis de ensino. Logo, ao longo dos anos de escolaridade, a começar desde os primeiros, para que se possa, desde cedo, incentivar a aprendizagem e o gosto pelas línguas nativas, elas deveriam ser ensinadas como disciplinas obrigatórias dos curricula escolares, em todos os níveis de ensino.

Consequentemente, a ausência de uma política linguística efetiva para as línguas locais contribui, explicitamente, para a singular hegemonia da LP, por um lado, e para o desconhecimento e desinteresse pelas mesmas, por outro, de tal maneira que “a maioria dos descendentes de famílias urbanas não fala nenhuma das línguas nacionais, porque, até hoje, lamentavelmente, ainda paira na consciência de muitos angolanos que falar uma ‘língua pátria’ (usando a linguagem de Chatelain) é sinónimo de atraso social e de incultura. Claro que isto é um resquício da política colonial em relação às línguas africanas. Mas convém ter patente que a cultura de qualquer sociedade humana estabelece uma interdependência com a língua, “porque esta é reflexo daquela” (Jordan, 1937, *apud* Elia, 1978:216), embora a língua não seja, claro, o único traço identitário-cultural de um povo. Pelo fato de a mesma estabelecer traços muito estreitos com a cultura, pode-se mesmo afirmar que na língua está a cultura, o que significa que desvalorizar uma língua é desvalorizar a cultura da qual a língua faz parte (Lima A., 1987).

Sendo a língua suporte de identidade cultural, e uma vez que ela constitui um património da comunidade que a usa, urge a necessidade de se conservar e de se valorizar as línguas bantu faladas em Angola, tornando-as dinâmicas e “promovendo-as em todas as formas de expressão cultural”, como defende a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), publicada em Barcelona, no Artigo 41^o²¹, sob pena de existirem cada vez menos falantes e de, conseqüentemente, se perder o acervo linguístico-cultural nacional; pois que, afinal, “a cultura não é geneticamente transmitida, mas herdada socialmente” (Lima A., 1987:67).

1.6.1. O Kimbundu - sua importância no contexto geolinguístico angolano

O Kimbundu, cujo significado quer dizer *linguagem de pretos*, segundo Chatelain (*op. cit.* p. 11), é uma das línguas bantu do rico contexto linguístico angolano. Assim como o termo *ki-mbundu*, as expressões *a-mbundu*²² e *mu-mbundu*²³, refere Chatelain, “constam de uma base comum *mbundu* e dos prefixos *mu-*, *a-* e *ki-*, significando *mu-* (pessoa), *a-* (pessoas) e *ki-* (linguagem).”

O Kimbundu é a língua falada pelo 2º maior grupo etnolinguístico de Angola, os Ambundu, totalizando um número de falantes não superior a 1.500. 000, cuja área de difusão já anteriormente mencionamos. De acordo com a classificação de Guthrie, isto é, a classificação das línguas bantu por Zonas, o Kimbundu, a par do Kikongo, pertence à Zona H (Fernandes & Ntongo, *op. cit.* pp. 43, 93). “Dados do Censo de 2014 revelam que o Kimbundu é a terceira (3ª) língua com maior número de falantes em Angola, com uma percentagem à volta de 7,82% de locutores” (Hagemeijer T., *ibidem*).

²¹ Disponível em www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf, consultado a 16 de março de 2018, às 14h02.

²² Pretos ou pretas (*ibidem*).

²³ Um preto ou uma preta (*ibidem*).

A língua Kimbundu foi sempre uma das línguas nativas de Angola com maior expressão, tendo sido “a primeira língua angolana a ser estudada e escrita pelos missionários [...], nos séculos XV e XVI” (Zau, *op. cit.* p. 96), razão pela qual Chatelain a considerou ‘língua geral do antigo reino de Angola’ (*op. cit.* p. 9). Atualmente, é ainda visível a sua influência na esfera contextual da cultura angolana, sendo, em conformidade com Zau (*op. cit.* p. 64), “aquela que, entre as várias línguas africanas de Angola, mais influência tem exercido quer no PE, quer na própria VAP, nos vários níveis de descrição linguística, fundamentalmente no enriquecimento lexical.”

1.7. Interferências lexicais do Kimbundu na VAP

Como se sabe, o contato entre línguas resulta em interferências, fenómeno linguístico que consiste na utilização de estruturas e de elementos linguísticos de uma língua (‘língua de partida’) na outra (‘língua de chegada’), “permitindo o surgimento de novas unidades lexicais em cada sistema linguístico em presença” (Chicuna, *op. cit.* p. 112).

Assim, o contato entre a LP e as LAs faladas em Angola tem gerado “particularidades assinaláveis que distinguem a VAP da norma europeia, fruto das interferências, diretas ou indiretas, da gramática das LB (Raposo, *op. cit.* p. 161), (Undolo, *op. cit.* p. 286),” “resultando na criação de novas palavras e expressões forjadas pelo génio inventivo popular, bem como certos desvios à norma padrão do PE, imprimindo-lhe uma nova força, vinculando-a, adaptando-a, cada vez mais, à realidade sociocultural angolana” (Silva, A. P., *op. cit.* p. 36). Neste aspeto, “o Kimbundu assume um papel preponderante no universo das línguas nacionais de origem africana, por ser, de longe, a língua de onde emana a maior quantidade de neologismos (angolanismos) presentes quer no português PE quer no PB (Zau, *op. cit.* p. 73).”

A interferência linguística pode observar-se em todos os níveis da língua: tanto a nível da estrutura do léxico como ao nível gramatical. No concernente a isto, Mingas complementa que “o nível lexical é, sem sombra de dúvidas, o mais rico em fenómenos de interferência, se se tiver em linha de conta que ele constitui a parte menos rígida de uma língua” (*op. cit.* p. 59).

Tendo em conta aquilo que interessa para o presente trabalho, não constitui nosso objetivo fazer uma descrição exaustiva sobre as interferências do Kimbundu na VAP. Embora as mesmas se observem noutras esferas da língua, isto é, a nível lexical, fónico e morfossintático, será aqui destacado apenas o aspeto lexical, por, como o demonstraremos, ser a base do uso do morfema só como fórmula de cortesia.

Porque as realidades linguísticas nunca são completamente homogêneas, em decorrência de fatores que vão desde os geográficos aos de estratificação social e os diferentes graus de formalismo das ocasiões de comunicação (Marquilhas, R., 1996:563), o contato entre a LP e as LAs resultou numa mudança linguística, “fenómeno que afeta as línguas no seu porvir histórico” (Mota, *op. cit.* p. 510), dando origem à VAP, que,

naturalmente, em muitos aspetos se distingue da Variedade Europeia. Uma das estruturas ou sistemas onde se nota maior transformação e que, por isso, distingue notavelmente ambas as variedades é o campo lexical, no qual algumas palavras restringem o seu significado, outras estendem-no, como é o caso do morfema *só*, cuja extensão semântica é o mote deste trabalho; outras ainda sofrem uma profunda alteração semântica, com o passar do tempo (Mateus & Cardeira, *op. cit.* p. 45).

Assim, além do uso já bastante generalizado de palavras como *kuiár*²⁴ *kizomba*²⁵ *buê*²⁶, *kota*²⁷, apenas para referir algumas, tem-se registado, na VAP, a emergência de outras tantas palavras importadas do Kimbundu, não só pertencentes a grupos abertos (como as que apontamos), mas também expressões que fazem parte de grupos fechados, como é o caso do morfema *só*, usado na VAP com a função pragmático-semântica de *favor*. Cremos que a razão deste fenómeno ou desta mudança²⁸ decorre do contanto, bastante remoto, entre a PL e as LAs, posto que nestas situações (em que o grau e a extensão do contato resulta numa convivência bastante alargada)

“podem ocorrer, *grosso modo*, dois quadros: i) criação de bilinguismo dos falantes (o que implica a manutenção da Língua de Origem (LO, a partir daqui) e influências desta sobre a Língua Alvo (LA, a partir daqui) e vice-versa) ou ii) abandono progressivo (...) da LO, por adoção da LA como única língua da comunidade” (Mota, *op. cit.* p. 513).

A política linguística colonial, em Angola (e não só), como vimos, tendeu para o segundo quadro. Porém, mesmo sob a intensa pressão da LP (LA) sobre as LAs (LO), não se deu a glotofagia das línguas nativas, o que permitiu o surgimento do primeiro quadro; ou seja, não tendo havido a morte das LO, criou-se, em Angola, um estado de bilinguismo. Ora, “quando este processo implica a passagem de gerações, o sistema de cada uma das línguas

²⁴ É muito provável que a expressão *kuiár*, bastante popular na VAP, seja um empréstimo proveniente do Kimbundu, uma vez que neste língua o verbo é empregado para se referir a algo agradável, ou que saiba bem. A analogia com o Kimbundu tem como fundamento primeiro a ocorrência nessa língua bantu do verbo *kuiáia*, do qual, por apócope (fenómeno fonético que consiste na supressão ou queda de um fonema no fim da palavra) do ditongo crescente *-ia* e por paragoge (fenómeno fonético contrário ao anterior) da desinência do infinitivo *-r* proveio, cremos, o verbo *kuiár*. Por outro lado, tomando em conta a carga semântica do verbo *kuiáia* em Kimbundu, que remete para algo agradável, pois ‘diz-se do azeite a ferver ou do toucinho a derreter-se, acto de fervilhar ou de rechinar’, acreditamos ser esta a origem do verbo *kuiár* na VAP (cf. A. de Assis Júnior, *op. cit.* p. 182).

²⁵ Termo Kimbundu, que significa, *dança, folgado, diversão*.

²⁶ Contração da preposição *bua* (ou *bu*) e do pronome pessoal *eie* (usado na VAP como advérbio de intensidade/quantidade), (Cf. A. de Assis Júnior, *op. cit.* p. 25).

²⁷ Abreviação de *mákota* ou *dikota* (os mais velhos, os maiores; os superiores...). Contudo, mais do que simplesmente fazer referência à superioridade etária, o semantismo dos adjetivos/nomes *kota*, *mákota*, *dikota* remete para a idoneidade. Portanto, um *kota* é-o, no verdadeiro sentido da palavra, não só por ser o maior em idade, mas, e acima de tudo, pela sua responsabilidade e idoneidade, bem como pelo seu saber e riqueza.

²⁸ Referimo-nos às mudanças decorrentes de influências exógenas ou externas (a que está exposta a maioria das línguas), resultantes do contato de uma língua com outras realidades culturais, sociais e políticas, apesar de as alterações dessas causas externas incidirem também na estrutura interna da língua ou das línguas em contato (Mateus & Cardeira, *op. cit.* pp. 43-44).

sofre grandes alterações, não só porque a mudança interna²⁹ terá, entretanto, operado, como porque o contato terá tido como consequência a importação extensiva de traços da outra língua” (Mota, *op cit.* p. 520). Nos casos como o de Angola (em que há condições de forte convivência, por um lado, e o reconhecimento da LA como elemento *sine qua non* para a inserção e ascensão social, por outro),

“os falantes da LO tendem a aproximar-se progressivamente do sistema da LA, introduzindo-lhe modificações em parte explicáveis pelo sistema prévio que possuem da sua língua (...), podendo acontecer que a LA venha a ser afetada pela versão que dela própria falam os nativos da LO, ou pela própria LO” (Mota, *op. cit.* p. 511).

Partindo, deste pressuposto, concluímos que o uso do morfema *só* como fórmula de cortesia e como mecanismo de atenuação, na VAP, é mais um empréstimo bantu, introduzido naquela Variedade do Português em decorrência do contato de que temos vindo a falar, porque, de acordo com as investigações por nós realizadas acerca do assunto, foi possível conferir, no já citado dicionário de A. de Assis Júnior, que em Kimbundu, quando se pretende atenuar o ato ilocutório diretivo, usa-se a expressão *ngó* com a mesma equivalência da expressão *por favor*, em português.

Dada a pertinência com que se reveste o assunto para o nosso trabalho, decidimos passar em revista a descrição que o *Dicionário Kimbundu-Português* apresenta sobre essa simples expressão, mas cuja natureza semântica é bastante diversificada. Sobre o assunto, lê-se, na página 47 do mesmo dicionário:

“*Ngó*, *adj.* Vago | Não ocupado | Disponível || *Só*; sozinho | Não acompanhado: uala – || Único: umoxi – | Sem mais nada | Sem ornatos ou pompas: hangala – | Vazio; seco: mukuri ua – Singelo; simples; puro; não corrompido: mutu ua – | Árido, enfadonho. | Dado, concedido de graça | Gratuito: kubanga – || *sub.* Serviço prestado gratuitamente | Favor: kukalakala – | Serviço recebido sem retribuição | Proteção; amparo || *adv.* Apenas; somente: ng’ambe – | Gratuitamente | Unicamente |: ula – mûngu | Sem suavidade; sem importância: kima kia – Grátis.”

É possível verificar, a partir do exposto, a plurifuncionalidade pragmático-semântica da expressão *ngó*. Dentro dessa diversidade signíca e funcional, nota-se que o Kimbundu usa a expressão *ngó* com o mesmo significado e função que tem o morfema *só* em Português, desempenhando, dependendo do contexto frásico, funções morfossintáticas ou de adjetivo ou de advérbio. Contudo, distintamente da funcionalidade do morfema *só* em Português, o funcionamento do seu equivalente em Kimbundu, a expressão *ngó*, é mais abrangente,

²⁹ “Mudança inerente a qualquer língua e que tem a ver com o funcionamento do próprio sistema. Trata-se de um processo do mesmo tipo ao que ocorre em relação à mudança decorrente de situações de contato linguístico mas com origens diferentes e consequências diversas” (Matesu & Cardeira, *ibidem*), (Mota, *ibidem*).

desempenhando, igualmente, as funções morfossintáticas há pouco citadas, mas também o semantismo de *favor* (ou *por favor*). Ora, como os ‘favores’ são feitos graciosamente, ou prestados/recebidos de modo gratuito, no sentido mais genuíno do termo, presume-se que, por influência do Kimbundu, o morfema *só* passou a ser usado na VAP com o mesmo e autêntico valor pragmático-semântico da expressão *por favor*.

Convém, todavia, assumir que, embora com alguma raridade (contrariamente ao que se assiste na VAP, onde o uso do morfema *só* com valor semântico de *favor* está bastante generalizado a nível da coloquialidade), a nível do PE o morfema *só* é, também, frequentemente associado aos atos diretivos diretos. Tome-se como exemplo a frase ‘... *só* queria uma informação...’ Não há dúvidas de que se está diante de um ato ilocutório diretivo, uma vez que o locutor levará o interlocutor à ação. Todavia, no que diz respeito à cortesia, não nos parece que o morfema *só* seja o recurso através do qual se queira expressá-la, uma vez que a frase não se torna necessariamente descortês sem a sua ocorrência: ‘... queria uma informação...’ Com efeito, o recurso ou processo linguístico responsável pela demonstração da cortesia, na frase em análise, é a “desatualização temporal (verbo no imperfeito do indicativo).” (Carreira, 2001:88). Apesar do apelo “obrigatório quer em relação aos fatos quer em relação aos conceitos que deve haver no domínio do conhecimento científico” (Deshaiés, B., 1992:50), entendemos que a ocorrência de frases desta natureza, no PE, toma o morfema *só* com a finalidade de atenuar a natureza impositiva do ato diretivo e não propriamente com o fim de se expressar cortesia, o que equivaleria, a exemplo do que ocorre na VAP, à expressão *por favor* (porquanto nem sempre a atenuação resulta em cortesia, como será visto mais adiante, no capítulo II, propriamente em 2.4.). Não sendo, porém, a nossa hipótese uma ‘verdade absoluta’, podem aventar-se outras em torno da ocorrência do morfema *só* em atos diretivos no PE. É forçoso, contudo, acrescentar que a nível do contexto oral da VAP a mesma frase seria tida como cortês, ocorrendo nela o morfema, ou como atenuada, mas não necessariamente cortês, sendo o mesmo subtraído. Se, portanto, a nível do PE a frase em consideração denota cortesia recorrendo-se apenas à desatualização temporal, a nível da VAP a mesma frase não o deixa de ser, mas teria, certamente, melhor acomodação ou aceitação pelo interlocutor se ocorresse não só com o verbo no imperfeito, mas também, e sobretudo, com o morfema *só*: ‘... queria *só* uma informação...’

Retomando o ‘fio condutor’ acerca do que descrevíamos sobre a plurifuncionalidade pragmático-semântica da expressão *ngó*, analisemos, para melhor percepção, a tradução³⁰ das frases que se seguem (extraídas da já citada *Gramática Elementar do Kimbundu*):

Tradução 1:

- 1 - Banga *ngó* mikanda. - ‘Escreva *só* as cartas.’
- 2 - Sumba *ngó* kambudi kamoxi. - ‘Compre *só* uma ovelha.’
- 3 - Ene ala ni jingombe jitatu *ngó*. - ‘Eles têm *só* três bois.’

³⁰ Uma vez que não temos competências linguísticas do Kimbundu, solicitamos a tradução a duas pessoas que falam essa língua bantu.

- 4 - Etu twala ni kamona kamoxi ngó. - ‘Nós temos só um filho.’
- 5 - Bonga ngó mbonzo sambwadi. - ‘Apanhe só sete (7) batatas.’
- 6 - Mwene wajibile atu kiyadi, ki umoxi ê ngó. - ‘Ele tinha matado duas pessoas; não foi só uma.’

7 - Eme ngi haxi; nguami kwadya funji ngó. - ‘Eu sou doente; não quero só comer funji.’

Tradução 2:

- 1. Banga ngó mikanda - ‘Faça, *por favor*, as cartas.’
- 2. Sumba ngó kambudi kamoxi - ‘Compre, *por favor*, uma ovelha.’
- 3. Ene ala ni jingombe jitatu ngó - ‘Eles têm *somente* três bois.’
- 4. Etu twala ni kamona kamoxi ngó - ‘Nós *só* temos um filho.’
- 5. Bonga ngó mbonzo sambwadi - ‘Apanhe *somente* sete (7) batatas.’
- 6. Mwene wajibile atu kiyadi, ki umoxi ê ngó - ‘Ele matou três pessoas, não *apenas* uma.’
- 7. Eme ngi haxi; nguami kwadya funji ngó - ‘Eu sou doente; não quero *só* comer funji.’

Estas frases demonstram a plurifuncionalidade da expressão *ngó*. São evidentes as diferenças nas traduções (pois uma parece ser mais literal, ao passo que outra parece mais contextual), embora as mesmas sejam ligeiras. Merecendo, todavia, uma análise mais cuidada, é possível observar que as frases 1 e 2 da primeira tradução podem ser ambíguas, porquanto em ‘*Escreva só as cartas.*’ e em ‘*Compre só uma ovelha.*’ o morfema *só* (equivalente da expressão *ngó*) pode desempenhar funções restritivas, no sentido de que o locutor deseja que o alocutário escreva as cartas e *nada mais*, ou que não compre mais do que *uma ovelha*. Mas, dada a presença das formas verbais ‘escreva’ e ‘compre’ com valor imperativo, nada impede também que o mesmo morfema possa funcionar pragmático-semanticamente com o valor de *favor*, tal como aparece na segunda tradução.

Já nas frases seguintes (em ambas as traduções), até à 6ª, já não é dúbia a função ou o valor do morfema *só*: funciona como expressão restritiva, desempenhando, em todos os casos, a função de adv. Convenhamos, não obstante a aparente clareza, que na frase 5 da primeira tradução, ‘*Apanhe só sete (7) batatas.*’, o morfema *só* pode ser interpretado como *favor*, dado o valor imperativo da forma verbal.

Na frase número (7), em ambas as traduções, o morfema *só* aparece com uma função distinta das anteriores, cujo semantismo é tanto quanto opaco. A mesma frase tanto pode ser percebida com o morfema *só* como pode sem o mesmo. Ora, atentando a esta aspeto facultativo, é dedutível que a presença do morfema, na mesma frase, desempenha apenas funções de reforço ou de intensificação, assunto que será tratado já no capítulo que se segue (no último ponto) e que será extensível ao último capítulo, ao qual está reservada a apresentação de exemplos típicos do contexto linguístico angolano, onde o morfema *só* ocorre com funções de intensificação.

CAPÍTULO II – ATOS ILOCUTÓRIOS E PRINCÍPIOS DE CORTESIA LINGUÍSTICA

2.1. Introdução

O presente capítulo tem como propósito verificar as relações entre os atos ilocutórios (os diretivos fundamentalmente) e os princípios de cortesia linguística. Em função deste objetivo, o capítulo reúne em si considerações ligadas não só ao quadro teórico sobre os atos de fala e sobre os princípios que regem a cortesia linguística e a associação desta à cortesia verbal, mas também aos mecanismos de atenuação e intensificação, questões fortemente ligadas com a dimensão interacional da língua, isto é, com a funcionalidade do ato discursivo, e que constitui um dos principais objetos de investigação da Pragmática.

Campo de investigação da Linguística do Uso/Funcionamento do Sistema (Fonseca, 1994:98), “a Pragmática desenvolveu-se na década de sessenta (a partir dos trabalhos dos filósofos da linguagem J. Austin e J. Searle - sobre a teoria dos atos da linguagem - e de H. P. Grice - sobre o implícito e sobre a análise da conversação e das máximas conversacionais) e tem como fundamento de estudo, além de muitas outras questões, os princípios que regulam o uso da língua, por oposição ao estudo do sistema da língua (J. Moeschler & A. Reboul, 1994)³¹.

Sobre a evolução do termo ‘pragmática’, Lima (2006:13) salienta que

“...durante muitos anos, a palavra *pragmática* não era muito usada, e sim a palavra *pragmatismo* [...]. A primeira só começou a ser usada com certa frequência a partir dos anos setenta do século XX e principalmente no âmbito da ciência linguística. Aí, a *pragmática* não designava a disciplina que tratasse da ação humana em termos gerais, mas sim - mais especificamente - que estudasse as ações humanas que têm a ver com a linguagem humana”.

Neste sentido, o autor sublinha que o termo “*pragmático*”³² remete para a ideia de ação, isto é, da ação comunicativa, praticada por meio da linguagem. Como tal, pode dizer-se que a Pragmática é a disciplina que estuda a linguagem humana sob o ponto de vista da comunicação”, ou da funcionalidade dos atos comunicativos, isto é, dos atos de fala, cujo princípio regulador, o princípio da interação discursiva entre os interlocutores,

³¹ Artigos de apoio Infopédia. Porto: Porto Editora, 2003-2018, consultado a 6 de março de 2018, às 22:29, disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$pragmatica](https://www.infopedia.pt/$pragmatica).

³² O itálico é nosso.

pragmaticamente conhecido como ‘Princípio da Cortesia ou Delicadeza’, desenvolvido por Grice (1975) e igualmente por G. Leech³³.

...se correlaciona com o contexto situacional e o contexto sociocultural dos interlocutores, e concretiza-se nas estratégias discursivas adotadas pelos mesmos a fim de evitar ou reduzir os conflitos, as ofensas ou as ameaças entre qualquer dos intervenientes na interação comunicativa verbal, devendo para tal observar-se *máximas* como não interromper o interlocutor, não manifestar falta de atenção, evitar o silêncio ostensivo, não proferir insultos, injúrias ou acusações gratuitas, etc. Outros procedimentos retórico-estilísticos contribuem para levar à prática o princípio de cortesia: os atos de fala indiretos, o eufemismo, a lítotes, a preterição, a perífrase, etc. Tem como fundamento “a racionalidade que deve caracterizar a interação convencional, de acordo com os seus objetivos e de modo a assegurar a eficácia dos seus procedimentos. (Cf. *Dicionário Terminológico*, p. 107³⁴).

Em toda comunicação humana, fundamenta Grice (1975:41-58) há um acordo geral de cooperação ou princípio de cooperação conversacional estabelecido entre um falante e um ouvinte.” Desta forma, de acordo com Lima (*op. cit.* pp. 58-59), “quando dois ou mais indivíduos tomam parte numa conversação, cada um deles tem certos objetivos que pretende alcançar: em termos globais, pode dizer-se que o objetivo de cada um é comunicar, isto é, fazer-se entender e entender o interlocutor ou interlocutores. Mas a comunicação só é possível se os participantes nela adotarem uma atitude de cooperação, ou se houver ‘envolvimento pragmático’ de ambas as partes (locutor e alocutário) em todas as etapas do percurso da produção da mensagem verbal (Pottier 1987:92, *apud* Carreira, 2001:82). Assim, cada um dos participantes tenta cooperar e espera o mesmo do outro ou outros.

A cooperação implica que cada participante faz intervenções que favorecem o alcance do objetivo perseguido, implícita ou explicitamente, por todos os envolvidos nessa conversação. Para o sucesso da conversação, as intervenções têm de ser relevantes face ao objetivo. Mais ainda, a cooperação esperada envolve outros aspetos ou comportamentos por parte de cada interveniente no ato conversacional, como, por exemplo, a veracidade e a clareza da informação, e que a mesma seja apresentada de maneira compreensível.

Se algum dos participantes não cooperar, neste sentido da palavra, a comunicação corre o risco de não se verificar. Atendendo a este risco, cada falante, durante a interlocução, geralmente faz com que as suas intervenções vão no sentido da cooperação. O seguimento do princípio de cooperação é universal e constante; todavia, tal não significa tê-lo presente ‘na cabeça’, conscientemente, a todo o momento em que se fala, pois que a

³³ Leech (1997:208 e seguintes) estabeleceu o chamado Princípio de Cortesia, análogo ao Princípio da Cooperação de Grice, entendendo-o como a garantia da manutenção da cooperação na interação e podendo ter dois pólos, um positivo e outro negativo. É o princípio que faz com que os interlocutores, mesmo quando os objetivos são discordantes, tenham em conta a face do outro, salvaguardando o sucesso da interação. E tal como Grice, Leech também formulou um conjunto de máximas, baseadas em fatores minimizadores e maximizadores: máximas do tato, da generosidade, da aprovação, da modéstia, etc.

³⁴ Disponível em <http://dt.dgiddc.min-edu.pt/> (consultado a 15 de março de 2018).

atitude de cooperação está de tal modo enraizada no comportamento comunicativo dos falantes que não se toma habitualmente consciência de que cada um coopera, quotidianamente, quando interage numa conversação.

Por conseguinte, o princípio da cooperação conversacional faz com que a contribuição de cada interlocutor para a conversação em que ele participa esteja de acordo, no momento em que a mesma ocorre, com o que é requerido pelo objetivo ou pela direção dessa conversação, e pode ser especificado em vários aspetos”, os quais são designados de máximas conversacionais, desenvolvidas por Grice, dentre as quais a da Quantidade tem como centro o ‘equilíbrio informativo do conteúdo.’ Ou seja, durante o ato comunicativo, o locutor deve preocupar-se em tornar a sua contribuição tão informativa quanto necessária aos objetivos correntes do intercâmbio comunicativo, evitando torná-la mais informativa do que necessário. Parte-se assim do princípio de que, num processo de interação, cada locutor faz com que a sua intervenção seja adequadamente informativa, isto é, que a mesma não contenha nem mais nem menos do que a informação necessária (Faria *et al*, 2003:72). A máxima da Qualidade consiste em ‘não dizer aquilo que o locutor pensa ser falso’ ou ‘inadequado’ (Faria *et al, ibidem*), isto é, que carece de evidência adequada. A da Relação, por sua vez, preocupa-se com a ‘relevância’ do conteúdo informativo que a mensagem veicula. A máxima da Maneira (ou do Modo), por último, consiste na ‘perspicácia da informação.’ Esta máxima, por seu turno, engloba outras quatro máximas, cujo foco é i) a não obscuridade, isto é, a clareza; ii) a desambiguação; iii) a brevidade e iv) a ordenação da informação. “Assim, um enunciado de um locutor é relevante se for produzido e reconhecido como tal pelo alocutário. É informativo se acrescentar algo ao saber anterior do alocutário.”

Entretanto, o valor informativo do conteúdo, ou seja, o reconhecimento de informação nova depende, segundo Mateus, de vários fatores. “Um primeiro fator a ter em conta é o estabelecimento de relação entre o enunciado e o discurso que imediatamente o antecede. Um enunciado ‘economiza’ referências e formas de referir, em função daquilo que foi anteriormente dito e da forma como foi expresso. A expressão elíptica *já* pode ser uma resposta cabalmente informativa e relevante em função do enunciado que a antecede, a qual podia, por exemplo, servir à pergunta *já terminaste o trabalho?*

Porém, para que a interpretação de um enunciado se faça por inferência, é preciso que, pelo menos, uma das máximas não se tenha verificado e que o alocutário reconheça essa violação como intencional por parte do locutor. Ao reconhecer, portanto, essa intencionalidade, o alocutário infere, simultaneamente a informação que está, desse modo, a ser-lhe transmitida. Esta informação adicional, este significado implicado pode constituir-se convencionalmente ou conversacionalmente, dando lugar a uma implicatura/implicitação conversacional ou convencional. A distinção entre ambas as implicaturas ou implicitações reside no fato de a primeira consistir numa “série de inferências na conversação, cuja descoberta pelo interlocutor depende apenas do reconhecimento por este da aparente infração ao princípio de cooperação conversacional, pelo que, tendo o mesmo reconhecido a exploração deliberada do princípio, procura, nos seus conhecimentos do/sobre o mundo e da

situação comunicativa concreta, uma interpretação que conceda sentido àquilo que o falante ‘disse implicitamente.’

As implicações conversacionais são assim designadas por as mesmas serem introduzidas no discurso sem recurso a outros meios que não sejam uma exploração hábil do princípio de cooperação, sem que haja, em nada do que é dito, qualquer elemento linguístico que possa indiciar a presença de uma implicação, embora, às vezes, haja casos em que a frase enunciada contém um elemento que sinaliza a presença de uma implicação, ao passo que a implicação convencional e a sua consequente compreensão é feita com base na expressão ou explicitação de uma palavra na frase enunciada cuja função convencional é precisamente marcar a presença, na respetiva frase em consideração, de uma implicação” (Lima, *op. cit.* pp. 62, 65, 67).

De acordo com Kempson (1980:75), “cada uma das máximas conversacionais constitui uma convenção normalmente respeitada” pelos falantes que, graças à sua competência comunicativa, ao fazerem uso da língua, convocam, naturalmente, para além destas máximas conversacionais, um conjunto de conhecimentos (linguísticos e extralinguísticos [que podem ser de ordem cultural, sociológica, psicológica, ou influenciados por um conhecimento partilhado por locutor e alocutário]), a fim de adaptarem aquilo que dizem à situação em que se encontram. É este conjunto de conhecimentos que permite adequar a fórmula de tratamento ao alocutário, identificar, através da força ilocutória, uma frase interrogativa como pergunta ou como pedido, reconhecer um agradecimento cortês de um que o não seja, ou identificar uma frase declarativa como convite ou como constatação.

A conclusão de que nem todos os enunciados que os falantes produzem objetivam a constatação de uma realidade, mas que, pelo contrário, têm em vista a realização de um ato ilocutório está na base da teoria dos atos de fala, primordialmente estudada por Austin, e ulteriormente desenvolvida por Searle.

De acordo com Faria (*op. cit.* p. 74), Searle (1976 e 1975) desenvolveu uma tipologia de seis atos, tendo em conta as funções comunicativas subjacentes a cada um deles (Trosborg, 1995:14). Cada ato apresenta uma determinada função ou força ilocutória (função e impacto que um enunciado assume no contexto em que é produzido de acordo com as relações de poder, estatuto e intimidade existentes entre locutor e alocutário - é o que permite distinguir o pedido da sugestão, ou da ordem, por exemplo) e é realizado com um objetivo ilocutório, a intenção com que cada enunciado é produzido ou realizado (Gouveia 1996:391). A partir da identificação do objetivo ilocutório Searle formulou a tipologia dos atos ilocutórios. “A taxinomia searleana permite concluir que apesar da multiplicidade de atos ilocutórios que os locutores podem realizar, o número de coisas básicas que se podem fazer com a linguagem surge limitado,” (Gouveia, *op. cit.* p. 401) porque, como o mesmo afirma,

“tudo se resume a dizermos aos nossos interlocutores como é a realidade, tentar levá-los a realizar ações, comprometermo-nos com a realização de uma ação, expressarmos os nossos sentimentos e atitudes face ao mundo e provocar-lhe algumas alterações por meio dos nossos enunciados, se bem que frequentemente

façamos mais do que uma destas coisas com apenas um enunciado.” (Searle, 1974b:369, *apud* Gouveia, *ibidem*).

Cada uma das funções acima apontadas (descrever a realidade, mover o alocutário, comprometer-se com..., etc.) corresponde, pois, como veremos adiante, a um determinado ato de fala.

2.2. Atos de fala

De acordo com o *Dicionário Terminológico* (doravante DT) (p. 103), o ato de fala corresponde à “produção de um enunciado num determinado contexto de interação comunicativa, através do qual o emissor realiza ou intenta realizar uma ação, isto é, fazer algo com o enunciado produzido...”

Tal como já foi dito, cada ato ilocutório é determinado por um objetivo (ou intenção comunicativa), o qual determina, por sua vez, a força ilocutória. Assim, *solicitar*, *aconselhar*, *prometer*, etc., são manifestações linguísticas distintas que, *ipso facto*, resultam em atos ilocutórios diferentes, porquanto as intenções que as motivam são também elas distintas. Os atos ilocutórios são dependentes, por conseguinte, de um único ato: o ato locutório. Ou seja, quando se emite ou se produz um determinado enunciado, quando se usa a fala, está, na verdade, em evidência o ato locutório, através do qual podem ser enunciadas diferentes intenções: perguntar, aconselhar, prometer, ordenar, etc. (Lima, *op. cit.* p. 29).

Por outras palavras, do exercício comunicativo dimanam diferentes atos, mas não necessariamente extrínsecos: um, correspondente à fala, ao uso da expressão linguística, isto é, à manifestação física da enunciação ou à ação produtora de um enunciado de acordo com as regras gramaticais da língua em causa, transmitindo um conteúdo proposicional. Este corresponde ao ato locutório³⁵ ou enunciativo, tido como ato linguístico do primeiro nível (Lima, *op. cit.* p. 29). Outro ato corresponde à intenção do enunciado proferido no ato locutório, ou à fase da operacionalização. É o ato ilocutório (considerado como ato do segundo nível). O ato ilocutório não é, todavia, consequência do ato locutório em si, mas da compreensão da intenção comunicativa expressa neste. Um último ato diz respeito aos efeitos ou ao impacto que a mensagem ou o conteúdo informativo³⁶ do ato ilocutório suscita no interlocutor, podendo-o surpreender, intimidar, convencer, assustar, seduzir, dependendo da força do ato anterior, isto é, da força do ato ilocutório, ou simplesmente força ilocutória. Este último ato corresponde ao ato perlocutório, cujos efeitos são chamados de efeitos perlocutórios (Fonseca, *op. cit.* p. 107).

Kempson (*op. cit.* pp. 58,59) resume o que acabamos de expor no parágrafo anterior nos seguintes termos: no exercício discursivo, “um falante profere sentenças com um determinado significado (ato locutório) e com uma determinada força (ato ilocutório) para atingir um determinado efeito sobre o ouvinte (ato perlocutório).”

³⁵ Também são usadas as terminologias *locutivo*, *ilocutivo* e *perlocutivo* (Cf. Cançado, 2005:126).

³⁶ Tome-se o significado de *informativo* no sentido mais lato do termo.

Dos três atos, o primeiro (o ato locutório) é o mais básico, por só a partir deste se poderem praticar atos ilocutórios. Contudo, são os atos ilocutórios que realizam a variedade da comunicação humana através da enunciação. É, portanto, destes últimos que nos vamos debruçar mais exaustivamente.

A propósito do acima exposto, tomemos, para fim exemplificativo, a frase ‘Cala-te!’, proferida *veementemente*, imagine-se, por um pai. Antes, porém, para melhor compreensão, analisemos o semantismo dos morfemas *locutório*, *locução* e *loqu*:

- i) *locutório* (do latim tardio *locutorius* ‘resultante da ação de se *emitir um enunciado*’, ‘recinto separado por grades, no qual é permitido às pessoas recolhidas em conventos ou mantidas em prisões *conversar* com as de fora que as visitam’);
- ii) *locução* (do latim *locutio* ou *locutio(ōnis)* ‘*discurso*, linguagem, maneira de falar, etc’);
- iii) *loqu-* (do verbo latino *loquor, ēris...* ‘*falar, exprimir-se...*’).

Nota-se que todos eles remetem para a noção de *uso da fala*. Com base nisto, ao fazer uso da fala, ao proferir/enunciar a frase ‘Cala-te!’, o pai põe em evidência o ato locutório (ou enunciativo). Por outro lado, ao proferir a mesma frase, o pai poderá ter tido a intenção de ameaçar, advertir, etc. A intenção com que ele profere a frase constitui o ato ilocutório. Por último, ao proferir a frase com *veemência* (constituindo a força ilocutória, neste caso), o pai espera um comportamento subsequente do filho: a obediência. O filho, por sua vez, tendo notado a veemência com que a frase foi produzida, pode, de fato, sentir-se ameaçado (ou não)³⁷ e, em consequência disso, obedecer à ordem. Este sentimento, este efeito ameaçador que a frase proferida veementemente pode vir a provocar no filho é, por assim dizer, o ato perlocutório.

Convém destacar que a força ilocutória pode ser expressa implicitamente no ato ilocutório, ou estar explícita no ato locutório. No exemplo tomado acima, a força ilocutória está implícita no ato ilocutório, através da veemência com que a mesma é proferida, mas não consta do ato locutório. Constaria se a frase fosse, por exemplo, “*ordeno* que te cales.” Ora, sendo assim, a oração subordinante (*ordeno-te*) funciona como termo explicitador da força ilocutória. Neste caso, estar-se-ia diante de um “proferimento performativo, havendo coincidência entre as forças locutória e ilocutória” (Caçado, *op. cit.* p. 127). São performativos “os verbos e as expressões que tornam explícito qual o ato que está a ser praticado” (Lima, *op. cit.* p.33).

Assim, no exemplo dado, a expressão performativa é *ordeno*. Para que um verbo funcione como performativo, tem de estar conjugado na 1ª pessoa do singular (ou do plural) do presente do indicativo. Embora “a maioria das sentenças performativas ocorram com o

³⁷ Mesmo que não se consiga o efeito ameaçador, a verdade é que outro efeito a frase poderá suscitar. Podia, por exemplo, provocar a intenção contrária (a desobediência) à do pai; ainda assim, não deixa de ser um efeito.

verbo na primeira pessoa, existem algumas exceções, com o verbo na 3ª pessoa” (Cançado, *op. cit.* p. 128). Eis abaixo dois exemplos, apresentados pela autora:

‘Nós te *condenamos* par todos os seus atos.’

‘Os passageiros do voo para Paris *estão* proibidos de entrar no país.’

Consideremos, particularmente, a teoria dos atos ilocutórios, uma das áreas nucleares da pragmática, cujo objetivo, conforme visto, é o estudo dos fatores reguladores da atividade verbal. Desenvolvida, numa primeira fase por Austin (1962, *apud* Carvalho, 2013:11), como também já o referimos, “a teoria dos atos de fala assentou na distinção entre enunciados performativos e enunciados constativos ou verificativos (Ducrot & Todorov, *op. cit.* p. 401). Segundo Austin, os atos constativos seriam aqueles que permitiriam realizar ações e que os segundos seriam aqueles que poderiam ser usados para descrever o mundo, ou seja, tinham por base uma crença da parte do locutor de que é verdade o que é representado no conteúdo proposicional (como é típico dos atos assertivos).

Para o caso dos performativos, apontaria, ainda, a diferença entre os enunciados performativos explícitos, que se realizam por meio de verbos de natureza performativa (Huang, 2011:96, *apud* Carvalho, *ibidem*), e os enunciados performativos implícitos, onde não consta o verbo performativo.

Austin realça também que para a felicidade ou sucesso de um qualquer enunciado performativo depende da observação de um conjunto de condições, às quais chamou de ‘condições de felicidade’, e que incidem, sobretudo, na apropriação das circunstâncias ao contexto de realização do ato de fala (...), (Huang, *ibidem*). No entanto, acabaria por abandonar/superar a dicotomia performativo vs. constativo ao concluir que os enunciados constativos também requerem condições de felicidade para o seu uso pleno e efetivo. Portanto, os enunciados constativos também correspondem a atos de fala: asserir algo é fazer algo no uso e pelo uso da linguagem.

Passaria a considerar-se, então, que a realização completa de um ato de fala implica a realização dos três atos de que já falamos: o locutório, o ilocutório (ações realizadas linguisticamente) e o perlocutório (Austin, *op. cit.* p. 101), cuja descrição tipológica corresponde a uma tentativa de caracterização dessas ações.

2.2.1. Tipologia dos atos ilocutórios

A tipologização ou taxonomia dos atos ilocutórios é feita, de acordo com Lima (*op. cit.* pp. 45-50), com base em semelhança e em critérios, que devem ser os mais gerais possível. No que diz respeito às semelhanças entre os atos ilocutórios, o autor sustenta que:

- “os pedidos e as perguntas têm em comum o fato de serem tentativas de *levar o interlocutor a praticar uma ação*;
- o pedido e a promessa partilham o fato de a *proposição expressa ao praticá-los dizer respeito a ações futuras* (do interlocutor, no caso de pedir, e do falante, no caso de prometer);

- a afirmação e a pergunta têm em comum o fato de *terem a ver com os valores de verdade (verdadeiro/falso)*: nas afirmações, o falante assume que a proposição que exprime é verdadeira; nas perguntas, o falante quer saber se a proposição que exprime é verdadeira;

- saudações como «Olá», despedidas como «Adeus» ou «Tchau», e expressões de irritação como «Bolas» assemelham-se porque ao praticá-los *não se exprime qualquer proposição*;

- dar os parabéns, apresentar condolências, agradecer, pedir desculpa, partilhar entre si o fato de serem *a expressão de estado de espírito relativamente a um dado acontecimento*;

- nomear alguém para um cargo, declarar aberta uma sessão, declarar alguém culpado (num tribunal) são semelhantes na medida em que todos eles, quando bem praticados, *têm como consequência a entrada em vigor de uma nova situação (...)*.

Quanto aos critérios (para a classificação dos atos ilocutórios), Lima aponta quatro, a saber:

1. Critério do objetivo ilocutório - o ato ilocutório pode ser categorizado consoante o propósito ou objetivo do falante ao praticá-lo. Assim, o objetivo de um pedido ou de uma ordem é levar o ouvinte a fazer algo; o propósito de uma afirmação ou de um relato é ser uma representação, avaliável sob o ponto de vista verdadeiro/falso, de um estado de coisas; o objetivo de uma promessa é ser a assunção de uma obrigação; o objetivo de um agradecimento ou de um lamento é serem expressões de estados psicológicos; etc. Geralmente, é o objetivo ilocutório que define o ato e, por isso, o objetivo ilocutório é o núcleo da ‘condição essencial’ para a prática do ato.

2. Critério da direção de ajuste entre palavras e mundo - Quando fazemos afirmações, descrições, relatos, etc., pretendemos que as nossas palavras representem a realidade, o mundo. Ou seja, pretendemos que as nossas palavras se ajustem ao mundo como ele é. Procuramos um ajuste das palavras ao mundo. A ‘direção de ajuste’ destes atos é, pois, ‘das-palavras-ao-mundo’. Por outro lado, quando pedimos ou prometemos algo, as nossas palavras exprimem um estado de coisas futuro que nós desejamos se venha a verificar. Desejamos que o mundo venha a ser como as nossas palavras o apresentam, pretendemos que o mundo venha ajusta-se às nossas palavras. Nestes atos, a direção de ajuste é, portanto, ‘do-mundo-às-palavras’.

3. Critério do estado psicológico expresso - Quem promete algo exprime a intenção de fazer esse algo. Quem ordena ou pede algo exprime a vontade de que esse algo se faça. Quem afirma algo exprime a crença de que esse algo é verdadeiro. Intenção, vontade e crença são algumas das atitudes ou ‘estados psicológicos’ sem os quais o ato ilocutório não seria sincero.

4. Critério do conteúdo proposicional³⁸ - Uma primeira diferença a notar é entre atos em que se exprimem proposições (ou funções proposicionais) e atos em que estas não se

³⁸ “Uma proposição é aquilo que é expresso por meio de uma frase” (Lima, *op. cit.* p. 25), isto é, o conteúdo transmitido pela frase.

exprimem. ‘Afirmar’, ‘perguntar’, ‘prometer’ estão na primeira categoria. Contrariamente, quando se saúda alguém com «Olá» ou quando se despede de alguém com «Adeus», não se exprime nem se pode exprimir qualquer proposição. Uma segunda diferença diz respeito às *restrições à proposição expressa*. Num pedido, a proposição refere-se a um ato futuro do *ouvinte*, mas numa promessa, a um ato futuro do *falante*; e, na afirmação, a proposição expressa pode ser uma proposição qualquer, sem restrições.

É com base nestes critérios que é possível estabelecer grandes classes de atos ilocutórios, apresentando cada classe diferentes valores destes critérios. ‘‘A taxinomia dos atos ilocutórios, formulada por Searle tem merecido grande aceitação e compreende atos assertivos, atos diretivos, atos compromissivos, atos expressivos e atos declarativos (cf. DT, p. 104).’’ Faria *et al* (*op. cit.* pp. 74-79), em cuja tipologização nos apoiamos, baseando-se em Searle, divide os atos ilocutórios em seis categorias diferentes: assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos, declarativos (ou declarações) e declarativos assertivos (ou declarações assertivas).

2.2.1.1. Atos ilocutórios assertivos

O objetivo ilocutório dos atos assertivos é comprometer o falante, em menor ou maior grau, com a verdade do que diz, isto é, a verdade da proposição expressa. Os atos ilocutórios assertivos são suscetíveis de serem avaliados em termos de dimensão verdadeiro/falso. A direção de ajuste dos atos ilocutórios assertivos é ‘das-palavras-ao-mundo’. O estado psicológico é o da crença na verdade da proposição expressa, e o conteúdo proposicional é qualquer proposição, podendo fazer-se afirmações sobre todas as coisas: passadas, presentes e futuras, próximas ou distantes.

Segundo Faria *et al*, em português, os atos ilocutórios assertivos realizam-se com base em:

- a) verbos ilocutórios assertivos, tais como: admitir, acreditar, afirmar, concordar, confessar, descrever, discordar, informar, negar, responder, etc.;
- b) expressões modalizadas de verbos criadores de universo de referência: considerar certo, achar possível, achar necessário, etc.;
- c) asserções simples cujo conteúdo proposicional é equivalente a frases contendo os verbos mencionados nas alíneas acima.

As realizações mencionadas nas alíneas acima constituem atos ilocutórios assertivos diretos. Podem, no entanto, encontrar-se casos considerados como atos ilocutórios assertivos indiretos:

- d) enunciados que, em interação, se tornam relevantes e adquirem representatividade quando considerados em conjunto com o enunciado anterior, como no exemplo³⁹ abaixo:

Loc. 1 - Achas que o Pedro vai chegar a horas?

³⁹ Exemplos apresentados pela autora.

Loc. 2 - *Claro!*

Necessariamente!

Por que é que não há de chegar?

- e) Enunciados que, em interação, contêm implicaturas conversacionais com função de respostas, cujo objetivo é relacionar o locutor com o valor de verdade do universo referido no enunciado anterior, e cujo sentido pragmático tanto pode ser positivo como negativo:

Loc. 1 - Achas que o Pedro vai chegar a horas?

Loc. 2 - *Se ainda é o mesmo que eu conheço...!*

- f) Frases simples, por vezes com estrutura exclamativa, em que o conteúdo proposicional é fundamentalmente controlado pelo locutor: “Que ridícula esta situação!”

Segundo Lima (*op. cit.* p. 47), expressam atos assertivos verbos como: “... negar, relatar, informar, responder, julgar, julgar, avaliar, concluir, admitir, confessar, asseverar, assegurar, confirmar, desmentir, notificar, argumentar, refutar, objetar, predizer, ressaltar, acusar, queixa-se (de), criticar, censurar, louvar, gabar-se (de)...

2.2.1.2. Atos ilocutórios declarativos

Os atos ilocutórios declarativos⁴⁰ têm como objetivo ilocutório produzir um novo estado de coisas, nomeadamente o estado de coisas referido na proposição expressa. Estes atos, quando bem-sucedidos, produzem uma correspondência entre a proposição expressa e a realidade, ou seja, o estado de coisas referenciadas coincide com o conteúdo proposicional do enunciado. A força ilocutória num ato ilocutório declarativo não se distingue do conteúdo proposicional. Convém sublinhar que uma declaração não descreve a posição do locutor (como sucede, por exemplo, num ato ilocutório assertivo) nem implica condições de sinceridade (como os atos ilocutórios compromissivos, expressivos, por exemplo), uma vez que não estabelece relação com um estado de coisas futuro.

Enquanto ato ilocutório, as declarações colocam diretamente o locutor em termos de poder criar a realidade, isto é, de fazer com que o universo de referência coincida com o conteúdo proposicional do enunciado. Esse privilégio resulta da relação social que o locutor mantém com os seus alocutários, os quais lhe reconhecem estatuto para a criação do universo em referência. Uma ato ilocutório declarativo é, portanto, a expressão verbal da realidade que ela própria cria ou de que pontualmente depende. Mesmo fazendo uso de verbos como ‘declarar’ ou ‘nomear’, uma declaração só é entendida como tal se for proferida pelo locutor cujo estatuto permite a criação do estado de coisas enunciado.

⁴⁰ Faria Hub I. *et al*, autora que nos serve de base para a seção em curso, usa a nomenclatura ‘declarações’ e ‘declarações assertivas’ em vez de ‘atos ilocutórios declarativos’ e ‘atos ilocutórios declarativos assertivos’. Todavia, a nossa opção por estas últimas designações deveu-se mais a uma questão de coerência nomenclatural, tendo por base M. Olga Azeredo *et al* (2011).

A direção de ajuste das declarações bem-sucedidas é dupla: ela é do-mundo-às-palavras, porque as palavras vão criar um novo estado de coisas, e é das-palavras-ao-mundo porque a proposição expressa pode ser encarada como verdadeira, ou seja, como uma representação do novo estado de coisas. A condição do estado psicológico não existe, porquanto ao fazer a declaração o falante não tem de se encontrar num estado de espírito específico, mas apenas tem de dizer as palavras apropriadas nas circunstâncias apropriadas, e o conteúdo proposicional é expresso por qualquer proposição que reflita o novo estado de coisas que o falante quer criar.

2.2.1.3. Atos ilocutórios declarativos assertivos

Os atos ilocutórios declarativos assertivos apresentam forças ilocutórias assertivas mantendo, contudo, os objetivos ilocutórios dos atos ilocutórios declarativos. Por outras palavras, um ato ilocutório assertivo, apesar de explicitamente relacionar o locutor com o valor de verdade do conteúdo proposicional, utiliza essa explicitação como forma de simultaneamente evidenciar o estatuto do locutor em determinada situação de interação. Deste modo, a força ilocutória assertiva aparece como tentativa de controlar verbalmente a relação social entre locutor e alocutário, de modo a que o alocutário reconheça como criador de realidade um enunciado cujo universo de referência pode não ser reconhecido como real. As declarações assertivas constituem um tipo de declarações indiretas.

Enunciados como “Considero fundamental que você deixe de fumar a partir de agora.” ou “É fundamental que você deixe de fumar a partir de agora.” são declarações representativas no caso de o locutor ser médico e o paciente (alocutário) reconhecer, a partir do enunciado, autoridade ou poder ao médico para o fazer parar de fumar. Neste sentido, estes enunciados podem ter objetivos ilocutórios diretivos, assemelhando-se ao ato ilocutório diretivo, ao qual nos ateremos a seguir e mais exhaustivamente, atendendo ao propósito no nosso trabalho, posto que o seu principal objeto de análise, o morfema *só*, está intimamente relacionado com os atos diretivos.

2.2.1.4. Atos ilocutórios compromissivos (ou comissivos)

O objetivo ilocutório dos atos ilocutórios compromissivo é comprometer o locutor no desenrolar futuro de uma ação expressa no conteúdo proposicional do enunciado. Esse compromisso por parte do locutor conta com uma condição de sinceridade que é a de o locutor “ter intenção” de se relacionar com o desenvolvimento futuro da ação. O ato ilocutório compromissivo traduz verbalmente a relação de poder e de controlo do locutor na determinação de um mundo (estado de coisas) futuro.

A direção de ajuste dos atos compromissivos é do-mundo-às-palavras; o estado psicológico é a intenção (de praticar a ação); e o conteúdo proposicional refere-se a uma ação futura do falante, o qual não é suscetível de atribuição de valores de verdade, uma vez

que o conteúdo proposicional só encontra referência num espaço de tempo posterior ao da enunciação. Os atos ilocutórios compromissivos podem realizar-se em particular a partir de:

a) Frases simples com utilização de tempo futuro do indicativo ou seus substitutos como o presente do indicativo: “Irei.”, “Vou vê-la assim que puder.”

b) Verbos ilocutórios compromissivos: comprometer, jurar, prometer, tencionar, etc.: “Juro dizer a verdade.”, “Tenciono passar aí por casa amanhã.”

c) Expressões elíticas com valor ilocutório compromissivo: “Até logo, às 8, à porta do cinema.”

d) Construções condicionais em que o conteúdo proposicional do conseqüente é a expressão de um ato compromissivo: “Se não vieres, fico chateada.”

2.2.1.5. Atos ilocutórios expressivos

Estes atos ilocutórios têm como objetivo expressar ou exprimir o estado psicológico do locutor em relação ao estado de coisas especificado no conteúdo proposicional, o qual conta necessariamente com uma qualquer propriedade relacionada tanto com o locutor como com o alocutário, propriedade essa que é reconhecida por ambos. A expressão do estado psicológico do locutor é dependente da condição de sinceridade que constitui a pressuposição da verdade do conteúdo proposicional do enunciado.

A direção de ajuste não existe; o estado psicológico varia consoante o ato. Se tratar de agradecer, o estado psicológico é a gratidão ou o reconhecimento. Para as felicitações, o estado psicológico é a satisfação por algo que aconteceu ao interlocutor; para a expressão de condolências, o estado psicológico é, evidentemente, a condolência ou a tristeza; etc. Já o conteúdo proposicional tem de dizer respeito a uma propriedade ou ação referente ao ouvinte ou ao falante, realizada a partir de:

a) Verbos ilocutórios expressivos: adorar, agradecer, congratular-se, deplorar, gostar, lamentar, odiar, etc.

b) Verbos criadores de referência, modalizados por advérbios: “Não *acho mal/bem* ligar às pessoas à hora do almoço”.

c) Expressões exclamativas, frásicas ou não, com adjetivos valorativos, advérbios e verbos experienciais, expressivos ou afetivos. “Bom dia!”, “Que lindo vestido!”, “Gosto mesmo dessa planta!”

2.2.1.6. Atos ilocutórios diretivos

Os atos ilocutórios diretivos têm como objetivo tentar que o alocutário realize futuramente uma ação verbal ou não verbal que reflita o reconhecimento, por parte desse mesmo alocutário, do conteúdo proposicional do enunciado proferido pelo locutor. Esta tentativa de determinação da realização da ação verbal ou não verbal que se espera do alocutário é assumida, em vários graus, pela representação verbal do tipo de controlo do locutor sobre o alocutário. Para tal, pode fazer-se uso de uma hierarquia de controlo, que vai

da ordem à sugestão, e do conselho ao simples pedido de informação. Ou seja, “o locutor define o tipo de comportamento que espera do seu alocutário e, no que diz respeito a custos e benefícios, ao envolver o interlocutor numa ação futura, espera a concretização de um benefício a seu favor ou a favor do próprio interlocutor...” (Trosborg, *op. cit.* pp.15,187).

O conteúdo proposicional dos atos ilocutórios diretivos refere-se sempre à ação solicitada, que é uma ação futura do interlocutor, e o mesmo não é suscetível de ser interpretado como verdadeiro ou falso, sendo dependente das condições que regulam o seu reconhecimento por parte do alocutário, nomeadamente da legitimidade do ato diretivo, quer no que toca aos princípios de classificação do universo de referência quer no que toca ao seu enquadramento linguístico. Os valores de verdade num ato ilocutório ficam, assim, inteiramente dependentes da realização futura da ação por parte do alocutário. A direção de ajuste dos diretivos é do-mundo-às-palavras, uma vez que o locutor pretende que a realidade se ajuste ao conteúdo proposicional verbalizado; e o estado psicológico é a vontade ou desejo (de que o outro faça a ação solicitada). Os atos ilocutórios diretivos subdividem-se, por sua vez, em atos ilocutórios diretivos diretos e atos ilocutórios diretivos indiretos.

Em português, os atos ilocutórios diretivos diretos podem realizar-se na expressão de ordem, pedido, sugestão e conselho, com base em:

- a) Frases imperativas ou equivalentes, quer no conjuntivo quer no indicativo;
- b) Verbos ilocutórios diretivos como aconselhar, esperar, exigir, implorar, lembrar, mandar, obrigar, ordenar, pedir, proibir, querer, sugerir, suplicar, rogar, convidar, permitir, etc.

Realizam-se pedidos de informação com base em:

- c) Frases interrogativas;
- d) Frases complexas cujo verbo superior é um verbo de inquirição do tipo perguntar, interrogar, inquirir, investigar.

Os atos ilocutórios diretivos indiretos são atos em que o locutor tem a intenção de dizer algo diferente daquilo que expressa, contando com a capacidade de inferência do alocutário em reconhecer o objetivo ilocutório do enunciado. Em termos pragmático-funcionais, os atos ilocutórios diretivos indiretos têm como objetivo salvaguardar a face⁴¹ do alocutário, porquanto evitam formas que possam ser interpretadas por este como agressivas.

Imagine-se que, por exemplo, durante uma aula, os alunos, num dado momento, deixem de observar as regras sobre a tomada de vez, e o professor, dirigindo-se para a turma, diga: ‘Está muito ruído.’ Apesar de não o fazer explicitamente, esta frase constitui, na verdade, uma ordem, pois ao pronúnciação deste ato ilocutório, o professor (locutor) tem a intenção de levar os alunos (alocutários) a falarem à vez, por um lado, mas também, por outro, usa esse mecanismo (a indireção) para ser cortês ou delicado, preservando, deste modo, a face dos alocutários.

⁴¹ A noção de ‘face’ será apresentada na próxima sessão, ‘cortesia linguística’.

Constituem, também, atos ilocutórios diretivos indiretos as frases interrogativas contendo uma negativa com valor positivo, cuja força ilocutória é semelhante à dos pedidos de confirmação e cuja marca diretiva é dada por:

- e) Verbo modal, expressão da modalidade deôntica do conteúdo do ato ilocutório:
Não é verdade que não se *deve* dar ouvidos a tolos?
Não achas que *tens de* comer a sopa toda?
Não sabes que não *podes* espreguiçar-te à mesa?
- f) Verbo declarativo ou diretivo, expressão de uma relação de reconhecimento da modalidade do conteúdo proposicional do enunciado:
Não te disse para teres cuidado com o fogo?
Quantas vezes te proibi de gritar à frente das visitas?

Conforme visto anteriormente, os atos ilocutórios diretivos vão da ordem ao pedido, do conselho à instrução, da sugestão ao simples pedido de informação. No caso da ordem e do pedido, embora apresentem o mesmo objetivo ilocutório, se distinguem por manifestarem diferentes forças ilocutórias, sendo a ordem normalmente expressa pelo modo imperativo ou seus substitutos, ao passo que o pedido pode assumir a forma de uma pergunta ou de uma frase complexa cujo conteúdo da oração subordinada constitui aquilo que é, de fato, o pedido (Faria *et al*, *op. cit.* p. 74).

Esta apreciação não é, porém, suficiente para uma correta distinção entre a ordem e o pedido. Com vista a uma análise mais completa, é necessário convocar, como fator determinante, o contexto situacional e as relações sociais entre os participantes da situação comunicativa. Neste sentido, o que distingue uma ordem de um pedido, não é a forma do enunciado nem o grau da sua força ilocutória, já que não existe uma gradação que vá do pedido à ordem. O traço que permite a distinção entre os dois tipos de atos é a coercibilidade, e essa é dada pela relação de poder dos participantes.

Efetivamente, uma ordem legítima carrega consigo a força da coercibilidade de quem tem poder para fazer com que outrem realize uma ação por si determinada, sob pena de alguma sanção ocorrer, se a ordem não for cumprida. Quer isto dizer que sempre que o alocutário possa, sem sanção, satisfazer ou não a vontade do locutor, não estamos perante uma ordem, mas perante um pedido⁴².

Lima corrobora com o acima exposto quando argumenta que a distinção entre pedir e ordenar não depende necessariamente da presença de qualquer elemento no enunciado (embora no mesmo possam figurar expressões performativas), mas sim de fatores de ordem social. Para que o locutor possa ordenar algo ao seu alocutário, sublinha, tem de haver uma ligação institucional entre ambos que conceda ao primeiro uma posição hierarquicamente superior que lhe permita ordenar e não simplesmente pedir (Lima, *op. cit.* p. 31).

Relativamente à distinção entre o pedido e a ordem, Carvalho (*ibidem*) sustenta que “a ordem é uma ação que apresenta maior veemência e um maior engajamento do locutor,

⁴² Cf. *Diversidade Linguística na Escola portuguesa* (pp.5,6), disponível em www.iltec.pt/divling (consultado a 6 de abril de 2018, às 5:22).

visto tratar-se de um ato impositivo. O pedido, por seu turno, procura salvaguardar a face do interlocutor, dissimulando a limitação que o locutor provoca na sua ação.” Quer a ordem quer o pedido constituem ambos os casos “atos impositivos em que o locutor tem o «objetivo de influenciar intencionalmente o comportamento do interlocutor, esperando uma ação posterior apresentada diretamente ou sugerida através da proposição expressa, que, em primeiro lugar, beneficie o falante» (Haverkate 1984:107, *apud* Trosborg 1995:188)”, o que pode gerar, portanto, algum ‘desconforto’ ao alocutário, havendo, por isso, a necessidade de o locutor recorrer a estratégias que protejam a face do interlocutor, como veremos a seguir.

2.3. Cortesia linguística

Sobre o assunto ora em pauta, a cortesia⁴³, diversos têm sido os estudos realizados, em particular após os trabalhos de referência de Penelope Brown e Stephen Levinson, autores que elaboraram, na sequência da ‘teoria das faces’ de Erving Goffman (de que mais adiante trataremos), uma teoria sobre a cortesia, numa perspectiva de usos universais da linguagem (Carreira, 2014:35).

Muitos são os objetivos que justificam o processo comunicativo. Mas não há dúvida de que a ‘interação’ entre os participantes constitui um dos aspetos fundamentais da conversação. Para o efeito, os participantes da conversação servem-se da linguagem como ‘veículo’ para a interação, sendo importante o conhecimento de/das normas ou formas que regulam os comportamentos considerados linguisticamente adequados, posto que o êxito da comunicação depende da seleção dessas formas linguísticas adequadas ao intento ou à situação interlocutiva.

Mas, como referíamos na seção anterior, a interação comunicativa implica, frequentemente, o uso de atos impositivos do locutor em direção ao seu interlocutor, fato que causa algum tipo de efeito ou reação. Com isso, “a garantia do equilíbrio numa interação conversacional depende da maneira como os participantes nela reagem diante dos conflitos que surgem ou que possam surgir durante a conversação” (Silva, L., A., 2008:157-158).

No caso dos atos diretivos, uma vez que são, pela sua natureza, atos impositivos (porque condicionam a liberdade de ação do interlocutor), configurando-se, por isso, como atos ameaçadores da face do interlocutor (Brown & Levinson 1987:65⁴⁴), os intervenientes socorrem-se de princípios, chamados ‘de cortesia’, cuja finalidade é possibilitar uma gestão

⁴³ Além do termo ‘cortesia’, também são aceites os termos ‘delicadeza’ e ‘polidez’. Segundo, entretanto, Carreira (2014:29-30), “cortesia evoca fortemente regras de etiqueta, enquanto ‘delicadeza’ é mais abrangente, posto que inclui a interioridade, a intuição linguística dos falantes ou, em termos linguísticos, a ‘intencionalidade’ e as suas manifestações. O termo ‘polidez’, por sua vez, o menos utilizado, segundo a autora, evoca a superfície polida, sem ângulos ou imperfeições (e remete para o termo francês ‘politesse’ traduzido, portanto, em português por ‘polidez’, ‘delicadeza’ ou ‘cortesia’...).” É, por conseguinte, pelo fato de o termo ‘cortesia’ remeter mais especificamente para regras de etiqueta que optamos pela designação perifrástica ‘cortesia linguística’.

⁴⁴Livro digital, consultado a 3 de maio de 2018, em <https://books.google.com> > ... > Linguistics > General.

harmoniosa da relação interpessoal e suavizar qualquer tipo de imposição, preservando quer a face do locutor quer a do alocutário.

Para Hilgert, “a cortesia é inerente às relações humanas nas mais variadas instâncias em que o ser humano vive. A mesma manifesta-se por atos linguísticos e não linguísticos, seguramente com a prevalência dos primeiros, já que as relações humanas vêm acompanhadas de atos linguísticos. A cortesia é, portanto, uma atividade linguisticamente pertinente. A sua manifestação tanto ocorre por formulações culturais e socialmente definidas e consagradas, quanto por meio de recursos singulares e originais criados no aqui e agora dos atos comunicativos.

Desenvolvida a partir da noção de ‘face’, criada por Goffman e desenvolvida por Brown e Levinson, “a cortesia é uma estratégia de aproximação do outro em busca da valorização de códigos/regras verbais e sociais imprescindíveis na edificação da sociabilidade” (Carreira, *op. cit.* p. 14).

Quanto ao conceito de ‘face’, Goffman (1974:9) define-a “comme étant la valeur sociale positive qu’une personne revendique effectivement à travers la ligne d’action que les autres supposent qu’elle a adoptée au cours d’un contact particulier.”

Para Brown e Levinson, a cortesia refere-se ao uso de estratégias cuja finalidade é estabelecer ou reestabelecer o equilíbrio das relações sociais, velando pelo ‘respeito do indivíduo enquanto entidade social’ (Carreira, 2001:83). Os autores sustentam que a determinação do nível de cortesia entre o locutor e o interlocutor depende de três fatores sociológicos fundamentais, todos eles determinados culturalmente (Carreira, *idem*) os quais orientam as escolhas linguísticas dos interlocutores.

O primeiro fator tem a ver com a relação de poder, isto é, com o poder do interlocutor sobre o locutor. De um modo geral, afirmam Brown e Levinson, um ato ameaçador é mais grave quando o locutor possui menos poder que o interlocutor. Este fator é, portanto, referente ao poder de coercibilidade de que tratamos atrás.

O segundo, ligado à distância social entre os interlocutores, fundamenta-se no grau de conhecimento mútuo entre o locutor e o interlocutor e na frequência com que estes estabelecem interações verbais. Quanto maior for a distância social que caracteriza os interatantes, maior será a atuação na realização de um ato ameaçador da face (AAF).

O terceiro tem a ver com o peso ou com o grau de imposição do ato de fala em determinada cultura; refere-se ao fato de o grau de imposição de um ato de fala apresentar fortes variações de cultura para cultura.

No que respeita à teoria das faces, Brown e Levinson (*op. cit.* p. 62) sustentam que a face é algo em que há investimento emocional e que pode ser perdida, mantida ou intensificada e que tem que ser constantemente cuidada numa determinada interação. Estes autores afirmam que, em geral, as pessoas cooperam (e pressupõem a cooperação mútua) na manutenção da face na interação, sendo essa cooperação baseada na vulnerabilidade mútua da face, isto é, normalmente, a face de uma pessoa depende da manutenção da face do outro

com quem se relaciona. Os mesmos autores sublinham ainda que todo o indivíduo possui duas faces: a positiva e a negativa.

A face positiva refere-se ao desejo de que a autoimagem seja aprovada e valorizada. É o desejo de aprovação social; refere-se à necessidade que todo o indivíduo tem de ser aceito, de ser tratado como membro de um grupo, de saber que os seus próprios desejos são compartilhados pelos interlocutores. A face positiva representa a necessidade de ser apreciado e admirado e que os seus desejos sejam aceitáveis pelo interlocutor.

Já a face negativa é referente à necessidade que todo o indivíduo tem de ser independente, de ter liberdade de ação e de não sofrer imposição. Envolve a constatação básica aos territórios, reservas pessoais e direitos; por outras palavras, a liberdade de ação e a liberdade de sofrer imposição; o desejo que as pessoas têm de não serem controladas e impedidas em suas ações. Por isso, a preservação da face negativa implica a não imposição do outro.

Vale ainda destacar que a noção de cortesia em Brown e Levinson engloba estratégias que visam a minimizar os efeitos de um ato ameaçador da face. Assim, diante da eminência de efetuar um AAF, o locutor terá duas possibilidades: não produzir o ato ou produzi-lo. Optando o locutor pela primeira, disporá de duas formas para o fazer: através do ato não patente⁴⁵ (em inglês, *off-record*, Brown & Levinson, *op. cit.* p. 211) ou do ato patente⁴⁶ (*on record*, Brown & Levinson, *op. cit.* pp. 91:94). A opção pelo ato indireto é a mais apropriada quando a necessidade de ser cortês é muito grande. Todavia, visto que o mesmo é, muitas vezes, revestido de ironia, metáfora ou insinuações, a opção pelo mesmo pode implicar mais de uma interpretação da intenção comunicativa.

A segunda opção poder ser, por sua vez, subdividida: sem ação reparadora ou com ação reparadora. Produzir uma ameaça à face sem ação reparadora significa fazê-lo de forma clara, direta e objetiva, sem margem a qualquer tipo de ambiguidade. Brown e Levinson acrescentam que tal opção requer circunstâncias específicas, que não coloquem em risco a interação (...) e a mesma envolve pedidos, oferecimentos e sugestões ao interlocutor. Por outro lado, produzir uma ameaça à face com ação reparadora significa utilizar estratégias de cortesia negativa e/ou positiva. Dessas estratégias falaremos na seção 2.4.1.

Convém evocar que da distinção estabelecida por Brown e Levinson entre ‘face positiva’ e ‘face negativa’ (*op. cit.* pp. 101, 129) e da noção fulcral de ‘atos ameaçadores desta, isto é, da face ou para a face’, conforme Carreira (*ibidem*), advém, por sua vez, a distinção entre ‘cortesia negativa’ e ‘cortesia positiva.’ A primeira refere-se à proteção do território do eu, e é de natureza abstencionista. A mesma consiste em evitar um AAF ou em atenuar, corrigir esse ato. A segunda, de natureza intervencionista, segundo Kerbrat-Orecchioni (1992:177, *apud* Carreira, *ibidem*), visa à valorização da imagem do alocutário, ou seja, é intrinsecamente valorizante para o alocutário. Quer a cortesia negativa quer a positiva, afirma Lima (*op. cit.* p. 70) constituem ambas estratégias de proteção da face do

⁴⁵ Ou indireto.

⁴⁶ Direto.

interlocutor. E para o autor, a cortesia negativa (o autor usa a designação ‘delicadeza negativa’) põe em causa ou obstrui a liberdade de ação do alocutário (pois que ao proteger o seu território ou a sua face o locutor pode correr a este risco), quando, por exemplo, na formulação de um pedido em que o locutor, ao fazê-lo, procura mostrar ao alocutário que compreende que o seu pedido pode constituir uma obstrução à liberdade de ação do alocutário. No que tange à cortesia positiva (ou ‘delicadeza positiva’, conforme o autor), esta vai no sentido de o locutor mostrar solidariedade para com o alocutário, ou de o encorajar ou louvar o seu comportamento.

É digno ressaltar, outrossim, que dos três eixos (propostos por Brown e Levinson) que determinam o nível de cortesia entre o locutor e o interlocutor (relação de poder, distância social e o peso da imposição ou o grau de ameaça para a face), derivam quatro tipos de delicadeza, segundo a proposta de Kerbrat-Orecchioni (*op. cit.* p. 184, *apud* Carreira, *op. cit.* p. 36):

1. Cortesia negativa para com a face negativa (por exemplo uma desculpa pela violação do ‘território do alocutário’);
2. Cortesia negativa para com a face positiva (como, por exemplo, a atenuação de uma crítica);
3. Cortesia positiva para com a face negativa (a proposição de uma ajuda, por exemplo); e
4. Cortesia positiva para com a face positiva (o elogio é um exemplo).

Finalmente, Marcuschi (1989:284, *apud* Silva, *op. cit.* pp. 179-180) apresenta um resumo de atos ameaçadores das faces:

- 1: Atos que ameaçam a face positiva do interlocutor: desaprovação, insulto, acusações;
- 2: Atos que ameaçam a face negativa do interlocutor: pedidos, ordens, elogios;
- 3: Atos que ameaçam a face positiva do locutor: auto-humilhação, auto confissões;
- 4: Atos que ameaçam a face negativa do locutor: agradecimentos, aceitação de oferta.

Sendo a interação linguística um fato indissociável da espécie humana, não é raro que, no desenrolar do exercício linguístico-discursivo, os participantes corram o risco de verem as suas faces ameaçadas, ou de ameaçarem as faces do alocutário. Contudo, a língua coloca ao dispor dos interlocutores determinados princípios e mecanismos, cuja aplicação permite atenuar o discurso, preservando, conseqüentemente, as faces.

2.4. Atenuação (ou mitigação)

De acordo com A. Briz, L. da Silva, A. de Andrade e R. Blanco (2013:283)⁴⁷, são cada vez mais diversos os trabalhos e referências sobre a atenuação, cujo conceito diverge entre

⁴⁷ Baseado na versão portuguesa do projeto de pesquisa *ES.POR. ATENUAÇÃO*, do qual fazem parte vários grupos ou pesquisadores das seguintes regiões: Espanha (Valência, Granada, Las Palmas,

autores, sustentando uns que atenuação e cortesia são a mesma coisa, argumentando outros que a primeira é um modo de expressão da segunda, e, especialmente, uma estratégia de mitigação e reparação dos atos ameaçadores. É sob o ponto de vista desta última perspectiva que nos situaremos.

Nesta senda, autores como Fraser (1980), Holmes (1984) e Haverkate (1994) *apud* Gomes (2013:15-19) definem a atenuação como “a modificação da força ilocutória de um ato de fala, com o intuito de reduzir certos efeitos negativos que esse ato pode ter sobre o ouvinte.”

Fonseca considera que, “assim como a indireção e a implicação pragmática em geral (...), a atenuação constitui um recurso linguístico formal que permite a gestão adequada das ameaças à face dos interlocutores, a fim de evitar conflitos na relação interpessoal, ou colapsos comunicativos que podem advir do exercício do ato discursivo (Fonseca, *op. cit.*120).

Briz (2014:84-85) afirma:

“la atenuación es una *categoría pragmática* en tanto mecanismo estratégico y táctico, por tanto, intencional, para lograr los fines en la interacción, además de tratarse de una función solo determinable contextualmente.

Es una *estrategia*, puesto que se atenúa, argumentativamente hablando, para lograr el acuerdo o aceptación del otro (incluso cuando esta sea solo una aceptación social). Luego, es un *mecanismo retórico* para convencer, lograr un beneficio, persuadir y, a la vez, para acudir las relaciones interpersonales y sociales o evitar que estas sufran algún tipo de menoscabo.

Más concretamente, dicha estrategia consiste lingüísticamente en *minorar, minimizar, mitigar* la acción e intención o el efecto que estas pueden tener o haber tenido en la interacción, y en dicha estrategia están implicados los hablantes, los oyentes e, incluso terceros (presentes o ausentes)⁴⁸ ...”

A atenuação linguística relaciona-se com a eficácia argumentativa e com a imagem, mas nem sempre com a cortesia, pois nem sempre o uso da atenuação resulta na expressão de cortesia ou está ligado a ela. Briz (2014:86) vai ao encontro desta posição ao advertir: “es

Valladolid); México (Monterrey); Argentina (Buenos Aires, Tucumán); Chile (Santiago); Uruguai (Montevideo); Costa Rica (San José); Porto Rico (San Juan); Cuba (Havana); Colômbia (Barranquilla, Medellín); Brasil (São Paulo, Recife); Portugal (Porto, Coimbra, Lisboa, Braga); Venezuela (Mérida). Consultado em www.periodicos.usp.br/linhadagua/article/download/64415/71564, a 5 de fevereiro, 2018.

⁴⁸ “A atenuação é uma categoria pragmática, um mecanismo estratégico e tático (portanto, intencional), que se relaciona à efetividade e à eficácia do discurso, ao alcance dos objetivos na interação, além de se tratar de uma função só determinável a partir do contexto. É uma estratégia, uma vez que se atenua, argumentativamente falando, para conseguir o acordo ou a aceitação do outro (inclusive, quando seja esta apenas uma aceitação social). Logo, é um mecanismo retórico para convencer, conseguir um benefício, persuadir e, ao mesmo tempo, para cuidar das relações interpessoais e sociais ou evitar que estas sofram algum tipo de menoscabo. Mais concretamente, a mencionada estratégia consiste linguisticamente em diminuir, minimizar, mitigar, debilitar a ação e a intenção ou o efeito que estas possam ter ou ter tido na interação, debilitação argumentativa, portanto, e em tal estratégia estão envolvidos os falantes, os ouvintes e, inclusive, terceiros (presentes ou ausentes)” (A. Briz *et al*, 2013:285).

preciso resaltar que no toda atenuación es cortés ni se explica por cortesia...” Tentemos fundamentar a afirmação, considerando as seguintes frases:

- a) Podias, *por favor*, dizer-me onde fica o largo da Maianga?
- b) Dá-me cá uma *ajudinha*.

Em ambos os exemplos, usa-se de atenuação. No primeiro, o locutor formula uma pergunta, a qual, via implicação, corresponde a um ato diretivo indireto, atenuado através do modificador *por favor* e do verbo modal (poder), no imperfeito. Posto que o pedido implica uma limitação da liberdade do outro, afetando as faces quer do falante, quer do ouvinte, o uso dos dois atenuadores, o modificador *por favor* e a conjugação do verbo modal no *imperfeito*, conferem, de fato, cortesia ao ato. Neste sentido, trata-se de uma atenuação cortês, ou seja, a atenuação está verdadeiramente ao serviço da cortesia. No segundo caso, com a expressão do nome na forma diminutiva (*ajudinha*), o locutor consegue, certamente, suavizar ou atenuar o ato, mas não há necessariamente a expressão a expressão de cortesia. No primeiro caso, a atenuação surge como uma estratégia discursiva. No segundo, é apenas afetiva.

Para culminar com a atestação de que nem sempre a atenuação está para a cortesia, apresentamos, a seguir, mais um exemplo, proposto por A. Briz *et al* (2013:283-284), segundo os quais

“quando se apresenta um resumo de um trabalho para que seja aceito em um congresso e se atenua o título (*Uma aproximação a, Esboço, Reflexões para o estudo...*) e os objetivos (*pretendemos abordar na medida do possível...*) estamos atenuando, com o fim, por exemplo, de que aceitem a nossa participação no evento, mas, nesse caso, não somos corteses ou o somos devido a alguma particularidade. Somos corteses, entretanto, quando minimizamos as possíveis discrepâncias com outras propostas (*não concordamos exatamente com...*).”

A. Briz *et al* (2013:284-285) complementam que em alguns casos, a atenuação é usada como uma estratégia que tem por fim a autoproteção do falante, havendo, portanto, atenuação (de falante), mas não propriamente cortesia. Há, entretanto, cortesia, nos casos em que há atenuação de falante e ouvinte).

2.4.1. Funções da Atenuação

De acordo com Briz (2014:106-108), a atenuação tem três funções, a saber:

- a) “*una función o estrategia de autoprotección* (salvuarda del yo), para velar por uno mismo, no responsabilizarse o minorar responsabilidades, ser politicamente correct a la hora de hablar de ciertos temas, de ciertas personas o instituciones, etc. Esta função ou estratégia *se vincula al papel de yo* y, por tanto, a unidades monológicas, que afectan a lo dicho y a la intención del propio hablante: atenuación de hablante...”

- b) *una estrategia para prevenir* posibles daños a la imagen o problemas por la intromisión o invasión del território o espácio del outro, un modo este de evitar tensiones y conflictos (por tato, salvaguarda del yo y del tú). En esta estrategia el atenuante adquire a menudo un valor cortés...
- c) *Una estrategia para curar o reparar*. Reparar una amenaza a la imagen del outro o una intromisión en el território del outro, salvaguarda, por tanto, del tú y del yo (así pues, como en el caso anterior, explicable a menudo por cortesía).''

Com base, ainda, em Briz (2005), alguns mecanismos destas funções são apresentados nos quadros abaixo, propostos por Gomes (*op. cit.* pp. 17-18), que apresenta, igualmente, três tipos de atenuação, atualizadas através de diversos mecanismos.

- **Atenuação estritamente pragmática** (tabela 1) - estratégia através da qual se mitiga a força ilocutiva de um ato assertivo ou exortativo (que beneficia o 'eu' e/ou para o 'tu'), ou comissivo. Também minimiza o papel do 'eu' e do 'tu' na enunciação.

- **Atenuação semântico-pragmática** (tabela 2) - É um tipo de atenuação que afeta o conteúdo proposicional, seja em parte ou totalmente, e tem como função minimizar as ações através da modificação direta de algum dos elementos que a compõe.

- **Atenuação dialógica** (tabela 3) - Este tipo de atenuação diz respeito à incidência dialógica na mitigação do desacordo que esta estratégia possui. Quando se atenua o desacordo em relação à intervenção do outro, no intercâmbio linguístico, pode então falar-se em atenuação dialógica.

Tabela 1: Procedimentos de atenuação estritamente pragmática.

PROCEDIMENTOS DE ATENUAÇÃO	EXEMPLOS ⁴⁹
Atenuação através da ação atenuadora do verbo performativo que expressa ação, intenção ou ponto de vista.	<ul style="list-style-type: none"> • Verbos como 'pensar', 'crer', 'imaginar', 'parecer'. • <i>Creio</i> que não estás tão mal assim.
Atenuação por modificação do verbo performativo, que aumenta a distância os interlocutores, modificando a força ilocutiva do verbo.	<ul style="list-style-type: none"> • A utilização do imperfeito de cortesia ou do condicional. • <i>Gostaria</i> que fosses mais zeloso com as tuas coisas (em vez de <i>Sê</i> mais zeloso).
Atenuação através de modificações modalizadoras «na margem».	<ul style="list-style-type: none"> • Fórmulas rituais, locuções, modismos e outras expressões. • <i>A meu ver</i>, não é bem assim como dizes.
Atenuação através da invocação de outras vozes. Estes atenuantes têm como função mitigar asserções, pedidos ou ordens que poderão danificar a face do 'eu' ou do 'tu', retirando responsabilidade ao falante face ao dito, já que evoca o juízo e a voz de outrem.	<ul style="list-style-type: none"> • Se não estou em erro; pode ser que esteja enganado/a; pelo que dizem; segundo dizem; toda a gente diz que; diz-se por aí; pelo que me contaram; entre outras. • <i>Pelo que dizem</i>, ela não é 'flor que se cheira'.
Atenuação por elipse da conclusão.	<ul style="list-style-type: none"> • A - Queria as chaves do carro, papá. • B- Não tas dou porque ainda és inexperiente. • A - Queria as chaves do carro, papá. • B- <i>Ainda és inexperiente</i>. (mais atenuada)
Atenuação através da impessoalização do 'eu'. Tem como função minimizar o papel do 'eu', evitar responsabilidades sobre o que é dito. A apresentação difusa da referência deítico-pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • a forma 'se' • Alega-se que o prémio não lhe é merecido. • Uso do pronome indefinido 'ninguém' • <i>Ninguém</i> caluniou contra ti.

⁴⁹ Com exceção dos exemplo apresentados no quadro 3, alguns foram ligeiramente modificados por nós.

serve para dizer: ‘não sou eu, mas sim nós’, ‘é qualquer um’, ‘és tu também’, entre outros.	
Atenuação através da despersonalização do ‘tu’. Consiste na mitigação de um ato de fala que afeta diretamente o interlocutor. O objetivo é utilizar um mecanismo de atenuação que não se refira diretamente ao ‘tu’	• “Convém <i>chegar mais cedo</i> ”, em vez de “ <i>Chega mais cedo.</i> ”

Tabela 2: Procedimentos de atenuação semântico-pragmática

PROCEDIMENTOS DE ATENUAÇÃO	EXEMPLOS
Atenuação de um elemento por modificação gramatical ou léxica. A modificação do significado não é só semântica, mas também pragmática, já que afeta a intenção do locutor, formando parte de uma estratégia de minimização com o intuito de proteger as faces.	Foste um <i>bocadinho</i> rude... Neste golo, o guarda-redes não ficou <i>tão bem</i> na fita.
Atenuação de toda a proposição. Manifesta-se através de modificações da proposição, como, por exemplo, as que inserem um tipo de subordinadas em períodos concessivos, condicionais, causas ou adversativos.	Filha, vamos dar uma voltinha ao jardim do lago? Sim, <i>mas</i> preferia ir mesmo ao Serra Shopping...

Tabela 3: Procedimentos de atenuação dialógica

PROCEDIMENTOS DE ATENUAÇÃO	EXEMPLOS
Expressão de incerteza ou fingimento de ignorância e incompetência perante o dito do interlocutor.	A - Estás errado. B - É possível que esteja errado, mas acho que deveríamos ir por esta rua.
Manifestação de concordância parcial, através de movimentos concessivos-opositivos ou restritivos, que antecipam o desacordo que se segue.	A - A comida estava ótima. B - Não digo que não estivesse ótima... (mas)
Reduzir ao mínimo o desacordo.	A - Que jogador tão fraco. B - Não é grande coisa, realmente
Impessoalização do desacordo	A - Não me tinhas dito que namoravas. B - Tu até achas que alguém anda por aí a anunciar que namora.

2.4.2. Estratégias de atenuação em português

As estratégias de atenuação, como a própria designação permite entrever, constituem recursos linguísticos que permitem atenuar ou neutralizar os efeitos negativos dos atos ameaçadores da face, apagando o seu aspeto impositivo, de modo a conferir cortesia aos atos ilocutórios. São as estratégias empregadas nas indireções e quando se pretende usar da cortesia linguística, já que apontam para a necessidade de o locutor não ser direto, de não forçar o interlocutor, dando-lhe a opção de não fazer o que se pede. Por isso, a não realização da ação pelo interlocutor não implica a coerção; muito pelo contrário, ao se lhe comunicar o desejo, o interlocutor é dissociado da violação, não se lhe devendo fazer imposições. As estratégias de cortesia podem ainda ser classificadas em:

a) Abierta y directa⁵⁰;

Ex.: Dá-me uma boleia até à representante da Nissan;

b) Abierta e indirecta, con cortesía positiva;

Ex.: Dás-me uma boleia até à representante da Nissan?

c) Abierta e indirecta, con cortesía negativa;

Ex.: Não te importarias de me dar uma boleia até à representante da Nissan, por favor?

d) Encubierta (consiste em evitar la acción y no decir nada)

Exemplo: [Me quedo sin los diez euros...]

2.4.2.1. Cortesia verbal

Segundo Carreira (*op. cit.* p.39), ‘a cortesia verbal exprime-se através de formas que fazem parte do código linguístico (...) como, por exemplo, as formas de tratamento, as formas de saudação, as formas de apresentação, os agradecimentos, as felicitações, as desculpas, as formas interlocutórias’, e a mesma está intimamente associada à cortesia linguística, porquanto, segundo Haverkate (1994:14, *apud* Gomes, 2013:7),

“toda a interação verbal (dialógica e não dialógica) possui um substrato de cortesia linguística, conceito intimamente ligado ao de boa educação e de delicadeza, tal como o próprio conceito de conduta verbal, que remete para o cariz sociolinguístico dos mecanismos de cortesia linguística, já que faz referência a uma espécie de contrato social-conversacional entre os falantes em relação ao que é cortês ou descortês.”

A cortesia linguística reflete-se na escolha de determinadas expressões ou formas linguísticas como os pronomes pessoais, as formas de tratamento, a preferência por atos indiretos, no uso de implicações conversacionais, na preferência de determinados tempos ou modos verbais, etc. Todas estas formas constituem estratégias linguísticas cuja finalidade é, portanto, preservar as faces dos participantes na comunicação e manter entre eles uma boa relação, respeitando o eventual grau de maior ou menor distância social que possa existir. Especificando a cortesia verbal, esta, ‘nas suas manifestações discursivas, exprime-se através de processos variados de modalização e de indireção’ (Carreira, *ibidem*) (que serão objeto de análise, mais adiante).

Do leque de estratégias de que dispõem as línguas em geral, e o português em particular, relativamente à manifestação de cortesia nos atos discursivos, a cortesia verbal é das mais frequentes e profícuas na comunicação quotidiana. Ela reflete-se, especificamente, através da seleção, por parte dos interlocutores, ‘de diferentes processos semânticos, tal como a desatualização modal e/ou temporal’ (Carreira, *op. cit.* p.40), isto é, através do uso

⁵⁰ Consultado em <http://urbinavolant.com/pragmaubu/2016/05/13/principios-teoricos-de-la-cortesia-brown-y-levinson/>, a 11 de abril de 2018, às 3:49. Quanto aos exemplos, entretanto, excetuando o da última alínea, os restantes são nossos, tendo como modelo os exemplos apresentados na fonte.

de tempos ou modos verbais como o imperfeito, o condicional (os mais frequentemente usados), em detrimento do imperativo. O uso de frases interrogativas assim como o emprego do infinitivo são também mecanismos linguístico-convencionais, cuja aplicação permite a expressão da cortesia.

2.4.2.1.1. Imperfeito de cortesia

O valor fundamental do pretérito imperfeito é o de designar um fato passado, mas não concluído, inacabado (Cunha & Cintra, 2000:450-451). É um tempo multifuncional porque se presta a diferentes usos. Dentre os diversos empregos discriminados por Cunha e Cintra destacamos o valor de atenuador, como forma de conferir polidez ao pedido; daí a designação de imperfeito de cortesia. O imperfeito de cortesia substitui o imperativo quando, em face de atos diretivos, há necessidade de se adequar o ato discursivo aos moldes de cortesia linguística. Para tal, recorre-se a construções perifrásticas com auxiliares como *querer*, *poder*...

- a) *Por favor*, entrega esta encomenda à Ana.
- b) *Por favor*, *queria* que entregasses esta encomenda à Ana.
- c) *Podias*, *por favor*, entregar esta encomenda à Ana?

Como se vê, em vez de formulações ou petições diretas, como a que figura na primeira alínea, o que pode resultar na ameaça da face do interlocutor, o locutor serve-se do imperfeito para demonstrar cortesia, reforçada também pelo uso da expressão *por favor*. Entretanto, o grau de delicadeza é ainda mais acentuado na última construção, na qual o locutor se vale de três estratégias diferentes: do uso do imperfeito, do uso da expressão *por favor* e da opção pela frase do tipo interrogativo.

2.4.2.1.2. Condicional

O condicional ou “desatualização modal”, tal como o imperfeito de cortesia, ou “desatualização temporal” (Carreira, 2001:88), é uma forma a que se recorre frequentemente, a fim de se expressar delicadeza verbal, quando se pretende formular um pedido, um desejo ou mesmo uma ordem, porquanto diminui a força ilocutória dos atos de ordem ou atenua a rudeza do tom imperativo. Estas intenções podem ser expressas por meio de verbos performativos. Segundo Fernandes G. (2010:45), “o condicional é provavelmente o tempo verbal que denota uma maior cortesia entre os interagentes e que mostra que estes estão mais afastados social e discursivamente.”

- a) *Por favor*, gostaria que entregasses esta encomenda à Ana.
- b) *Desejaria* que entregasses esta encomenda à Ana.

2.4.2.1.3. Frases interrogativas (diretas e indiretas ‘dissimuladas’)

É comumente aceite que o objetivo pragmático das frases interrogativas é a obtenção de uma informação (ou informação-resposta) por parte do alocutário (com as devidas ressalvas, é claro, das interrogativas retóricas, cujo objetivo é a estimulação do raciocínio), tal como asseguram Brito A. M., Duarte I. e Matos G. (2003:460-461): “As frases interrogativas constituem a expressão de um ato ilocutório diretivo, através do qual o locutor pede ao seu alocutário que lhe forneça verbalmente uma informação de que não dispõe.” Neste caso, o locutor move o seu interlocutor a uma ação, que será, então, a resposta ou a informação que o segundo dará ao primeiro. Kempson (*op. cit.* p. 69), no entanto, defende que o objetivo pragmático das formas interrogativas não se resume no simples pedido de informação, uma vez que se pode usar uma forma interrogativa para, ao invés de receber informação, fazer exatamente o contrário, tal como exemplifica:

“Você sabia que acaba de ser dada a notícia de que o primeiro-ministro renunciou?”

Outrossim, parece haver uma diferença, no que respeita à ação-resposta, entre as interrogativas construídas com o verbo ‘importar-se’, por exemplo, e as outras interrogativas. Aliás, quanto a esta particularidade, a autora refere que “algumas interrogativas são ‘pedidos’ indiretos de uma ação e por isso não requerem resposta verbal, mas sim um ato futuro do alocutário”. De acordo com Carreira (2001:98), a pergunta constitui “uma estratégia conversacional de delicadeza, dado que a mesma cria uma obrigação conversacional de resposta.” Estamos plenamente de acordo com a autora quanto ao fato de a interrogação constituir uma ‘estratégia de delicadeza’; o que, todavia, nos parece dúbio é se toda a pergunta constitui, de fato, ‘estratégia conversacional’. Como já o afirmamos acima, algumas perguntas convidam, deveras, para a conversação, posto que requerem do interrogado uma ação-conversacional (a resposta, ainda que seja um ‘sim’, ‘não’, ‘posso’, ‘não posso’). Outras, porém, tal como o primeiro exemplo dos dois que se seguem, não têm por objetivo apenas a consecução de uma resposta, mas, mais do que a ação conversacional, visam à tomada de uma atitude, que não a simples cooperação dialógica do interlocutor ante a pergunta que se lhe formula. Vejamos:

- a) Não se importa de diminuir o volume do rádio?
- b) Pode diminuir o volume do rádio?

A primeira pergunta parece limitar a liberdade de ação ou de resposta, porque mais do que, como dissemos, ter que cooperar com uma resposta ou ação conversacional, o alocutário, convindo a preservar a sua face positiva e usar de cortesia, sente-se obrigado a tomar uma atitude que vá ao encontro à intenção expressa pelo locutor. Valendo-se dela, o locutor, na verdade, não espera propriamente obter do alocutário uma resposta, senão que este realize o desejo expresso, dissimuladamente, na pergunta. Como mostra Kempson (*ibidem*), o que, na verdade, interessa ao locutor não é a forma interrogativa (embora a forma interrogativa permaneça subjacente), mas a sua interpretação. Portanto, a seleção da primeira frase em detrimento da segunda é apenas uma estratégia linguística a que o locutor

recorre, a fim de, por um lado, proteger a face negativa do interlocutor, porquanto diminui a sua liberdade de ação, e, por outro, formular cortesmente o pedido. Já à segunda interrogação se pode dar mais facilmente quer uma confirmação positiva quer uma confirmação negativa do tipo ‘Posso’, ‘Não posso’. Daí a necessidade de as distinguir em interrogativas diretas e interrogativas diretas dissimuladas.

2.4.2.1.4. Infinitivo impessoal

Foi visto, na seção 2.4., especificamente no quadro sobre a atenuação estritamente pragmática, que a despersonalização, isto é, o infinitivo impessoal ou não flexionado é também uma estratégia ou mecanismo de atenuação frequentemente utilizado ao serviço da cortesia verbal, pois que o mesmo, como mostra Carreira, ‘atenua o valor injuntivo’ (Carreira, 2001:86). O emprego do infinitivo impessoal tem, portanto, tal como as demais estratégias, a finalidade de atenuar a força ilocutória dos atos diretivos. Apesar de as construções com o verbo no infinitivo impessoal estarem mais para ‘sugestão, sob a forma de conselho, aviso e instrução’ (Casanova, 1996:434) do que propriamente para ordem ou pedido têm, no fundo, o mesmo objetivo ilocutório, uma vez que pretendem mover o alocutário à realização de uma ação ou à tomada de um comportamento.

Tanto o conselho quanto a instrução são atos diretivos não sancionáveis ou não passíveis de coercibilidade cuja direção de interesses ou benefícios apontam para o alocutário. A diferença reside no fato de haver no conselho um empenhamento expresso do locutor, enquanto na instrução não. Quando, quer o conselho quer a instrução, se revestem de caráter preventivo, está-se diante de um aviso (Casanova, *ibidem*).

2.4.2.1.5. Fórmula de cortesia *por favor*

Importa aludir, com a devida premunicação, ao fato de a expressão *por favor* não faz parte do rol de classes de palavras descritas e classificadas na perspectiva da gramática tradicional, razão pela qual a sua designação gramatical constitui alguma dificuldade, quando se trata de proceder à classificação morfológica. Quanto a esta lacuna, Cunha e Cintra (*op. cit.* p. 153) reconhecem a dificuldade a que se presta a enumeração de todos os tipos de adjuntos adverbiais, e acrescentam que, muitas vezes, só em face do contexto se pode propor uma classificação exata.

Mas tendo em conta a sua composição morfológica (preposição + nome), encontram-se para a expressão em apreço, designações como *adjunto adverbial* (Fernandes G., *op. cit.* p. 46), *locução adverbial*, *modificador de atenuação do ato diretivo de ordem...* (Brito A., Duarte I. & Matos G., *op. cit.* p. 459), *fórmula de delicadeza* (Carreira, 2001:87), sendo esta última a adotada para o nosso trabalho (porém, como adotamos e temos vindo a usar ‘cortesia’, substituiremos ‘delicadeza’ por ‘cortesia’).

2.4.2.1.5.1. Propriedades sintagmáticas da fórmula de cortesia por favor

Em termos de funcionamento sintagmático, a fórmula de cortesia *por favor* é um constituinte periférico ou acessório, posto que a sua ausência não altera a estrutura frasal. A sua mobilidade permite-lhe funcionar em qualquer extremidade da cadeia sintagmática e isto tem também incidências sobre as regras de virgulação. Em ordem a evidenciar esta explanação, eis alguns exemplos:

- a) *Por favor*, não te esqueças de fechar a porta.
- b) Não te esqueças, *por favor*, de fechar a porta.
- c) Não te esqueças de fechar a porta, *por favor*.

Apesar de não constituir um elemento essencial à estrutura da frase, por ser um adjunto, em termos pragmáticos, ou semântico-pragmáticos, é uma ‘peça’ fundamental, sendo a sua utilização indispensável para a expressão da cortesia, porquanto constitui, como vimos, um mecanismo de atenuação através do qual se pode conferir polidez à frase, já que atenua o caráter brusco, ou mesmo brutal da ordem. O mesmo pode combinar-se com atos indiretos de ordem, nomeadamente com o ‘pedido’, introduzido e precedido, por exemplo, por expressões como ‘não se importa [de] ...?’, ‘queira...’, ‘pode...?’ (Carreira, 2001:87). Analisemos os exemplos seguintes:

- a) *Por favor*, entrega esta encomenda à Ana.
- b) Entrega esta encomenda à Ana.

Quer o primeiro quer o segundo exemplo atestam o imperativo. Todavia, em determinados contextos, a primeira construção seria mais confortável (quer para o locutor quer para o alocutário) do que a segunda, uma vez que a presença da fórmula de cortesia *por favor* atenua o caráter impositivo do ato diretivo, tornando-o, por conseguinte, mais polida, deixando, assim, transparecer que se trata mais de um pedido do que propriamente de uma ordem. Segundo Fernandes G. (*op. cit.* p 46), porém, em português europeu, construções como a segunda (em que se dispensa o uso do modificador de atenuação ou em que esteja evidente a ordem) não são forçosamente descorteses, reconhecendo, contudo, que o contexto e a relação social entre os interlocutores determinam o maior ou o menor grau de formalidade. Contrastivamente, Gomes sublinha que no PB, especialmente no falar carioca, seria muito descortês a utilização do imperativo. Contudo não constituiria qualquer problema a utilização da mesma frase, com a mesma intenção comunicativa, desde que se substituísse o imperativo pelo condicional ‘Daria para você entregar esta encomenda à Ana?’, por exemplo. Esta constatação permite, mais uma vez, reforçar e concluir que as estratégias de cortesia variam de cultura para cultura.

Em estruturas frásicas onde o modificador *por favor* aparece com a preposição omitida (construções muito frequentes no PE, ocorrendo, às vezes, em lugar da preposição, o verbo *ser*, na 3ª pessoa do presente do indicativo singular), a mobilidade já não parece ser tão funcional:

- a) *Favor*, manter a porta fechada.

- b) *Manter, *favor*, a porta fechada.
- c) *Manter a porta fechada, *favor*.

2.4.2.1.6. A condicional se faz (o) favor

Em termos gerais, a oração adverbial condicional *se faz (o) favor* (e outras com o mesmo valor)⁵¹ é equivalente à fórmula de cortesia *por favor*, existindo, entretanto, uma pequena diferença de natureza pragmática que vale a pena destacar:

- Em termos pragmáticos, a condicional (*se*) *faz favor* deve ser selecionada quando está em uso o tratamento informal, já que a forma verbal se encontra no imperativo. Se, todavia, estiver em causa o tratamento formal, deverá substituir-se o imperativo (*faz*) pelo conjuntivo (*faça*). Já o modificador *por favor* é indistintamente aplicado quer para uma quer para outra forma de tratamento.

- a) Fecha a porta, Wendy, *se faz (o) favor*.
- b) Feche a porta. Wendy, *faça (o) favor*.

Vale a pena sublinhar que no segundo exemplo, estando em causa o tratamento formal, é-se ainda mais cortês substituindo-se, por um lado, o tipo de frase (imperativa, no caso) por uma interrogativa, e, por outro, o conjuntivo por uma construção perifrástica, com o verbo auxiliar ou no condicional ou no imperfeito, por exemplo. Neste caso, a oração condicional também varia.

- a) *Poderia fechar* a porta, Wendy, *se fizer o favor?*
- b) *Podia fechar* a porta, Wendy, *se fizesse o favor?*

2.4.2.2. Implicação (ou implicatura) conversacional

As implicações conversacionais como estratégia de delicadeza resultam dos atos não patentes, porquanto aquilo que tem de ser dito não é dito diretamente, mas através da alusão, do subentendido, da ambiguidade, ou de figuras de retórica como a lítotes, a hipérbole, a ironia e a metáfora, apelando, portanto, à capacidade de inferência do alocutário. A implicação corresponde a um ato de fala indireto, porquanto o enunciado, na sua estrutura gramatical, na sua literalidade, veicula, segundo a terminologia de John Searle, um ato ilocutório secundário, identificado com um enunciado literal, e através deste, à luz de fatores contextuais, por dedução, por inferência, pela interpretação de normas pragmáticas codificadas cultural e socialmente, pela aplicação do princípio de cooperação de Grice, veicula um ato ilocutório primário (um pedido, uma promessa, uma ameaça, etc.), que exprime a verdadeira intenção do locutor. É o que acontece, por exemplo, na frase ‘Preciso de ir buscar o meu carro à representante da Nissan, mas não sei como lá chegar.’

Como se compreende, por detrás da expressão do locutor há algo mais que vai além do dito. Primeiro, o locutor mostra ao seu interlocutor que tem uma necessidade, cuja

⁵¹ ‘(Se) fazia favor’; ‘Se fizer favor’; ‘Se fizesse favor’...

realização está condicionada por uma incapacidade da sua parte. Sabendo, *a priori*, que o interlocutor tem como lho satisfazer, exprime-se de maneira implícita, isto é, serve-se da implicatura ou implicatura, e expõe o pedido, o qual ele sabe poderá o alocutário inferir e, *a posteriori*, agir.

Porém, em vez de formular o pedido aberta e claramente, servindo-se do ato diretivo direto, ‘Dá-me uma boleia até à representante da Nissan’, ele socorre-se desta estratégia, a implicatura, encobrendo a sua real intenção (que é mover o seu interlocutor a levá-lo ou a dar-lhe boleia), para não só evitar que a sua intenção seja gorada, como também proteger a face do recetor.

Portanto, todos estes procedimentos ou mecanismos de atenuação estão ligados à teoria sobre a Proteção das faces, cujo objetivo é, como foi visto, salvaguardar a ‘imagem social dos interlocutores e, conjuntamente com a teoria das Máximas conversacionais, resumem o Princípio da cortesia linguística.

Retomando a frase ‘*Por favor*, entrega esta encomenda à Ana’ além da fórmula de cortesia *por favor*, o grau de delicadeza na mesma pode ser elevado com o recurso a outros mecanismos, como a interrogação, a comutação temporo-modal da expressão injuntiva, isto é, da forma verbal imperativa por uma forma indireta, como o imperfeito ou o condicional, através, por exemplo, do verbo modal ‘poder’, ou formulando a injunção por meio da expressão de um desejo).

a) *Por favor, podias* entregar esta encomenda à Ana?

b) *Gostaria, por favor*, que entregasses esta encomenda à Ana.

Portanto, a combinação de dois ou mais processos/mecanismos de atenuação (por exemplo, fórmula de cortesia *por favor* + *imperfeito* + *interrogação*) permite ao locutor expressar maior cortesia. O que significa que quantos mais mecanismos de atenuação forem usados mais corteses se tornam os atos diretivos e quanto mais direto o locutor for, menos cortes será, por conseguinte. Modelando-nos em Carreira (2014:41), podemos, resumidamente, esquematizar o que expusemos da seguinte forma:

+ CORTESIA = + atenuação e

- direção (ato direto).

- CORTESIA = + intensificação (ou ausência de atenuação) e

- indireção.

2.5. Intensificação

Sublinhamos, no introito do presente trabalho, que o objeto de análise de que nos ocupamos, o morfema *só*, seria descrito de acordo com o seu funcionamento pragmático-semântico, a nível da linguagem oral, na VAP, por ser nessa manifestação linguística onde se verifica, com maior incidência, a ocorrência do morfema sob escopo quer como fórmula de cortesia ou como atenuador dos atos diretivos quer como expressão intensificadora. Como demonstramos, no esquema acima, o não uso de mecanismos discursivos que visem a atenuar

os atos discursivos tem como efeito a intensificação da injunção expressa pelos atos diretivos diretos e, conseqüentemente, a diminuição, senão a ausência, de cortesia (o que se verifica na frase ‘Entrega esta encomenda à Ana.’) Contudo, a intensificação de que nos vamos ocupar, verificada no contexto coloquial da VAP, através do morfema *só*, difere da referida, isto porque a mesma não corresponde exatamente aos processos linguísticos de intensificação que resultam do não uso ou do *apagamento* de mecanismos ou de expressões atenuadores. Mas também não se trata da intensificação que resulta do emprego de mecanismos que reforçam a cortesia, por exemplo, em atos de ‘acordo’ (*sim, sim; evidentemente que sim...*), de ‘elogio’ (*é muito interessante, é interessantíssimo...*), de ‘agradecimento’ (*muito obrigado, imensamente obrigado...*), conforme Carreira (2014:42-43). Trata-se, sim, do processo de intensificação que consiste na força enunciativa ou no uso de recursos linguísticos que servem para relevar expressões ou enunciados em geral, a ênfase. A intensificação enfática ou expletiva não tem por objetivo a expressão da cortesia, mas sim o reforço daquilo que se diz. Visto que os diferentes mecanismos de intensificação produzem resultados linguísticos distintos, parece-nos cordial investirmos na tentativa de classificar a intensificação, de acordo com o objetivo pragmático de cada tipo (de intensificação). Antes, porém, faremos uma breve incursão na literatura sobre o assunto, começando, desde já, por referir que tivemos inúmeras dificuldades para encontrar bibliografia sobre o assunto, em Língua Portuguesa, pelo que nos limitamos no tratamento deste assunto.

Temos vindo a sublinhar, desde o início deste trabalho, e fizemo-lo, há pouco, ao começarmos esta seção, que a abordagem do nosso objeto de estudo, o morfema *só* (quer como fórmula de cortesia quer como expressão intensificadora), baseia-se na linguagem oral, a nível da VAP. Como ressalta Rueda, “la mayoría de estos elementos enfatizadores son característicos de la lengua hablada, especialmente de la modalidad de uso coloquial” (Rueda⁵²).

Beinhauer complementa que “en la conversación coloquial, el hablante no sólo expresa sus ideas sino que impone toda su afectividad con el afán de influir de un modo persuasivo sobre su interlocutor” (1978:196, *apud* Zapata & Arturo, 2001:4⁵³).

Briz (1998:113-114) considera que “intensificar es hacer que una cosa adquiera mayor intensidad, en sentido figurado, vehemencia, a través del énfasis o fuerza de la expresión, de la entonación o de los gestos.” O mesmo autor considera que “la intensificación puede manifestarse através de variados recursos morfológicos, sintácticos, léxicos y fonéticos, denominados intensificadores”.

Zapata e Arturo (*op. cit.* p. 3), por outro lado, definem intensificadores como

⁵² Cf. Ana Mancera Rueda, “Una Aproximación al Estudio de los Procedimientos de Intensificación Presentes en el Discurso Periodístico”; in *Revista Electrónica de Estudios Filológicos*, Nº 17, julho 2009, disponível em <http://www.um.es/tonosdigital/znum17/secciones/estudios-10-Intensificadores.htm> (consultado a 22 de abril de 2018, às 6h02).

⁵³ Cf. García Zapata e Carlos Arturo, “Intensificadores fraseológicos en el español coloquial de Medellín”; in *Revista Virtual Universidad Católica del Norte*, Nº 33, maio - agosto de 2011, disponível em <http://revistavirtual.ucn.edu.co/> (consultado a 22 de abril de 2018, às 4h15).

“... recursos lingüístico-pragmáticos que se manifiestan en todos los niveles y dimensiones del lenguaje, por tanto, de uso en la lengua oral y escrita, que se utilizan para realzar la expresión, con el fin de conseguir una mayor efectividad en los mensajes de los hablantes.”

Sobre o conceito de atenuação, Rueda, com base na tipologia desenvolvida por J. M. González Calvo (1984-1988), como garante a própria autora, reconhece a ambiguidade do conceito desse mecanismo pragmático. Referindo-se à maioria dos trabalhos sobre o discurso oral (por ela confrontados, principalmente os centrados na modalidade coloquial) a autora (*op. cit.*) refere que

“los términos *intensificación*, *énfasis*, *elativización*, *expresión afectiva*, o *realce expresivo* se presentan como sinónimos. Así, ya en 1930 W. Beinhauer hablaba de la *expresión afectiva* como un reflejo del «afán del hablante por influir de un modo persuasivo sobre el interlocutor, procurando interesarle y caldearle el ánimo por el respectivo asunto; en una palabra, imponerle todo su yo impregnado no sólo de ideas, sino también de sentimientos e incluso de impulsos volitivos.»” (1930 [1963], p. 196).

Com base nesta citação, entendemos que a ênfase é dos vários mecanismos de intensificação, razão pela qual optamos por ‘intensificação’ como título da presente seção, uma vez que, a nosso ver, o objetivo da ênfase é, nem mais nem menos, a consecução da intensificação.

Tal como existem várias estratégias de atenuação, diversos também são os mecanismos ou procedimentos de intensificação, sendo que alguns estão diretamente ligados à cortesia, já que, citando Carreira (2001:101), “les procédés d’intensification visent tout particulièrement la valorisation de la zone de l’allocutaire”, ao passo que outros têm como finalidade pragmática o simples efeito enfático. J. Renkema (1999, *apud* Rueda, *op. cit.*) organiza os distintos procedimentos de intensificação em três grandes grupos, segundo se trate de intensificadores léxicos, semânticos ou estilísticos, conforme os quadros abaixo:

Tabela 4: Intensificadores léxicos

INTENSIFICADORES LÉXICOS	
1. Intensificador básico	<i>Muy, mucho, superbueno, ultramoderno</i>
2. Referencia temporal	<i>Recién, pronto, a más tardar, antes de, raramente, a menudo</i>
3. Referencia espacial	<i>A mitad, en medio de, en ninguna parte</i>
4. Cuantificador	<i>Casi todos, sólo unos pocos</i>
5. Cualificador	<i>Honestamente, verdadeiramente</i>
6. Marcador de precisión	<i>Exactamente, específicamente, particularmente</i>
7. Marcador de lo inesperado	<i>Incluso, tanto, no menos que</i>

Tabela 5: Intensificadores semánticos

INTENSIFICADORES SEMÁNTICOS	
1. Verbos	<i>Estrellarse, empotrarse</i>
2. Sustantivos	<i>Engaño, embuste</i>
3. Adjetivos	<i>Enorme, gigantesco</i>
4. Adverbios	<i>Un tanto, considerablemente</i>

Tabela 6: Intensificadores estilísticos

INTENSIFICADORES ESTILÍSTICOS	
1. Repetición	Hacía calor, calor, calor
2. Tautología	Los límites exteriores
3. Pleonasma	Todos y cada uno
4. Climax	Esperó horas, días, años
5. Exageración	Esperó siglos
6. Sobreentendido	Bill Gates es un hombre rico
7. Lítotes	No carecía de encanto
8. Comparación	Era más papista que el Papa
9. Metáfora	Morder el polvo (metáfora de “ser derrotado”)

Fuente: J. Renkema (1999), *apud* Rueda

Briz (*op. cit.* p. 129) acrescenta que os intensificadores podem ter dupla função:

“semántico-pragmática en cuanto que modifican el contenido proposicional, intensificando la cantidad y la cualidad en el nivel del enunciado, sin que esto deje de conllevar efectos pragmáticos”, e “la función pragmática, cuando los intensificadores, por su parte, afectan al decir, a la fuerza ilocutiva de un acto o a la presencia de los participantes en la enunciación.”

Com base na ideia de que a intensificação é expressa através de recursos linguísticos distintos os quais produzem efeitos ou resultados também diferentes, pode-se, então, falar de diferentes tipos de intensificação, dentre os quais impera destacar dois: ‘intensificação da cortesia’ (de acordo com Carreira) e ‘intensificação expletiva’.

• A intensificação da cortesia resulta do uso de mecanismos que a reforçam, isto é, que reforçam a cortesia. A mesma pode ser expressa em diferentes situações interlocutivas em que se deseja expressar cortesia, tal como em:

1 - Atos diretivos;

- a) Entrega esta encomenda à Ana.
- b) Entrega, por favor, esta encomenda à Ana.
- c) Podes entregar esta encomenda à Ana?
- d) Podes, por favor, entregar esta encomenda à Ana?
- e) Queria que entregasses esta encomenda à Ana.
- f) Queria, por favor, que entregasses esta encomenda à Ana.
- g) Gostaria que entregasses esta encomenda à Ana.
- h) Gostaria, por favor, que entregasses esta encomenda à Ana.
- i) Queira, por favor, entregar esta encomenda à Ana.
- j) Podias, por favor, entregar esta encomenda à Ana, se não te importasses?

Estes exemplos ilustram como a combinação de várias estratégias (mixture strategies, segundo Brown & Levinson, *op. cit.* p. 230) de atenuação conferem maior cortesia aos atos diretivos, como assumimos no final da seção anterior. Olhando para os exemplos, do primeiro ao último, percebe-se que os mesmos se tornam mais corteses, à medida que se lhes são acrescentando recursos linguísticos denotadores de cortesia, ou à medida que se vai substituindo uma injunção por outra, pois nem todas as formas injuntivas têm a mesma carga semântico-pragmática em termos de cortesia. Sendo assim, o primeiro exemplo é o menos polido, por se adotar nele a referida estratégia aberta e direta.

2 - Atos de elogio - Segundo Carreira (*op. cit.* pp. 42-42) “o elogio exprime-se nomeadamente através da entoação. As escolhas lexicais parassinonímicas privilegiam a intensificação da apreciação positiva.” Os intensificadores dos atos de elogio correspondem ou, não havendo correspondência, aproximam-se muito aos ‘qualificadores’ de Renkema (tabela 4, intensificadores léxicos).

Exemplo 1: Foi *extraordinariamente* interessante a tua intervenção.

3 - Atos de acordo - O acordo é a intensificado através de diferentes meios, entre os quais a entoação. Os marcadores de afirmação e/ou de aprovação mais correntes combinam-se e repetem-se no discurso em interlocução. Correspondem aos ‘marcadores de precisión’ (conforme a tabela 4 de Renkema).

Exemplo: *Pois, pois, é exatamente* isto.

4 - Atos de agradecimento - Os intensificadores ao serviço destes atos correspondem aos ‘intensificadores básicos’ de Renkema (na mesma tabela).

Exemplo: *Imensamente* grato...

- A Intensificação expletiva (na qual está centrado o nosso trabalho)- consiste no emprego de recursos linguísticos para realçar a força enunciativa ou relevar expressões ou mesmo enunciados em geral. Neste tipo de intensificação, os recursos intensificadores (as expressões expletivas) são dispensáveis, pois que a sua ausência não resulta na alteração semântica da expressão ou do enunciado, o que se pode observar no exemplo:

Olha só, papá... VS Olha, papá...

Ao contrário da intensificação expletiva, cujos recursos intensificadores são dispensáveis, na intensificação da cortesia, os recursos linguísticos responsáveis pela sua expressão tornam-se indispensáveis, porque o seu apagamento alteraria o conteúdo, no sentido de que o deixaria desprovido de cortesia. Foi visto, na tabela número 5, que os adjetivos, os advérbios, os substantivos e os verbos são recursos linguísticos que concorrem para a intensificação semântica. Dentre estes recursos, dedicaremos, no capítulo que se segue, particular atenção aos advérbios, por a intensificação verificada na VAP se realizar através do morfema adverbial só.

CAPÍTULO III – PLURIFUNCIONALIDADE PRAGMÁTICO-SEMÂNTICA DO MORFEMA SÓ NA VARIEDADE ANGOLANA DO PORTUGUÊS

3.1. Metodologia

A elaboração de qualquer projeto investigativo ou pesquisa científica constitui sempre uma árdua tarefa por parte de quem a concebe, porquanto é um investimento cuja prossecução depende de uma inteligente formulação de objetivos, requer não pouco tempo para uma criteriosa busca das informações e, por sua vez, um profundo espírito metódico e reflexivo em torno dos dados e um cuidado apurado no seu tratamento. Por último, mas nem por isso menos valiosa, é a ‘arte’ para a coerente e meticulosa estruturação que a natureza destes trabalhos exige. Porque “o conhecimento exige um esforço de inteligência e nunca se realiza sem sofrimento”, como enfatiza Deshaies (1992:114), a consecução desta dissertação foi, sem dúvidas, uma missão exigente, cujo custo se resumiu no nosso total envolvimento, enquanto pesquisadores, pese embora as eventuais limitações que o trabalho venha a apresentar, decorrentes das muitas dificuldades encontradas ao longo da sua feitura, como, por exemplo, as limitações no acesso a determinadas obras. Do mesmo modo, e como enfatiza Deshaies, uma das maiores dificuldades encontradas na realização de trabalhos desta magnitude é o enquadramento da investigação ao método. O autor acima (*op. cit.* pp 113-114), por exemplo, considera que

“no ponto de partida da utilização de um método, colocam-se certos problemas fundamentais de epistemologia que deslindam a ligação tripla de elementos constitutivos deste problema: o sujeito, o objeto e a disciplina, os quais representam os elementos fundadores desta tríade.”

Não objetivamos esgotar (expondo-as) todas considerações que o autor faz acerca dos três elementos, a não ser tratar da relação que se estabelece entre a disciplina e o objeto e que ocupa atualmente o maior lugar no domínio das ciências, segundo o autor. Deshaies postula, então, que nessa relação

“o sujeito debate-se com as exigências da disciplina, isto é, com as regras estabelecidas e reconhecidas num determinado campo científico. (...) Não se trata de um conhecimento imediato, mas de um conhecimento mediato, a saber, de um

conhecimento estabelecido com ajuda dos mais variados meios para apreender o real em proveito do desenvolvimento da estrutura e do aumento do saber. Esta última relação é comumente reconhecida pelo nome de **metodologia**, ou também de lógica da ciência'' (*ibidem*).

Uma vez que o nosso trabalho é de natureza essencialmente descritiva, em termos metodológicos, optamos, como não podia deixar de ser, pela pesquisa Bibliográfica, primeiro. Atendendo, porém, à necessidade de compreendermos o fenómeno estudado, combinamos a pesquisa anunciada à Descritiva, associadas à análise qualitativa. A opção pelo método Descritivo é óbvia, já que o mesmo permite e nos permitiu fazer a busca da problematização do projeto de pesquisa, isto é, permitiu verificar o estado da arte a partir de referências publicadas sobre questões que o tema ora formulado levou a desenvolver, analisar e discutir as contribuições científico-culturais então encontradas (Eco, *apud* Cassange, 2016:15).

A pesquisa descritiva, segundo Júnior (2008:49, 83), é aquela para cuja realização o pesquisador utiliza, além das fontes bibliográficas, a aplicação de testes e outros instrumentos destinados a coletar dados, procurando compreender, interpretar, analisar e descrever o fenómeno estudado. Este conceito permite inferir que a pesquisa descritiva, pelas técnicas que a mesma requer, é uma forma de pesquisa de campo, mas, apesar disso, a mesma não dispensa a consulta a fontes bibliográficas, como refere Júnior; ou seja, a opção pela pesquisa descritiva não limita o pesquisador ao uso de outros métodos. Podemos, assim, concluir que os métodos de pesquisa não são recursos estanques, pois os mesmos podem combinar-se uns com os outros e, inclusive, estar imbricados.

Na formulação do conceito de pesquisa Descritiva, Júnior sublinha como técnicas a aplicação de testes e outros instrumentos de coleta de dados. É certo que para a constituição do *corpus* da nossa dissertação não aplicamos testes nem técnicas tradicionais de coleta de dados, como entrevistas, observações, inquéritos, etc. (Júnior, *op. cit.* p. 132). Sendo assim, como se pode justificar a aplicação do método Descritivo no nosso trabalho, se nos não servimos de, pelo menos, uma das técnicas que fazem de um métodos *descritivo*? Ora, a recorrência a instrumentos informativos, a saber, a obras de escritores angolanos nas quais se espelha a coloquialidade do contexto linguístico em estudo revelou-se uma técnica exequível de coleta de dados, por nos permitir constituir um *corpus* que descreve mimeticamente a ocorrência do fenómeno ou do objeto de análise que pretendemos estudar, o morfema *só* (o qual será sucintamente discriminado neste capítulo), o que, portanto, nos deu a possibilidade de fazermos um trabalho de cariz descritivo. Finalmente, os dados obtidos através do *corpus* então constituído foram objeto de uma análise qualitativa. Segundo Júnior (*op. cit.* pp. 83, 132), essa análise consiste na descrição do conteúdo ou dos dados obtidos (...), buscando a compreensão particular daquilo que se está investigando...

O enquadramento do nosso trabalho à combinação da pesquisa bibliográfica com a descritiva, associadas à análise qualitativa, permitiu-nos responder às perguntas *porquê?* e *como?* uma vez que, identificado o fenómeno, foi possível identificar também as razões por que o mesmo ocorre, isto é, as razões por que o morfema *só* é usado, na VAP, com outros

valores pragmático-semânticos (destacando-se o valor de fórmula de cortesia), não ocorrentes no PE. A análise do *corpus* permitiu, por outro lado, compreender de que forma e em que circunstâncias pragmáticas o fenómeno acontece. Importa realçar, enfim, que não abdicamos da pesquisa internáutica, porquanto, como se sabe, o advento das ciências computacionais tem permitido o acesso a um leque de informações, permitindo, de uma forma ou de outra, a abordagem de temas diversos, cabendo apenas ao investigador ter a perícia necessária para aceder a informações fiáveis.

3.2. Estrutura do *corpus*

Ao concebermos o nosso projeto dissertativo, pensamos, inicialmente, constituir um *corpus* com base na aplicação de um inquérito cujos informantes seriam colegas angolanos da UBI, ou, se assim se postulasse necessário, aplicá-lo junto de locutores angolanos, em solo pátrio. Porém, à medida que fomos projetando a investigação, tivemos a ideia de, ao invés das primeiras opções, constituir um *corpus* com base em obras literárias de escritores angolanos. Ora, encetada esta opção, passamos à seleção das obras: *Luuanda* (de Luandino Vieira⁵⁴) e *Manana*. (de Uanhenga Xitu⁵⁵) foram as pré-selecionadas. Da segunda já nos havíamos servido, porque foi dela que retiramos alguns exemplos apresentados no artigo que deu origem à dissertação. Sentindo, porém, a necessidade de expandir o *corpus*, tivemos de alargar as fontes para a sua constituição, porque os recursos encontrados quer em *Manana* quer em *Luuanda* não eram suficientemente diversificados para a natureza do trabalho, o que limitaria a consecução dos objetivos traçados. Por isso acrescentamos mais duas obras, a saber, *Velhas Estórias* (igualmente de Luandino) e *Crónica de um Mujimbo* (de Manuel Rui⁵⁶), constituindo, assim, as fontes definitivas das quais provieram, na sua totalidade, os dados que formam o *corpus* da nossa dissertação.

A razão subjacente à escolha das referidas obras reside no fato de nelas figurarem manifestações discursivas que espelham vivamente as particularidades pragmático-semânticas do morfema só na VAP. O que pretendemos dizer é que à falta de uma consulta direta ao saber linguístico ou à competência linguística dos falantes, através de um inquérito, e porque o nosso estudo enfoca a análise de um recurso linguístico ocorrente e característico do domínio

⁵⁴ A escrita de Luandino Vieira (pelo menos a da segunda fase em que a sua obra é dividida, fase inaugurada exatamente pela escrita de *Luuanda*) é conhecida pelo génio recreativo do escritor e pela disseminação de marcas de angolanização da língua portuguesa, subvertendo a norma comunicativa do português-padrão de Lisboa, adoptando gírias, neologizações, tipicismos e outros recursos, também sintácticos, orais e tradicionais africanos, para construir uma língua literária propícia ao imediato reconhecimento da sua diferença. (Cf. Pires Laranjeira, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, vol. 64, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, p.121).

⁵⁵ O estilo de Uanhenga Xitu, por sua vez, é caracterizado por um entrelaçamento fiel entre a ficção e a realidade, numa linguagem coloquial em que é notável a influência do Kimbundu sobre o Português. Aliás, quanto a isso, o próprio autor, quando ainda em vida, numa entrevista, assumiu que, ao escrever, fazia-o pensando primeiro em Kimbundu, depois em Português. In: <https://bwevip.com/uma-entrevista-com-uanhega-xitu> (consultado a 03.06.2018, às 3h56).

⁵⁶ Por fim, o idioleto literário de Manuel Rui é caracterizado por uma ficção profundamente marcada por preocupações estéticas de um realismo social, numa linguagem mesclada com expressões e vocábulos tipicamente angolanos. In: sebentadigital.com/wp-content/uploads/2008/04/manuel_r_monteiro...Ficheiro PDF (consultado a 03.06.2018, às 4h25).

da linguagem informal, recorreremos a enunciados com marcas dialógico-discursivas características do discurso oral, a nível da VAP, através do discurso direto de algumas personagens das obras selecionadas.

Assim, constituímos um *corpus* com dezassete (17) enunciados nos quais selecionamos sete (7) ocorrências do morfema *só* com o valor de fórmula de cortesia; uma (1) ocorrência com o valor de atenuador; quatro (4) ocorrências com o valor de expressão intensificadora ou expletiva; três (3) ocorrências em que o morfema funciona como constituinte conetivo e duas (2) em que o morfema parece não ter um valor pragmático-semântico preciso, pelo que consideramos ambíguo. Convindo a uma clara e organizada descrição do *corpus*, o mesmo foi estruturado em cinco pontos, consoante os valores mencionados: fórmula de cortesia, atenuador, intensificador, constituinte conetivo e ambíguo, apresentados exatamente nesta ordem, por um lado. Por outro, porque o contexto, muitas vezes, contribui para a melhor compreensão de determinadas situações discursivas, em alguns casos foi necessário apresentar mais do que a frase em que o morfema figura, razão que justifica a extensão de alguns enunciados.

3.3. Conceptualizações léxico-morfossemânticas

Porquanto a funcionalidade do discurso ultrapassa o campo da Pragmática, abrangendo também o da Semântica e o da Lexicologia, faremos uma consideração conceptual abrangente a estas áreas. Há, reconhecidamente, uma “interpenetração profunda entre a Pragmática e a Semântica e ambas se apresentem imbricadas uma na outra” (Fonseca, *op. cit.* p. 99). Aliás, ambos os campos têm o mesmo objeto de estudo: o significado, com a diferença de o significado pragmático ser definido relacionando-o com o falante, enquanto o semântico se define simplesmente como propriedade das expressões de uma determinada língua (Leech, 1997:48).

Pode notar-se, por outro lado, a imbricação ou interdependência entre o conhecimento semântico e o conhecimento pragmático em Lima (*op. cit.* p. 31), ao mostrar que “a primeira condição para que, a partir de um ato de enunciação, se aceda a um ato ilocutório [o que equivale a decodificar ou a interpretar esse ato] é o conhecimento dos significados convencionais das palavras enunciadas [...], isto é, o conhecimento das convenções semânticas da língua.” Neste sentido, o ponto de vista de Lima converge com o de Ducrot e Todorov (*op. cit.* p.397), segundo o qual “é preciso saber o que significam as palavras antes de compreender para que servem”, ou seja antes de as aplicar. Além disso, “o significado de uma palavra é determinado não só pela gramática, mas também pelo uso” (Cançado, *op. cit.* p. 125).

Convém acrescentar ainda que o sucesso interpretativo do ato discursivo envolve muito mais do que a informação linguística apresentada, “uma vez que existe todo um conjunto de informações para-linguísticas, não linguísticas e contextuais que interferem e

condicionam a produção e interpretação de cada enunciado⁵⁷” o que evidencia, portanto, a interdependência e complementaridade das duas áreas de estudo, porquanto é “graças ao conhecimento semântico que os falantes têm da sua língua e a alguns conhecimentos pragmáticos sobre o contexto da comunicação que os mesmos podem praticar e compreender os atos ilocutórios” (Lima, *op. cit.* p. 32). As considerações léxico-morfológicas são, igualmente, indispensáveis neste trabalho (ainda que sumárias), porque, por um lado, constatamos que, ao estudar a palavra, a Lexicologia fá-lo incluindo os seus mais diversos aspetos, como a Etimologia, a Morfologia, a Fonologia, a Sintaxe, mas também a Semântica (Vilela, 1994:9-10), e a mesma engloba todos os tipos de morfemas (um dos principais temas a considerar nesta dissertação) que entram na sua composição (Ullmann, *op. cit.* p. 62), e porque alguns conceitos, que serão analisados, englobam quer o âmbito da Semântica quer o da Lexicologia, tratando-se, portanto, de conceitos semântico-lexicais, pelo que a análise do morfema só como recurso linguístico ao serviço dos atos diretivos e da cortesia linguística, na VAP, não só confere centralidade pragmática ao presente trabalho, como também lhe atribui pendor semântico, porque, afinal, “a principal razão de ser de qualquer ato linguístico é a produção de sentido” (Pedro E., 1996:449) e léxico-morfológico, porque o estudo dos diferentes tipos de morfemas não se limita só à Morfologia, mas estende-se também à Lexicologia. Ora, reveste-se de uma grande importância conceptual a consideração de questões ligadas não apenas às teorias anteriormente abordados (sobre os atos de fala e os princípios de cortesia), mas também a compreensão de processos léxico-semânticos (como a neologia, especificamente a semântica, a extensão semântica, a ambiguidade, a vagueza, a homonímia e a polissemia) bem como das teorias morfemáticas.

3.3.1. Neologia e extensão semântica

Segundo Correia, M. e Lemos, L. (*op. cit.* p. 13), a neologia é tradicionalmente entendida como uma denominação que corresponde a dois conceitos distintos: a neologia como processo ou capacidade natural de renovação lexical, pela criação e incorporação das novas unidades (os neologismos) no acervo lexical da língua, e a neologia como estudo (observação, registo e datação, descrição e análise) dos neologismos. O que interessa neste trabalho é o tratamento da neologia como capacidade de renovação lexical, base do surgimento dos neologismos, para cuja delimitação conceptual passamos, já a seguir.

Baseando-se na proposta de Alain Rey (1976), Correia, M. e Lemos, L. referem-se ao “neologismo” como uma unidade lexical cuja forma significativa ou cuja relação significado-significante, caracterizada por um funcionamento efetivo num determinado modelo de comunicação, não se tinha realizado no estágio imediatamente anterior do código da língua.” A ‘novidade’ é um aspeto imanente ao conceito de neologia e pode ocorrer a nível formal, pragmático e semântico; sendo que o último caso aponta para uma nova “associação

⁵⁷ Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018, consultado a 4 de março de 2018, às 5h58, disponível em [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$pragmatica](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$pragmatica).

significado-significante, isto é, a uma palavra já existente são associadas novas aceções” (Correia, M. & Lemos, L., *op. cit.* pp. 17-18).

Em conformidade com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, o neologismo é um processo linguístico que consiste no ‘emprego de palavras novas, derivadas ou formadas de outras já existentes, na mesma língua, ou não, ou na atribuição de novos sentidos a palavras já existentes numa língua’, concernindo esta última parte do conceito ao neologismo semântico.

Cassange (*op. cit.* p. 40), por sua vez, destaca que

“ao falar-se em neologismo temos sempre como referência a mudança, a evolução, a novidade, a criação e o surgimento. Além de testemunhar a criatividade e a imaginação fértil dos seus falantes, os neologismos têm uma profunda ligação com as manifestações do mundo exterior e as mais diversas áreas de conhecimento.”

O neologismo é um rico processo de expansão lexical “porque a maneira mais simples e económica de surgimento de uma palavra não é através de construção e sim de mudança de sentido” (Cassange, *ibidem*). Por esta razão, mais do que a sua mera criação, Cassange enfatiza a importância do uso e inserção dos neologismos em obras do sistema linguístico. Ora, uma vez que não está em causa o surgimento do morfema só como uma estrutura nova no acervo lexical da LP, mas sim a atribuição de novos sentidos ao mesmo, está-se diante de um neologismo semântico.

O conceito de neologismo semântico é equivalente ao de extensão semântica, o qual se refere, igualmente, à “atribuição de outro significado a uma palavra ou expressão já existente na língua” (Azeredo, M. *et al*, *op. cit.* p. 295), diferindo, portanto, um do outro apenas nos níveis da análise linguística. Ou seja, enquanto o primeiro é um fenómeno estudado no âmbito da Lexicologia, a extensão é tratada a nível da análise Semântica. A metáfora e a metonímia são também processos linguísticos que contribuem para a extensão semântica. Mas visto que não está em causa a extensão semântica do morfema só através de qualquer um destes processos figurativos, prescindimos da sua consideração⁵⁸, prosseguindo para os conceitos de *ambiguidade*, *homonímia* e *polissemia*. Ora, ao analisarmos estes conceitos, não tão facilmente destrincháveis, mas cuja compreensão é fundamental para o nosso estudo, procuraremos entender a qual dos três fenómenos semânticos está subjacente o morfema só.

3.3.2. Ambiguidade e vagueza

Embora possa não parecer à primeira vista, a ambiguidade é um fenómeno complexo de conceituar, devido à fronteira que o mesmo estabelece com a noção de vagueza (ou vaguidade), por um lado, e com a de polissemia, por outro. Vamos, mesmo assim, tentar

⁵⁸ Para uma visão mais alargada sobre a extensão semântica através dos processos de metafóricos e metonímicos, veja, por exemplo, Augusto Soares da Silva, *A semântica de deixar: uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical*, p. 45 e seguintes

analisá-los, posto que o nosso objetivo é perceber o fenômeno ocorrente (ambiguidade, vagueza, homonímia, polissemia) com o morfema *só*, na VAP.

Raposo *et al* (*op. cit.* p. 190) e Ullmann (*op. cit.* p. 329) usam o termo ambiguidade (particularmente a lexical) como hiperônimo de homonímia e de polissemia. Mas em termos gerais, “a ambiguidade consiste na atribuição de duas ou mais interpretações a uma frase ou a uma palavra” (Duarte, *op. cit.* p. 249), ou na “presença de significados alternativos a nível do ato verbal” (Soares da Silva, 1999:607). Tenha-se como referência a palavra *chá*, no exemplo que se segue:

(1a) Queria um *chá*, se fizer o favor.

(1b) Gosto tanto de *chá*.

Num café, num restaurante ou noutra lugar afim, quando se usa uma frase como a apresentada em (1a), após o pedido, segue-se, normalmente, a pergunta, por parte de quem está a atender: “Vai desejar um chá *de quê?*” Ora esta pergunta surge em consequência da falta de especificação do referente *chá*, pois a pessoa a quem se pede fica sem saber, por exemplo, o sabor, a cor, etc. A mesma necessidade de especificação teria o interlocutor a quem se dirigisse a frase (1b), sob pena de se passar ao interlocutor uma informação incompleta ou, mais propriamente, vaga. Nestes dois casos não se trata de ambiguidade, porque, em termos de compreensão, tanto o primeiro interlocutor como o segundo não atribuiriam certamente à palavra *chá* um significado que não fosse aquele que a palavra *chá*, de fato, denota em ambos os exemplos. Quer numa quer noutra frase a ideia à volta do referente *chá* é vaga, tratando-se, portanto, de vagueza (ou vaguidade).

3.3.3. Homonímia e polissemia

A existência de significados que se manifestam através de vários significantes é um fenómeno comum a diversas línguas (Marçalo, 1991:70), sendo o oposto também um fato. Ou seja, existem signos linguísticos com faces significadas diferentes, mas cuja face significante é a mesma, fato que remete ou para a homonímia ou para a polissemia. Mas, de acordo com Soares da Silva (*op. cit.* pp. 632-633), admite-se como critério geral de distinção entre a homonímia e a polissemia a relação semântica entre o significado de uma mesma forma lexical: a polissemia implica a existência de uma relação entre os vários significados (ou, pelo menos, entre alguns), ao passo que homonímia envolve significados não-relacionados. Esta relação, segundo ainda Soares da Silva, pode ser tomada, ou numa perspectiva diacrónica, ou numa perspectiva sincrónica, resultando daqui dois critérios específicos de distinção entre ambos os processos. Sendo assim, segundo o critério diacrónico, dois ou mais significados estão relacionados entre si se remontarem à mesma origem, isto é, ao mesmo étimo, ou se um (ou mais) tiver derivado historicamente do outro. Neste sentido, uma palavra polissémica envolve apenas um étimo, ao passo que duas ou mais palavras homónimas têm diferentes etimologias. Tendo em conta o critério sincrónico, dois ou mais significados estão relacionados entre si se assim puderem ser reconhecidos pelos sujeitos falantes. Nesta

perspetiva, a polissemia implica a existência de uma relação semântica reconhecida pelos falantes, ao passo que duas ou mais palavras homónimas são reconhecidas pelos falantes como não estando semanticamente relacionadas.

Com base no exposto, constituem casos de homonímia as unidades que provêm de origens diferentes (Ullmann, *op. cit.* p. 340), pressupondo identidade fónica e gráfica entre elas (Lopes, A. & Rio-Torto, G. 2007:42), mas nas quais não se distingue, sincronicamente, traços semânticos comuns (Raposo *et al, ibidem*). A existência ou não de semas específicos (pelo menos um), isto é, de traços semânticos comuns diferencia a homonímia da polissemia (Lopes, A. & Rio-Torto, G. *ibidem*). Ou seja, se no caso da homonímia não há traços semânticos entre as unidades, na polissemia, pelo contrário, há, como sublinham Lopes e Rio-Torto, a existência de, pelo menos, uma relação semântica comum entre os termos. Em termos gerais, a polissemia diz respeito ao fenómeno segundo o qual a uma mesma forma lexical são associados sentidos diferentes para os quais é possível estabelecer uma relação de um ou mais traços semânticos comuns (Raposo *et al, ibidem*), (Soares da Silva, *op. cit.* p. 605), ou à possibilidade de variação de sentido que um item lexical apresenta, segundo os diferentes contextos em que o mesmo pode ocorrer (Borba, 1991:234). Continuando a servir-nos da expressão *chá*, eis mais um exemplo:

(2a) A Joana foi ao *chá de panela* da amiga.

(2b) Por causa da má conduta, a mãe deu-lhe um *chá sem açúcar*.

(2c) Quando não se *toma chá à mesa* com os pais, o resultado é este: má educação.

Nestes exemplos, o signo *chá* não tem um valor fixo, variando em consequência do contexto. Este e outros tantos exemplos a que se pode aludir são uma constatação de a linguagem humana é naturalmente polissémica, porque o signo linguístico tem um carácter arbitrário (Borba, *ibidem*). Sendo assim, no primeiro dos três exemplos, tem-se que a expressão '*chá de panela*' remete para a ideia de reunião ou festa em que se oferecem à noiva presentes para o seu futuro lar. Em (2b), a expressão '*chá sem açúcar*' quer dizer conversa através da qual se repreende alguém... e em (2c), por último, está em causa a expressão '*tomar chá à mesa*', que significa receber educação, princípios, valores, etc. dos pais. O que acontece nestes exemplos é a associação de diferentes sentidos à expressão *chá*, havendo entre os dois últimos exemplos um traço semântico comum: a ideia de conversa. Mas note-se que apesar da existência desse traço semântico comum entre as duas últimas construções, normalmente, só um dos significados se ajustará a cada contexto dado, ou seja, apenas uma das expressões faz sentido nos referidos exemplos, inibindo, assim, a possibilidade de haver interpretações alternativas (o que remeteria para uma situação de ambiguidade), e de as mesmas expressões serem paradigmaticamente comutáveis (Vilela, M. 1994:26). Quer dizer que esses traços semânticos partilhados não são suficientemente próximos, a ponto de se poder estabelecer, entre as expressões em causa, uma relação sinonímica. Conclui-se, então, que a expressão *chá*, nos contextos em análise, instancia um caso de polissemia. A influência do contexto é, portanto, a principal garantia do funcionamento normal da polissemia (Ullmann, *op. cit.* p. 347).

Contudo, Soares da Silva (*op. cit.* pp. 633-635) sublinha que nem sempre estes dois critérios conduzem a um mesmo resultado e ambos levantam sérios problemas, porque o critério diacrónico é inaceitável do ponto de vista da descrição sincrónica do léxico, quer dizer, do ponto de vista da descrição do ‘saber semântico-lexical’ dos falantes. Por isso, a opção por este critério equivaleria a reduzir a polissemia e a homonímia a meros conceitos da linguística diacrónica. Por outro lado, o critério diacrónico não é tão operatório como à primeira vista pode parecer: palavras há cuja etimologia é desconhecida (ou hipotética) e, além disso, tudo depende de quão longe é preciso e é possível recuar na história para se estabelecer uma relação etimológica.

Quanto ao critério sincrónico, uma vez que se baseia no reconhecimento de uma relação semântica por parte dos falantes, o mesmo é potencialmente subjetivo, dado que o reconhecimento de uma relação entre dois ou mais significados por parte de um indivíduo pode ser influenciada pela sua imaginação e/ou pela sua formação. E dois ou mais significados podem ser sentidos como relacionados, por uns, mas não-relacionados, por outros, e mesmo como as duas coisas ao mesmo tempo, por outros ainda. Uma outra insuficiência que se levanta em relação a ambos os critérios é que, por um lado, o critério do denominador comum, o qual se usa como pedra-de-toque em relação à polissemia, é tão pouco preciso que se pode levantar a questão da sua credibilidade. Por outro, porque existem certos homónimos que têm a mesma origem etimológica (Gallison, R. & Coste, D., 1983:565), o critério diacrónico torna-se insuficiente.

Apesar das evidentes limitações e insuficiências apresentadas por ambos os critérios, autores como Raposo *et al* (*op. cit.* p. 191), Ullmann (*op. cit.* p. 340), Soares da Silva (*op. cit.* p. 632) convergem quanto à história, à origem ou à etimologia das palavras como critério usado para distinguir a homonímia da polissemia, pelo que nos serviremos do mesmo critério para verificar se no caso do morfema *só* se trata de polissemia, homonímia, ambiguidade, vagueza. Para o efeito, calcorreemos sobre as páginas do *Dicionário (VERBO) da Língua Portuguesa Contemporânea* (p. 3431), segundo o qual, etimologicamente, o morfema *só* provém do adjetivo e do advérbio latinos *sōlus* e *sōlum*, respetivamente, constituindo, assim, palavras convergentes, ou seja, palavras que provieram de étimos (origens) diferentes, mas que, atualmente, no Português, convergem para a mesma forma vocabular. Portanto, enquanto o morfema *só* adjetival proveio do étimo latino *sōlus* (sozinho), o morfema *só* adverbial derivou de *sōlum* (somente).

Tendo em conta que uma das principais características da polissemia é o fato abranger apenas um signo de cada vez, uma análise superficial, talvez induzisse a pensar que o morfema *só* é polissémico. Esta possibilidade fica, contudo, descartada, porque embora ambos os significantes sejam representados pelo mesmo signo, não existe, em termos de significados, um denominador comum (Gallison, R. & Coste, D., *op. cit.* p. 488) entre o morfema *só* adverbial e o morfema *só* adjetival. Uma vez que, tendo o mesmo significante, tiveram, entretanto, origens etimológicas diferentes, convergindo numa mesma forma devido

à sua evolução fonética. Parece não haver dúvidas, portanto, de que o morfema *só*, em termos de relações gráficas e de significado entre palavras, é um vocábulo homónimo.

No caso concreto dos morfemas *só* adjetival e *só* adverbial há total correspondência fonético-fonológica e gráfica; contudo, tal nem sempre se verifica, havendo termos cuja identidade formal pode envolver apenas um dos traços (ou a fonia ou a grafia), como é o caso das palavras homófonas e das homógrafas, também considerados homónimos, ou tipos particulares de homonímia (Soares da Silva, *op. cit.* p. 606), também Ullmann (*op. cit.* p. 330). Ainda em relação ao morfema *só*, trata-se de homonímia parcial, por, segundo Raposo *et al* (*op. cit.* p. 192), estarem em causa vocábulos pertencentes a classes gramaticais diferentes (a dos adjetivos e a dos advérbios).

Até aqui, foi possível perceber os fenómenos semântico-lexicais em causa à volta do morfema *só*: homonímia, em termos gerais, isto é, a nível geral da LP, e homonímia e extensão ou neologia semântica, a nível da VAP. Por ora, procuraremos fazer o seu enquadramento morfemático, o que nos leva a tratar, antes, do conceito de morfema e sua classificação.

3.3.4. Morfema

A definição contemporaneamente atribuída ao morfema “os mais pequenos elementos individualmente significativos nas elocuções de uma língua”, citando Hockett (1958:123), *apud* Ullmann (*op. cit.* p. 57), já existe desde a antiguidade. Aristóteles atribuía o conceito em epígrafo às palavras; isto é, segundo o filósofo, “as palavras constituíam as mais pequenas unidades significativas da fala” (Ullmann, *op. cit.* p. 56). Durante muito tempo, assegura Ullmann, esta definição foi aceita pelos linguistas e só há pouco, precisamente ao fim do século XVIII (Ducrot & Todorov, *op. cit.* p. 245), é que os modernos métodos de análise (...) descobriram unidades semânticas para lá do nível da palavra, tornando-se, por isso, necessário um novo termo para designar os mais pequenos elementos significativos da fala.

3.3.4.1. Conceptualização de morfema

Havendo, então, a necessidade de uma nova designação para nomear as mais pequenas unidades significativas da fala, a teoria linguística contemporânea consagrou o termo *morfema*. A sua aceitação, contudo, não é consensual entre os linguistas modernos, sendo que o mesmo é de uso alargado na terminologia da gramática distribucional, mas restrito, na terminologia de André Martinet. (Dubois J. *et al*, 1973:419-420), que prefere chamar *monema* às unidades mínimas significativas (Marçalo, 1992:73). Ou seja, se na tradição da linguística distribucional americana designa-se por *morfema* a mais pequena forma linguística portadora de significação, o signo mínimo, portanto, na aceção martinética, adota-se a designação de *monema*, definida como unidade significativa mínima sucessiva (Martinet, 1991:20,97). O linguista francês recusa o uso do termo morfema (mas não o rejeita completamente, como será visto) numa altura em que já o mesmo havia conseguido

uma projeção considerável nos trabalhos linguísticos (Marçalo, *ibidem*). Martinet prefere a terminologia *monema* à designação *morfema* por este insistir demasiado na forma. Neste sentido, o conceito de morfema refere-se “à unidade que diz respeito à morfologia enquanto ciência que estuda as desinências casuais e verbais e os diversos termos gramaticais (artigos, preposições, conjunções), ou ainda, num sentido mais restrito, ao elemento que confere aspeto gramatical à palavra” (Dubois J. *et al*, *op. cit.* p. 419).

Mas um exame atento permite perceber que, apesar de divergirem, ambas as posições apresentam também pontos convergentes. Em Martinet tem-se por *monema* as unidades de primeira articulação, ou o mais pequeno elemento da cadeia, o signo mínimo, que possui um sentido e que, como tal, pode ser objeto de uma escolha do locutor a nível do conteúdo (Gallisson, R. & Coste, D., 1983:488). O *morfema* corresponde ao signo mínimo, ou à mais pequena forma linguística portadora de significado, e corresponde à última segmentação na análise em constituintes imediatas (Gallisson, R. & Coste, D., *op. cit.* p. 489). Como pontos convergentes, reporta-se o fato de ambas as correntes fazerem menção tanto ao *monema* quanto ao *morfema* como ‘signo mínimo’ e de esse signo mínimo dever ser ‘portador de sentido/significação’. Por outro lado, e como já referimos, se, no sentido americano do termo, o morfema não só designa os recursos linguísticos com funções estritamente gramaticais, mas também os elementos referentes a noções ou a categorias relativas à realidade extralinguística, o termo *monema* propõe-se dar conta das funções de comunicação da linguagem. A distinção consiste no fato de o *monema* poder ser objeto de uma escolha do locutor a nível do conteúdo, enquanto o *morfema* se inscreve numa descrição que não leva em linha de conta as escolhas do locutor (Gallisson, R. & Coste, D., *ibidem*).

Conforme foi anteriormente dito, Martinet não rejeita de todo o uso do termo *morfema*, pois, ao contrário de B. Pottier, por exemplo, que opta pelo termo *gramema* (Gallisson, R. & Coste, D., *op. cit.* p. 491) para se referir aos morfemas de natureza gramatical, Martinet reserva ou propõe a designação *morfema* para indicar os elementos de estrutura, desinências verbais, afixos, etc. (Dubois *et al*, *ibidem*), distinguindo-os dos elementos de nomenclatura, os *lexemas* (Freitas,1991:46). Nota-se, portanto, que a divergência terminológica relativa aos morfemas existe também na própria tradição gramatical francesa. Outro exemplo digno de referência é que, se Martinet usa o termo *lexema* (de que falaremos nos próximos parágrafos) para se referir ao morfema de natureza lexical, Vendryes elege o termo *semantema* para designar os morfemas da mesma natureza. Ora tudo isto deixa claro que se trata de uma discussão cuja abordagem ainda não é consensual entre os linguistas. Apesar disso, tem sido habitual dar o mesmo nome a todos os componentes significativos da palavra: *morfemas* e *significativos*, para os linguistas americanos; e *morfemas* ou *formantes*, para os europeus (Ducrot & Todorov, *op. cit.* p. 246). Com efeito, “é certo que atualmente, grosso modo, equipara-se o *monema* ao *morfema*”, segundo Marçalo (*op. cit.* p. 73) e também Gallisson, R. e Coste, D. (*op. cit.* p. 489). Posta esta flexibilidade, e porque “em linguística são utilizadas as mais diversas terminologias, muitas vezes para se referir a conceitos análogos” (Marçalo, *op. cit.* p. 78), optamos pelo

termo *morfema* para nos referirmos ao recurso linguístico que constitui o objeto de análise no nosso estudo, o morfema *só*. Mas a nossa opção não é, de maneira alguma, absoluta, pelo que poderemos recorrer à terminologia martinética, sempre que se afigurar necessário.

Ainda em relação ao conceito de morfema, ao definir-se morfema como ‘signo mínimo’, “o termo *mínimo* refere-se à *extensão do seu plano de expressão*, aludindo à qualquer forma, livre ou presa, que não possa ser dividida em partes menores dotadas de significado” (Bloch & Trager, *apud* Togeby, 1965:94). Tomemos como exemplo o *sintema*⁵⁹ *papel de parede*. Com base em Lopes (s.d:151), “é comum dizer-se que um morfema consta habitualmente de curtas sequências de fonemas, as quais se repetem.” No sintema proposto o fonema /d/ ocorre duas vezes (na interpolação entre os constituintes do composto e no final do último constituinte). Mas, como acrescenta Lopes, nem todas as sequências de fonemas que se repetem são morfemas. Ora sendo que o morfema deve ser uma unidade portadora de significado, partindo deste ponto de vista, o fonema /d/ do último constituinte do sintema não constitui um morfema, por apenas constituir fragmento despido de sentido, ao contrário do fonema /d/ que relaciona os outros dois membros, pois o mesmo tem uma função gramatical, que é manter certas relações com os outros constituintes. Isto motiva a questionar que sentido tem a preposição no sintema em análise. O *sentido* de que o mesmo está dotado (e de cuja afirmação se faz acerca dos morfemas, em geral, isto é, que são unidades dotadas de um plano de conteúdo), não é, sublinhe-se, o sentido na perspetiva semântica dos elementos linguísticos que remetem para realidades extralinguística, mas um “*significado* ou *sentido gramatical*, nos termos em que Benveniste o definiu, a saber, como uma capacidade do elemento para se integrar no nível linguístico imediatamente superior, o da frase, cooperando para a constituição da mesma” (Lopes, *op cit.* p. 157).

3.3.4.2. Classificação dos morfemas

A classificação dos morfemas é feita com base em critérios, semântico (Cunha & Cintra, 2000:77), sintático (Marçalo, *op. cit.* p. 80), formal (Ullmann, *op. cit.* p. 60), pela posição ou ocorrência do morfema no eixo sintagmático, etc., embora Marçalo (*op. cit.* p. 79), em relação a este último, sublinhe poder ou não ser relevante a posição que os morfemas ocupam no enunciado. Com base no critério semântico ou na natureza da significação, os morfemas costumam a ser classificados em *lexicais* e *gramaticais*. Com base no critério da autonomia sintática, também designado por critério funcional (Gallisson, R. & Coste, D., *ibidem*), é possível distinguir morfemas *autónomos*, *dependentes*, *funcionais* (Marçalo, *op. cit.* p. 81). Na tradição da linguística distribucional americana, por Bloomfield (*apud*. Ullmann, *op. cit.* pp. 60-61), fala-se, ainda, em morfemas *livres* e *presos*, e esta classificação fundamenta-se no critério formal.

⁵⁹ Na terminologia martinética, o sintema corresponde a uma unidade que se comporta como signo mínimo, mas que é formada por mais do que um monema (Marçalo, *op. cit.* p 74).

3.3.4.2.1. Morfemas lexicais ou lexemas⁶⁰

Os morfemas lexicais são os que, segundo Vilela (1994:56), configuram os *denotata* extralinguísticos, com restrições sintáticas e semânticas nas possibilidades de combinação. Fazem referência aos símbolos básicos de tudo o que os falantes distinguem na realidade objetiva ou subjetiva (Cunha & Cintra, 2000:77). Como vimos, o conceito de morfemas lexicais e sua conseqüente distinção dos morfemas gramaticais baseia-se no critério semântico. Essa dicotomia, segundo Ullmann (*op. cit.* pp. 93-94), vem já de Aristóteles e voltou a aparecer sob várias formas e com diferentes nomes, em muitos trabalhos linguísticos e filosóficos. Dessas novas designações destacamos, por exemplo, a que opõe *palavras plenas* de *palavras formas*, introduzida por Henry Sweet (*apud* Ullmann, *ibidem*) na sua *New English Grammar*, distinção segundo a qual as primeiras têm algum significado mesmo quando isoladas ou fora do contexto frásico, ao passo que as outras são destituídas de um significado próprio independente, constituindo, todavia, elementos gramaticais que contribuirão para o significado da frase ou da oração, quando usados em conjunção com outros constituintes frasais. Ora, parece lícito afirmarmos que as *palavras plenas*, por serem «auto-semânticas», significando por si próprias, equivalem, na verdade, aos morfemas lexicais, porquanto estes se referem à realidade extralinguística. Assim, os substantivos, os adjetivos, os advérbios de modo são considerados morfemas lexicais (Cunha & Cintra, 1997:59), porque, como afirma Borba (1991:230), são uma representação linguística da realidade, e pertencem a classes abertas ou a inventários ilimitados (Martinet, 1991:113). Para exemplificarmos alguns dos tipos de morfemas que serão, então, objeto de análise, tomemos a seguinte frase:

3- Os *estudantes* entregaram *hoje* os *trabalhos* para *defesa*.

Não há dúvidas de que morfemas como *estudantes*, *trabalhos*, etc. remetem para o mundo extralinguístico, ainda que os mesmos não sejam contextualizados. Quanto ao constituinte frasal *hoje*, apesar de o mesmo pertencer a uma outra tipologia morfemática (de que trataremos oportunamente), considerámo-lo também como um morfema lexical, porque, com base no critério semântico, tem um referente como os demais elementos destacados.

3.3.4.2.2. Morfemas gramaticais⁶¹

Os morfemas gramaticais referem-se às relações intralinguísticas ou, de acordo com Vilela (*ibidem*), exprimem funções gramaticais gerais (como plural e singular, masculinos e feminino) ou relações sintáticas internas (concordância, colocação, etc.), e pertencem a classes fechadas ou a inventários limitados. Correspondem às *palavras formas* e, como tal, são *sinsemânticos*⁶² (Ullmann, *ibidem*), por serem significativas apenas quando aparecem acompanhadas por outras palavras. Segundo Martins (2008:99), além de *palavras formas*,

⁶⁰ Ou ainda semantemas (Cunha & Cintra, 2000:77).

⁶¹ Cunha e Cintra (2000:77) observam que aos morfemas gramaticais linguistas modernos costumam dar

⁶² Segundo Ullmann (*ibidem*), a distinção *auto-semânticos* e *sinsemânticos* foi proposta primeiro por A. Manty e foi desenvolvida posteriormente por O. Funke.

gramemas, palavras-vazias e instrumentos gramaticais são outras denominações atribuídas aos morfemas gramaticais, os quais, prosseguindo com Martins (*ibidem*), embora sejam pouco numerosos, constituem recursos linguísticos bastante frequentes nos enunciados, desempenhando funções de grande importância, funções essas que se podem relacionar com o ato de enunciação, com a organização discursivo-textual, ou com a estrutura da frase. Discriminadamente, os morfemas gramaticais servem para:

- Relacionar o enunciado com a situação de enunciação, indicando os participantes da comunicação, o espaço e o tempo em que a mesma sucede, funções desempenhadas pelos deíticos (*eu, tu* e suas variantes; *aqui, aí, agora*; possessivos e demonstrativos referentes à 1ª e à 2ª pessoas, etc.);

- Substituir ou referir algum elemento presente no enunciado. São os anafóricos ou representantes (*ele*, demonstrativos não relacionados à 1ª e à 2ª pessoas, etc.);

- Atualizar os nomes, transformando-os de elementos do eixo paradigmático em elementos do eixo sintagmático (são os determinantes como);

- Indicar quantidade e intensificação (numerais, advérbios quantitativos...);

- Relacionar palavras no sintagma (preposições) e orações na frase (conjunções e pronomes relativos);

- Estabelecer coesão textual intra e interfrásica (anafóricos, conjunções).

Os afixos, os artigos, as preposições, os pronomes, os numerais, as conjunções, bem como as desinências, estruturas indicadoras de número, gênero, tempo, modo, aspeto, etc., são, portanto, morfemas gramaticais (Pottier, 1968:53, *apud* Freitas, *op. cit.* p. 40) e também (Cunha & Cintra, *ibidem*).

Os estudantes entregaram hoje os trabalhos para defesa.

Ao contrário dos restantes elementos frásicos, é evidente que, destituídos do contexto, os constituintes destacados são semanticamente vazios, mas, como há pouco destacamos (através de Martins), desempenham funções de grande importância, em relação ao ato de enunciação, à organização discursivo-textual, ou à estrutura da frase. Aliás os morfemas lexicais coocorrentes na frase não seriam capazes de lhe conferir uma ideia coerente e a estrutura da mesma resultaria em agramaticalidade sem a presença dos morfemas *os* (repetido, mas com a mesma função) e *de*, do fonemas /s/ (no lexemas *estudantes* e *trabalhos*, o qual marca a concordância numérica com o determinante artigo, que funciona como regente) e da desinência temporo-modal e número-pessoal *-ram*.

3.3.4.2.3. Morfemas autónomos

Os morfemas autónomos são assim designados por gozarem de certa autonomia ou liberdade sintática, pois “a sua função não depende do lugar que ocupam no enunciado.” (Martinet, 1991:106). Porque gozam de certa liberdade sintática, a natureza da relação entre um morfema autónomo e o resto do enunciado não depende da posição ou do seu lugar na frase (Martinet, 1991:107) nem de um indicador de função (Marçalo, *ibidem*), já que têm a

função contida no próprio sentido (Gallisson, R. & Coste, D., *ibidem*). São, normalmente, considerados morfemas autônomos as unidades linguísticas da classe dos advérbios. Reapresentando a frase com que temos vindo a exemplificar os diferentes tipos de morfemas, atentemos, desta vez, ao advérbio:

Os estudantes entregaram *hoje* os trabalhos para defesa.

Hoje é um morfema autônomo, porque não necessita de se fazer acompanhar por outro (um funcional, por exemplo), não sendo pertinente a sua posição no enunciado, podendo figurar em diferentes pontos: *Hoje*, os estudantes entregaram os trabalhos para defesa; Os estudantes entregaram os trabalhos para defesa *hoje*, sem que haja alteração semântico-estrutural do enunciado e funcional do próprio morfema; isto é, e a sua função, ao contrário dos morfemas dependentes, conforme veremos, não depende da posição em que o mesmo possa ocorrer.

3.3.4.2.4. Morfemas dependentes ou não autônomos

Morfemas dependentes ou não autônomos são aqueles cuja função é indicada pela posição ocupada no enunciado. Entre os dependentes há que distinguir os dependentes regidos, cuja função é indicada por um morfema funcional (Gallisson, R. & Coste, D., *ibidem*). Analisemos os morfemas *estudante* e *defesa*:

Os *estudantes* entregaram hoje os trabalhos para *defesa*.

Os trabalhos para *defesa* foram entregues hoje pelos *estudantes*.

Ora, na primeira frase, o morfema *estudantes* tem a função de sujeito. Mas esta função muda completamente, no segundo exemplo, dada à posição que o mesmo morfema aí toma, passando de sujeito a complemento agente da passiva. A função do morfema é determinada pela sua posição no enunciado. Sublinhe-se que, normalmente, quando se procede à transposição de uma frase como a que está a ser analisada, cujo verbo se encontra na voz ativa, o sujeito passa a complemento agente da passiva e o complemento direto (sem o qual não se procede à transposição) passa a sujeito da passiva. Mas no caso em questão esta mudança não parece ser totalmente operacional, pois sucede que o complemento direto *os trabalhos para defesa* é ainda passível de outra segmentação, da qual resulta o sintagma nominal *os trabalhos*, cuja função continua a ser a de complemento direto, e o sintagma preposicional *para defesa*, que desempenha, por sua vez, a função de complemento circunstancial de fim. Com efeito, não é prudente considerar o grupo *os trabalhos para defesa* como o sujeito da passiva porque o segundo núcleo do grupo tem outra função, e pode até ser deslocado e verificar-se-á que não altera o sujeito, o que não aconteceria, se, deveras, fosse um constituinte do sujeito. Assim: *Os trabalhos foram entregues hoje pelos estudantes para defesa*. Ora, como se vê, o sintagma *para defesa* não é núcleo do sujeito. Logo, *defesa*, ao contrário de *estudantes*, não é apenas um morfema dependente, visto que a sua função não é determinada pelo lugar que ocupa na frase, mas pela ocorrência da preposição *por* (contraída com o determinante artigo definido *os*). No ínterim, a função do

morfema *defesa* é determinada pela presença da preposição no enunciado, concluindo-se, assim, que o mesmo é um morfema dependente regido.

A oposição morfema dependente *versus* morfema autónomo é estabelecida, como vimos, através do critério da autonomia sintática. Convém, entretanto, considerar que este critério não é válido em todas as situações (Marçalo, *op. cit.* p. 84). Muitas vezes só mesmo o contexto determina se um dado morfema é autónomo, funcional, dependente, etc. Mais adiante analisaremos mais precisamente esta relatividade.

3.3.4.2.5. Morfemas funcionais

Ao analisarmos o morfema *defesa*, vimos que o morfema *para* era o recurso que indicava a função do referido morfema. Este papel, o de indicar a função de outros morfemas, é, pois, atribuído aos morfemas funcionais (Martinet, *op. cit.* p. 108), os quais conferem autonomia sintática aos elementos que acompanham, indicando a sua função, razão pela qual o sintagma 'para *defesa*', pôde ser deslocado. No nosso exemplo (Os estudantes entregaram hoje os trabalhos *para* defesa), *para* é um morfema funcional pelas características então apresentadas, por um lado, e porque, por outro, é um conetor (Marçalo, *op. cit.* p. 86), o qual estabelece, no enunciado, a ligação entre os dois morfemas dependente (*trabalhos* e *defesa*).

3.3.4.2.6. Morfemas livres

Morfemas livres (*free forms*, segundo Bloomfield, *apud* Ullmann, *op. cit.* p. 61) são os que podem figurar sozinhos como vocábulos (Cunha & Cintra, 2000:76) ou como equivalentes da palavra (Gallisson, R. & Coste, D., *op. cit.* p. 490), sendo capazes de, por si só, constituir frase. Podemos depreender, através deste conceito, que os morfemas livres gozam não só de independência funcional, mas são também dotados de valor semântico, para que possam então, por si só, constituir frase. Tendo em consideração esta característica, dos oito morfemas que constituem o nosso exemplo *Os estudantes entregaram hoje os trabalhos para defesa* apenas quatro (*estudantes*, *entregaram*, *hoje* e *trabalhos*) podem funcionar como morfemas livres. Mas, note-se, mesmo assim, que estes quatro morfemas (ao contrário de palavras como *ressurreição*, apontada por Ullmann, *op. cit.* p. 103, em referência a Tolstoi) só podem existir isolados e ter valor frasal caso haja algum suporte contextual (Ullmann, *ibidem*) frásico-situacional, em que os mesmos funcionem como respostas ou como exclamações (Ullmann, *op. cit.* p. 61), constituindo, neste caso, frases elípticas. Assim:

- 1 *Estudantes!*
- 2 - Os estudantes entregaram os trabalhos?
- *Entregaram.*
- 3 - Quando serão as defesas?
- *Hoje.*
- 4 - O que entregaram os estudantes?

- *Trabalhos.*

No primeiro exemplo, pode imaginar uma situação contextual em que um grupo de estudantes vai a passar, por exemplo, e alguém usa então aquela frase. Nos restantes casos, nota-se, como já mencionamos, que se trata de respostas, as quais constituem frases elípticas.

Em relação ainda aos morfemas livres, vale ressaltar que muitos o são em termos formais, mas o seu valor fonético leva a considerá-los morfemas presas (Camara Jr., 1973:112), tal é o caso dos clíticos.

3.3.4.2.7. Morfemas presos ou formantes

Cunha e Cintra (2000:76) opõem morfemas presos (*bound forms*, segundo Bloomfiel, *apud* Ullmann, *ibidem*) a morfemas livres, ou seja, os morfemas presos nunca ocorrem como palavras isolados, não têm autonomia vocabular. Lopes (*op. cit.* p. 176) tece a mesma consideração à volta dos morfemas presos ou gramemas (como lhes chama, usando a terminologia pottieriana), mas complementa que os mesmos constituem morfemas dependentes. Para que não haja confusão com o conceito anteriormente apresentado sobre morfemas dependentes, os quais, sintaticamente, constituem palavras (formas livres, por isso), convém sublinhar que a dependência a que Lopes alude tem a ver com o fato de estes (os morfemas presos) serem desprovidos de autonomia formal, constituindo meros segmentos de palavras, das quais dependem e nas quais funcionam presos ou aglutinados. Em termos conceptuais, portanto, os morfemas presos são aqueles que só ocorrem combinados com outros, não constituindo, por si só, palavras. Um exemplo de morfemas presos, segundo Vilela (1994:58), são os afixos, embora nem todos constituam morfemas presos, conforme adverte o autor, apontando, como exemplo, o prefixo *sobre* (em *sobre-humano*, por exemplo). É por contribuírem para os processos formativos de palavras (especificamente a derivação) que são também considerados *formantes* (Gallisson, R. e Coste, D. (*op. cit.* p. 490). São, enfim, os chamados *morfemas derivacionais*. Mas serão morfemas presos apenas os derivacionais? Não o serão também os flexionais (estruturas indicadoras de número, género, tempo, etc.), visto que só funcionam presos à palavras que flexionam?

Além dos morfemas acima descritos, há ainda que considerar as *modalidades*, morfemas gramaticais não autónomos e não funcionais, cuja função é determinar outros monemas. As modalidades ou modificadores, refere Marçalo (*op. cit.* pp. 83, 86) são unidades morfemáticas que têm sido confundidas com os morfemas funcionais devido ao seu estatuto gramatical e pelo fato de amiúde aparecerem amalgamados com os funcionais. Ao contrário dos funcionais, todavia, as modalidades limitam-se a ajudar a definir o valor do segmento com o qual estão relacionados; ou seja, referem-se ao núcleo do sintagma a que pertencem, acrescentando apenas informações específicas, sem indicar qualquer tipo de relação com o enunciado e sem desempenhar qualquer papel de ligação. Portanto, a relação que as modalidades estabelecem com os elementos que acompanham é sempre de determinação

(Marçalo, *op. cit.* p. 84). Outros morfemas a que vale aludir são os chamados *predicativos*, que, não sendo apenas autônomos (porque gozam de autonomia sintática), constituem o elemento central do enunciado (Marçalo, *ibidem*) e são *independentes*, podendo ocorrer no enunciado sem outros elementos.

Retomando a abordagem sobre morfemas lexicais e gramaticais, vimos que a distinção entre ambos os tipos é estabelecida de acordo com a natureza da sua significação, isto é, com base no critério semântico. Mas a mesma pode ser conjugada a partir do critério de autonomia sintática, conforme Marçalo aponta (*op. cit.* pp. 85-86), apresentando um esquema segundo o qual os morfemas podem ser classificados sem ou com indicação de função. No primeiro caso, em que não há indicação de função, quer morfemas lexicais (como os nomes) quer morfemas gramaticais (como os pronomes) podem ser *dependentes primários*⁶³ e *determinantes*. O mesmo acontecendo, continuando com Marçalo, com alguns *determinantes* ou *dependentes marginais*, sendo alguns lexicais (o caso dos adjetivos, por exemplo) e outros, gramaticais (como os artigos). São também exemplos de determinantes gramaticais, igualmente designados modalidades ou modificadores, os morfemas indicadores de número, tempo, modo, etc. Quando há, entretanto, indicação de função, os morfemas lexicais funcionam como autônomos e os gramaticais, como funcionais.

Recorrendo, para concluir, ao enunciado em análise ‘Os estudantes entregaram hoje os trabalhos para defesa’, teremos então:

Os = modalidade;

estudantes = morfema lexical (em termos semânticos) e dependente (em termos funcionais); -s = morfema gramatical (preso);

entregar = morfema lexical (em termos funcionais) e predicativo (em termos funcionais); -am = morfema gramatical (preso);

hoje = morfema autônomo;

os = modalidade

trabalhos = morfema lexical (em termos semânticos) e dependente (em termos funcionais); - s = morfema gramatical (preso);

para = morfema funcional;

defesa = morfema dependente regido (tendo em conta a estrutura ‘para defesa’).

Estabelecida a distinção entre os vários tipos de morfemas, é útil complementar que a propriedade transcategorial de certas palavras contribui para a variação morfemática. Isto é, num determinado contexto, uma palavra pode ser enquadrada numa tipologia morfemática e a mesma palavra, num outro contexto, ter também outro valor morfemático, pelo que a inserção de uma determinada palavra na tipologia morfemática não deve ser tida como um dado absoluto. Borba (*op. cit.* p. 320) sublinha, quanto a isto, que mesmo as unidades lexicais também podem adquirir valores gramaticais, tendo em conta as relações contextuais. Marçalo

⁶³ Os que se ligam diretamente ao predicado, assumindo uma função primária, distintamente daqueles que não se ligam diretamente ao núcleo predicativo, cuja função é não-primária, os dependentes marginais, segundo Martinet (*apud* Marçalo, *op. cit.* p. 85).

sublinha (*op. cit.* p. 84) igualmente que o critério da autonomia sintática, ao qual se recorre com frequência para fazer a divisão entre os diferentes tipos de morfemas, pode limitar-se a ter validade num dado contexto e, sendo assim, um morfema pode assumir-se como autónomo, funcional ou dependente, conforme os contextos. Tomemos como exemplo o morfema *só*, nos contextos abaixo:

(4a) *Só*, ele caminhava entre a multidão.

(4b) Por que estás tão *só*?

(4c) - Trouxe isto para ti.

- *Só*?!

Em (4a), o morfema *só* goza, por um lado, de autonomia sintática, podendo funcionar nas três posições possíveis: *Ele caminha, só, entre a multidão. Entre a multidão, ele caminhava só.* Por outro, o morfema *só* continua a ter o mesmo valor funcional (modificador explicativo⁶⁴, com valor semântico de complemento circunstancial de modo) em todas as posições. Por isso, neste caso, considera-se autónomo. Diferente do primeiro caso, é o segundo, onde, apesar de ter um significado aproximado ao que tem na construção anterior (*sozinho*, no primeiro caso e *isolado(a)*, no segundo), o morfema *só* tem um valor funcional diferente (predicativo do sujeito) e, conseqüentemente, um enquadramento morfemático também distinto, pelo que se pode considerar um morfema dependente. Já em (4c) (em que se nota a transcategorização ou a mudança de classe gramatical do morfema *só*), estamos, uma vez mais, diante de um caso em que o morfema, graças ao suporte contextual, toma o valor de uma frase elíptica, podendo considerar-se, assim, um morfema independente ou predicativo. Acrescentemos mais dois exemplos, destacando, desta vez, outro morfema, *domingo*.

(5a) *Domingo* é um dia santo.

(5b) *Domingo* vou à piscina.

Se em (5a), *domingo* constitui um morfema dependente, em (5b), o mesmo morfema deixa de ser dependente e passa a ser autónomo (Vou à igreja no domingo), (Vou, no domingo, à igreja). Eis, portanto, a necessidade de, às vezes, determinar a classe morfemática de certas palavras *só* com base no contexto.

3.4. Classificação do morfema *só* na perspetiva tradicional

3.4.1. Advérbios

A gramática tradicional estabelece, com base no critério morfológico⁶⁵, dois grupos ou classes de palavras (Raposo *et al*, *op cit.* p. 255): a das “palavras variáveis” (da qual fazem parte substantivos, adjetivos, artigos, pronomes e verbos) e a das “invariáveis” (na qual figuram as preposições, as conjunções e os advérbios). Os verbos e os adjetivos, segundo

⁶⁴ Cf. DT, p. 71.

⁶⁵ Além deste critério, há o semântico e o sintático (Cf. Vilela, 1999:56).

Vilela (1999:57), constituem uma classe à parte, sendo que os primeiros formam a classe das palavras “conjugáveis”, e os adjetivos, a classe das palavras “graduáveis⁶⁶” Vilela complementa que “a variabilidade não se aplica a muitas das classes caracterizadas como variáveis, nem a invariabilidade é total em algumas classes referidas como tais, sendo que os advérbios constituem a classe mais heterogénea (do ponto de vista morfológico, sintático e semântico) e mais difícil de caracterizar.” O mesmo observa Martinet (*op. cit.* p. 134), ao considerar que “os tradicionalmente chamados advérbios incluem unidades pertencentes a classes bastante variadas.”

Os autores divergem quanto à classificação do morfema *só*. Quer Cunha e Cintra (1992:537) quer Bechara (2003a:276-277) consideram-no um denotador de exclusão, não constituindo propriamente um advérbio. Vilela (1999:239-242), Azeredo, M., Pinto, M. e Lopes, M. (*op. cit.* p. 258) e Raposo *et al* (*op. cit.* p. 1571), entretanto, enquadram-no mesmo na classe dos advérbios. Apesar de os advérbios constituírem uma classe bastante heterogénea e discutível do ponto de vista da sua constituição, parece haver concordância entre autores no que respeita à sua conceptualização, pelo que apresentamos apenas o conceito proposto por Bechara (3003b:287), segundo o qual “o advérbio é a expressão modificadora⁶⁷ que por si só denota uma circunstância⁶⁸ e desempenha na oração a função de adjunto adverbial.” No que tange à função, Raposo *et al* (*op. cit.* p. 1570), advertem que “não só os advérbios podem ter a função de adjunto adverbial, porque também a podem desempenhar sintagmas preposicionais.” Visto que tantas são as circunstâncias que os advérbios podem denotar, muitas são também as suas subclasses, dentre as quais destacaremos apenas a dos advérbios de exclusão, por ser nela em que se enquadra o morfema *só*.

3.4.1.1. Advérbio de exclusão

De acordo com o DT (p. 55), o advérbio de exclusão permite realçar o constituinte que modifica, contribuindo com informação sobre, por exemplo, o seu carácter exaustivo ou a sua participação ou não num determinado conjunto (6a). Pode ocorrer internamente ao predicado (6b) ou como modificadores de grupos adjetivais (6c), adverbiais (6d), etc. Em termos semânticos, o morfema *só* com valor adverbial pode significar apenas (6e), somente/unicamente (6f), exclusivamente (6g).

(6a) Todos defenderam hoje. *Só o Kinavuidi defende amanhã.*

(6b) *Só atira a primeira* quem não tem pecado.

(6c) Ela não é *só uma mulher leal.*

(6d) *Só hoje* dormirei verdadeiramente.

⁶⁶ Refira-se que a graduabilidade não é uma propriedade extensiva a todos os adjetivos (Raposo *et al*, *op. cit.* p. 1415).

⁶⁷ Pode modificar grupos nominais, verbais, adjetivais, preposicionais e mesmo adverbiais (Azeredo, M., Pinto, M. & Lopes, M., *ibidem*).

⁶⁸ De lugar, tempo, modo, intensidade, condição, causa, companhia, dúvida, instrumento, negação, etc.

(6e) “Só a verdade é revolucionária. E eu não posso trair esse princípio.” (In: *Crônica de um Mujimbo*, p. 44)

(6f) Não se deve ajudar o próximo pensando só em retribuição.

(6g) “Na cara quieta, parecia era água de cacimba, os grandes olhos póte-póte: abertos, fechados, sucessivamente, em beleza só dela.” (In: *Velhas Estórias*, p. 128).

3.4.1.1.1. Características do morfema só adverbial

O morfema *só* faz parte de um grupo de advérbios com significados especializados, chamados *advérbios focalizadores* (Raposo *et al*, *ibidem*) que têm a particularidade de poder combinar-se com constituintes sintagmáticos menores do que a frase ou sintagma verbal, ocorrendo na sua posição inicial, *focalizando-as*.

(6h) Hoje, o professor *só corrige* os trabalhos.

(6i) *Só hoje* o professor corrige os trabalhos.

No primeiro exemplo, a ideia que se pretende transmitir é a de que o professor não faz outra atividade hoje, senão corrigir os trabalhos. Por seu turno, em (6i), pretende dizer-se que o professor corrige o trabalho apenas no dia em referência (talvez porque apenas nesse dia tenha tido disponibilidade), mas não há restrição da sua atividade para o mesmo dia, ou seja, não se transmite a ideia de que a correção dos trabalhos venha a ser a única atividade prevista pelo professor no mesmo dia. Assim, no primeiro caso, o foco é o predicado, razão pela qual se transmite a ideia de restrição em termos de atividade. Restringe-se, portanto, a atividade. Já no outro caso, o morfema *só* modifica ou focaliza o advérbio. Aqui, o que se restringe é o tempo, não a atividade, como no caso anterior.

Do mesmo modo, o morfema *só* adverbial apresenta valores restritivos para destacar um elemento dentre vários possíveis (exemplo 6a). Pode também apresentar valor restritivo para enfatizar (intensificar) a noção de pequena quantidade, dimensão, intensidade ou numeração, sendo parafraseável por ‘não mais do que’ (6j) e (6k), respetivamente. Vimos ainda que os advérbios fazem parte da classe de palavras invariáveis. Neste caso, uma outra característica a apontar acerca do morfema *só* adverbial é a sua invariabilidade (6l), a qual é constatável, graças ao teste de pluralização. No contexto em referência, o morfema *só* que figura procliticamente ao relativo *que* tem valor de advérbio, ao contrário do outro, uma vez que esse também flexionou em número. Embora os advérbios façam parte, por via de regra, das palavras invariáveis, convém destacar que alguns admitem graduação (alguns de intensidade, por exemplo) e mesmo mobilidade derivacional, como é o caso do morfema *só*, cujo produto é o *sintema* apresentado em (6m). Aquando da abordagem sobre os morfemas autónomos, referiu-se que os advérbios são morfemas que gozam de autonomia sintática, podendo figurar em qualquer posição da frase sem haver, no entanto, mudança de significação. Ora, essa propriedade não se aplica em absoluto ao morfema adverbial *só*, sob pena de se alterar completamente o sentido da frase. Aliás, os exemplos (6h) e (6i) confirmam-no bem.

(6j) “Isabel, quase sete anos só e mulher já de arrumar cubata, cozinhar comida, tratar seu avô.”

(6k) Iremos a Angola só para uma semana.

(6l) “E Vina lá estava, com sua mãe (...), ngana Ngongo, só que só, Julinho preso.” (In: *Velhas Estórias*, p. 95)

E “Vina [e o filho] lá estavam, com sua mãe (...), ngana Ngongo, só que sós, Julinho preso.”

(6m) *Somente* isto para me tranquilizar.

O morfema *só*, à semelhança de muitos constituintes do acervo lexical do português, é um vocábulo transcategorizável, quer dizer, o mesmo pode figurar em mais de uma classe gramatical. Assim, além de fazer parte da classe dos advérbios, o mesmo, conforme o contexto, pode ser inserido na classe de que nos vamos agora ocupar.

3.4.2. Adjetivo

Retomando (6l), “E Vina lá estava, com sua mãe (...), ngana Ngongo, só que só, Julinho preso.” VS “E Vina [e o filho] lá estavam, com sua mãe (...), ngana Ngongo, só que sós, Julinho preso.”, nota-se, que depois de pluralizada, o morfema que figura depois do pronome relativo *que* molda-se à flexão. O morfema *só* passível de flexão numérica tem a função de adjetivo. Segundo Martinet (1991:134), os adjetivos são morfemas designativos de estados e qualidades. Tanto o morfema *só* adverbial quanto o morfema *só* adjetival são modificadores. O critério diferencial é exatamente a variabilidade do adjetivo e invariabilidade do advérbio. Por outro lado, embora o advérbio possa modificar, como vimos, diferentes sintagmas, essencialmente, o mesmo é, segundo Bechara (2003a: 281), um modificador verbal, enquanto o adjetivo é um modificador nominal. Se o morfema *só* adverbial tem os valores semânticos de *apenas*, *somente*, *unicamente*, *exclusivamente*, etc., com valor adjetival tem os seguintes valores:

(6n) *Sozinho(a)*: “Arrumava o vestido, parecia era coisa de todos os dias. Se abraçou-se nele lhe beijando sem jeito; lhe deixou, a ele, Julinho, o Kanini, raivado e só...” (In: *Velhas Estórias*, p. 113)

(6o) *Solitário*: “As antigas águas *sós* não estão mais solitárias.” (In: *Velhas Estórias*, p. 106)

(6p) *Desacompanhado*: Fui à festa *só*.

(6q) *Isolado*: Por que estão tão *sós*?

(6r) *Livre* ou *à vontade*: Dê-me licença. Quero ficar *só*.

3.4.2.1. Características do morfema *só* adjetival

Semelhantemente ao morfema *só* adverbial, o *só* adjetival também apresenta características morfossintáticas que o distinguem do seu homónimo, sendo a flexão em número a principal. Em termos de mobilidade ou posicionamento em relação ao elemento que modifica, a posição do morfema *só* adjetival é muito mais rígida do que a do *só* adverbial, o

qual pode funcionar procliticamente ao elemento ou ao grupo que modifica, propriedade que resulta em ambiguidade ou mesmo em agramaticalidade, no caso do adjetivo. Por não ocorrerem em posição pré-nominal nem variar em grau, o morfema *só* adjetival constitui um adjetivo relacional (DT, p. 51). Reconsideremos o exemplo apresentado em (6p), antepondo o morfema adjetival *só* à palavra que o mesmo modifica: Fui *só* à festa.

Nota-se que a ideia anteriormente transmitida é completamente diferente da que se obtém depois de operada a mudança posicional do morfema. Podemos, assim, inferir que o morfema *só* adjetival seleciona mais frequentemente a posição enclítica, em relação ao termo ou ao grupo que modifica, enquanto o adverbial pode selecionar ambas as posições:

6 s) Estava a pensar *só*. ou Estava *só* a pensar.

Uma última consideração a encarar tem que ver com o fato de o morfema *só* adjetival ser operacional em termos derivacionais, como também o é o *só* adverbial. Mas é de justiça sublinhar que o *só* adjetival opera apenas com sufixos z-avaliativos (*-zinho, -zinha*) e o *só* adverbial, com o sufixo *-mente*, constituindo sistemas diferentes: *somente* é um sistema constituído por monemas liberáveis, ao passo que *sozinho* é um sistema constituído por monemas não liberáveis, uma vez que o segundo constituinte não existe fora do sistema (Marçalo, *op. cit.* pp. 75-76). Portanto, como se vê, em termos não só semânticos mas também funcionais o morfema *só* adjetival apresenta características muito diferentes do seu homónimo adverbial.

3.5. Análise do morfema *só* – tentativa de classificação morfemática

Nesta seção procuraremos perceber a tipologia morfemática do *só*, tendo em conta as suas características. O morfema em apreço é, como vimos, um elemento transcategorizável, pelo que se torna necessário distinguir a sua tipologia morfemática de acordo com a classe gramatical. Os advérbios, de cuja classe o morfema *só* faz parte, constituem uma das classes dos chamados grupos fechados ou classes gramaticais (Raposo *et al*, *op. cit.* p. 333), com exceção dos advérbios de modo (Cunha & Cintra, 1997:59). Por sua vez, os adjetivos, classe em que o morfema *só* também pode ocorrer, já fazem parte das classes abertas. Em termos morfemáticos, os adjetivos, enquanto modalidades são colocados no plano dos morfemas autónomos (Marçalo, *op. cit.* pp. 83-84), por causa da sua relação com o morfema que determina. Os advérbios também, segundo Martinet (1991:134), fazem parte da classe dos autónomos. Há, aqui, portanto, um ponto de convergência entre o *só* adverbial e o *só* adjetiva. Mas consideremos os seguintes exemplos:

(7a) Ele está *só* a brincar.

(7b) Ele *só* está a brincar.

(7c) *Só* ele está a brincar.

(7d) Ele está a brincar *só*.

A apresentação destes exemplos tem como propósito verificar até que ponto o morfema *só* pode ser, de fato, considerado autónomo. Como vimos, uma das características dos morfemas autónomos é a possibilidade de ocorrerem em qualquer posição do eixo sintagmático, por um lado, e o fato de a sua função não depender do lugar que ocupa no enunciado, por outro. Outra propriedade dos morfemas autónomos é que independentemente da posição em que ocorrem, eles não alteram o conteúdo do enunciado. Ora, tanto em (7a) quanto em (7b) o morfema *só* assume uma função focalizadora, restringindo o sentido do sintagma verbal, apesar de num caso o mesmo funcionar na posição pós-verbal, mas ocorrer, noutra, antes do verbo. Portanto, a sua função não altera. Em (7c), pelo contrário, a deslocação do morfema provoca, como se vê, alteração do conteúdo semântico do enunciado, apesar de o mesmo continuar a funcionar com um valor restritivo. A alteração do conteúdo deve-se, evidentemente, à alteração do elemento focalizado, pois sucede que em (7a) e em (7b) o foco é o núcleo verbal 'está a brincar', enquanto em (7c) o morfema focaliza o pronome 'ele'. A análise de (7d) pode suscitar duas interpretações: pode atribuir-se ao morfema o valor de *sozinho*; mas também se lhe pode atribuir o valor de *somente*. A análise destes enunciados permite perceber que o valor semântico-funcional do morfema *só* depende da posição que o mesmo toma no enunciado. Concludentemente, não é prudente assumirmos que o morfema *só* é um morfema autónomo, embora o mesmo faça parte de uma classe de palavras que constituem morfemas autónomos, os advérbios. Outra razão que anula a possibilidade de o morfema *só* ser considerado autónomo é a incapacidade de o mesmo indicar, por si só, a sua função, ainda que, em (4c) o morfema constituísse, por si só, uma ideia e indicasse a sua função. Deve sublinhar-se que aí foi possível porque o contexto o favoreceu. Em termos gerais e dadas às propriedades apontadas, podemos enquadrar o morfema *só* na classe dos dependentes. Ainda assim, é recomendável que a determinação da sua classe morfemática seja feita com base no contexto.

3.6. Plurifuncionalidade do morfema *só* – apresentação e análise do *corpus*

Consideramos que o morfema *só*, na VAP, é plurifuncional porque além dos valores gramaticais que lhe são tradicionalmente atribuídos, os de advérbio e de adjetivo, o mesmo toma outros valores, bastante funcionais, os quais serão agora apresentados e analisados. Assim, os enunciados constitutivos do nosso *corpus* apresentam o morfema *só* com esses diferentes valores pragmático-semânticos. A apresentação e análise do *corpus* será feita com base nos diferentes valores funcionais do morfema. Em cada subponto são apresentados os enunciados, em primeiro lugar, seguindo-se a análise e, subseqüentemente, a caracterização morfossintática.

3.6.1. Fórmula de cortesia

(1a) “«Bom dia, minha senhora... É aqui a casa do senhor Felito?»

«Não. Mas posso indicá-la. Passas aquela taberna, na mulembeira, e naquela casa de chapas, vira no lado esquerdo, pergunta aí.»

«Obrigada. - A garota partiu numa mecha. E ao encontrar-se com o Bambula (pobre distribuidor de águas ao domicílio), que empurrava um barril vazio a caminho do chafariz, perguntou:

«Ó senhor, mi mostra ainda *só* a casa do senhor Felito?»” (In: *Manana*, p. 60)

(1b) “«Ai?! Não viram a Sonsa *só*?»” (In: *Velhas Estórias*, p. 11)

(1c) “«Xaxão, parece que está tudo em ordem. Olhe-me *só* pelo Xino e obrigue-o a fazer os deveres todos os dias.»” (In: *Crónica de um Mujimbo*, p-145)

(1d) “«Não vais te zangar, não? Desculpa ainda, minha madrinha que me nasceste. Esses teus olhos, haka! Custa a gente sabermos como é teu coração... Te deixo ainda a náua⁶⁹ mais bonita, esta de linho e ponto-crivo, costurei-lhe muitas noites, é de Modas e Bordados. Sim, madrinha, é peça de dentro. Não fica *só* zangada: está limpa, nunca foi usada, juro! E depois, pensa: o azar, meu azar, é na vida, é no amor... Compreende, minha santa; aceita, minha branca. Tu que sabes tudo no coração das pessoas, vês lá a água limpa, não tem maldade. Aceitas?... É bom ver os teus olhos a rir na tua afilhada... Sou feliz! Vou! Protege *só* tua devota, minha Sant’Ana Maria, mon’a mundele.»” (In: *Velhas Estórias*, p. 122)

(1e) “Em pé, próximo do quintal, eu e o companheiro vimos sair uma miúda.

«Psiu, vens cá.»

«Ó mano Carlo, que quer?»

«A tua irmã, está em casa?»

«Está lá dentro.»

«Vai chamar. Diga que está aqui o Carlos, mais uma visita.»

«Num quero. Naquele dia me mandaste na loja e disse para me dar chupa-chupa e me intrujaste. Oh, o mano Carlos é muito camuelo⁷⁰.»

«Zinha! Vai *só*, depressa!...»” (In: *Manana*, p. 48)

(1f) “Como o bairro onde eu morava tinha sofrido algumas modificações, Zinha não deu conta da minha casa. Andava bem perto dela. Pensou dirigir-se a uma senhora postada na porta. Mas hesitou. Criou coragem e perguntou:

«Minha senhora, favor *só* mi mostrar a casa do senhor Felito.»” (In: *Manana*, p. 71)

(1g) “«... Xino, baixa *só* um bocado a televisão.»” (In: *Crónica de um Mujimbo*, p. 144)

Os enunciados do grupo ora apresentado assumem o morfema *só* com um valor de fórmula de cortesia. Como foi tratado no segundo capítulo, pragmaticamente, a cortesia linguística refere-se ao uso de estratégias discursivas cuja finalidade é estabelecer ou

⁶⁹ Roupas interiores de mulher.

⁷⁰ Indivíduo que não gosta de oferecer, vulgo mão-de-vaca.

reestabelecer o equilíbrio das relações sociais, velando pelo respeito do indivíduo enquanto entidade social. Os recursos linguísticos ao serviço da cortesia compreendem, como se tratou no mesmo capítulo, as fórmulas de tratamento, as formas de saudação, as formas de apresentação, os agradecimentos, as felicitações, as desculpas, as formas interlocutórias, etc. Os enunciados do grupo em análise têm como principal ato linguístico o diretivo, uma vez que, em termos pragmáticos, o locutor de cada um dos enunciados pretende levar o alocutário à realização futura de uma ação, sendo que em (1a) é a indicação do endereço. Em (1b), há um pedido de informação. Importa desatacar, em relação ao mesmo enunciado, que a construção normal (normal no sentido ocorrer com mais frequência) da frase seria “Ai! Não viram *só* a Sonsa?”. Em (1c), regista-se igualmente um pedido, distinto, entretanto, do formulado em 1b por o locutor não solicitar uma informação, mas um favor. Em (1d), o locutor roga à Santa para que a proteja. Em (1e), o locutor não deixa de formular um pedido. Todavia, o ato ilocutório formulado em (1d) difere dos anteriores, visto que a ocorrência nele do advérbio ‘depreste’ aproxima-o mais da ordem, o que leva também a inferir que a sua força ilocutória seja diferente. Ou seja, em (1d), o não cumprimento da ação pode ter como consequência a aplicação de uma sanção, se se tiver em conta uma das principais características distintivas entre o pedido e a ordem, a relação de poder entre os interlocutores. Atendendo ao fato de o locutor ser um adulto e o interlocutor uma criança apenas, pressupõe a relação dicotômica *poder* e *dever*, pelo que a não realização da ação constituiria um ato de desobediência perante o adulto (o qual pode ser considerado irmão mais velho, atendendo até às relações sociais entre ambos), o que poderia ser passível de repreensão. A mesma finalidade pragmática reside em (1f) e (1g), quer dizer, estes enunciados também constituem pedidos.

Ora quer o pedido quer a ordem são atos ameaçadores da face negativa (tem a ver com a liberdade de o indivíduo não sofrer imposição) do interlocutor. Tendo isto em conta, por um lado, e sabendo, por outro, que os objetivos pretendidos não visam ao benefício do interlocutor, os locutores recorrem então a fórmulas de cortesia que possam atenuar as ameaças dos atos, ou o aspeto impositivo do mesmo. Neste caso, o morfema *só* assume o valor de fórmula de cortesia. Em enunciados como estes, na VAP, é frequente a recorrência a este morfema, posto que o mesmo equivale à fórmula de cortesia *por favor*, o que é testável através do processo de comutação paradigmática:

(1a) «Ó senhor, mi mostra ainda *só* a casa do senhor Felito?»

«Ó senhor, mi mostra ainda, *por favor*, a casa do senhor Felito?»

(1b) «Ai?! Não viram a Sonsa *só*?»

«Ai?! Não viram a Sonsa, *por favor*?»

(1c) «Xaxão, parece que está tudo em ordem. Olhe-me *só* pelo Xino e obrigue-o a fazer os deveres todos os dias.»

«Xaxão, parece que está tudo em ordem. Olhe-me, *por favor*, pelo Xino e obrigue-o a fazer os deveres todos os dias.»

(1d) ...Protege *só* tua devota, minha Sant’Ana Maria, mon’a mundele.»

...Protege, *por favor*, tua devota, minha Sant'Ana Maria, mon'a mundele.»

(1e) «Zinha! Vai *só*, depressa!...»

«Zinha! Vai, *por favor*, depressa!...»

(1g) «... Xino, baixa *só* um bocado a televisão.»

«... Xino, baixa, *por favor*, um bocado a televisão.»

Estes enunciados confirmam, inegavelmente, que a seleção do morfema *só* como fórmula de cortesia a nível coloquial na VAP é mais frequente do que a ocorrência da fórmula de cortesia *por favor*. Esta tendência em substituir a fórmula de cortesia *por favor* pelo morfema *só* pode contribuir, como já anteriormente o dissemos, para a standardização deste morfema, pois que, afinal, a camada mais fecunda da língua é, conforme Buala⁷¹ 'o sermo plebeius' ou o falar popular. Os enunciados (1a), (1b) e (1d) constituem atos ilocutórios diretivos de resposta verbal, já que, como propõe Casanova (1989:70-71), para a concretização de cada um deles bastará que "o alocutário realize uma ação verbal", ao contrário do enunciado (1g). A concretização deste depende da realização de uma ação não-verbal, mas física (diminuir a som da televisão). Neste caso, trata-se de um ato ilocutório diretivo de resposta física. Já a realização dos atos enunciados em (1c), (1e) e (1f) requerem, a nosso ver, ambos os comportamentos, uma vez que 'olhar por uma criança' (o contexto permite deduzir que se trata de uma criança) e 'obrigá-la a fazer os deveres', como pede o locutor em (1c) requererá do alocutário uma orientação que não se limita à verbalização. Aliás, como se sabe, ao orientar, instruir ou educar uma criança, muito mais do que a ação verbal de quem o faz, precisa-se, sobretudo, do seu exemplo em termos ação. Portanto *dizer* e *fazer* são princípios indissociáveis que norteiam a orientação de uma criança. Em (1f), o caso não é muito diferente. Normalmente, quando se endereça alguém, quem o faz não se limita ao uso da linguagem verbal, mas combina esta com a gestual. Ora, ao servir-se da linguagem gestual, praticam-se, na verdade, ações, os gestos. Estes casos, portanto, distinguem-se daqueles, constituindo o que se pode designar, com base no princípio distintivo verbal/não verbal, proposto por Casanova, por atos ilocutórios diretivos de resposta físico-verbal.

O morfema *só* enquanto fórmula de cortesia pode coocorrer com a fórmula de cortesia *por favor*, como em (1f), resultando na intensificação da cortesia. É comum na VAP os pedidos serem formulados com ambas as formas de cortesia "...mostra-me *só* a casa do senhor Felito, *por favor*", "Xaxão, olhe-me *só* pelo Xino e obrigue-o, *por favor*, a fazer os deveres todos os dias", "Xino, baixa *só* um bocado a televisão, *por favor*, etc. Tal como em (1f), em (1a) e em (1b) temos, de igual modo, a combinação de estratégias de atenuação, uma vez que além do morfema *só* os locutores recorrem à interrogação para a formulação do ato diretivo.

Em termos de características funcionais ou sintáticas, o morfema *só* com o valor de fórmula de cortesia apresenta particularidades comparativamente à fórmula de cortesia *por*

⁷¹ In: www.buala.org/pt/a-ler/o-angoles-uma-maneira-angolana-de-falar-portugues. Consultado a 20 de maio de 2017.

favor. Esta, como vimos, constitui um elemento móvel, podendo figurar em qualquer periferia da frase, e constitui igualmente um elemento sintaticamente autónomo, devendo, por isso, ser destacado do resto da frase, em termos de virgulação. Porém, relativamente à deslocabilidade, o morfema *só* não se presta a esta propriedade sintática. Os enunciados mostram que a sua posição canónica em relação ao verbo, ou mais propriamente à forma verbal injuntiva, é a enclítica (mas nunca hifenizados).

(1a) «Ó senhor, mi *mostra* ainda *só* a casa do senhor Felito?» (...mostra só...);

(1b) «Ai?! Não *viram* a Sonsa *só*?» (...Não viram só...);

(1c) «Xaxão, parece que está tudo em ordem. Olhe-me *só* pelo Xino e obrigue-o a fazer os deveres todos os dias.» (...Olhe-me só...);

(1d) «...Protege *só* tua devota, minha Sant'Ana Maria, mon'a mundele.» (...Protege só);

(1e) «Zinha! Vai *só*, depressa!...» (...Vai só);

(1g) «... Xino, baixa *só* um bocado a televisão.» (...baixa só).

A tentativa de deslocação do morfema para a posição proclítica em relação à injunção altera por completo a ideia da frase ou a deixa mesmo falta de sentido, como se pode constatar nos exemplos abaixo:

(1b) «Ai! Não *só* viram a Sonsa?»

(1c) «Zinha! *Só* vai, depressa!...»

(1d) «... *Só* Protege tua devota, minha Sant'Ana Maria, mon'a mundele.»

Vê-se que os exemplos (1b) e (1c) ficam sem sentido. Já em (1d), o sentido muda completamente, pois que o morfema perde o valor de fórmula de cortesia, funcionando como advérbio de exclusão, restringindo o sentido do verbo. Ou seja, exclui-se a possibilidade de outros devotos serem também protegidos por Sant'Ana Maria, passando somente a locutora a gozar dessa proteção.

No entanto, apesar de a posição canónica do morfema *só* ser a pós-verbal, parece existirem exceções. Isto pode ser observado em (1f), ««Minha senhora, favor *só* mi mostrar a casa do senhor Felito.»», onde o morfema *só* figura antes da injunção ‘...favor só mostrar...’

Em termos flexionais, como vimos, o morfema *só* varia quando tem o valor gramatical de adjetivo. Contudo, em nenhum dos enunciados constitutivos do nosso *corpus* o mesmo é passível de flexão. O que significa, portanto, que apenas o morfema *só* adverbial se presta a esta plurifuncionalidade, podendo funcionar, conforme o contexto, como fórmula de cortesia, como atenuador, intensificador, constituinte conetivo, etc. Importa sublinhar que na VAP um enunciado como ‘Xino, baixa *só* o som da televisa...’ é mais bem acomodado pelo interlocutor do que ‘Xino, baixa, *por favor*, o som da televisão...’, porque o primeiro dificilmente é tido pelo interlocutor como uma ordem, ao passo que este último pode, dependendo da força ilocutória, soar a ordem. Finalmente, o enunciado (1a) demonstra bem o poder mitigador ou atenuante do morfema *só*, como fórmula de cortesia. Apesar de, como se pode observar, ocorrer no mesmo exemplo a interjeição vocativa ‘ó’, a deselegância ou descortesia que o uso dessa interjeição poderia suscitar, por não existir uma estreita relação social entre os interlocutores, não é relevada.

3.6.2. Atenuador

(2) “«Rico! la-te *só* dizer para tomares burututu⁷². Tens mau aspeto e às vezes é disso, o fígado.»” (In: *Crónica de um Mujimbo*, p. 62)

Neste exemplo, o morfema *só* tem um valor aproximado ao que o mesmo assume nos enunciados anteriores, mas não apresenta exatamente a mesma função. Ou seja, nos enunciados do grupo (1), o locutor socorre-se do morfema com a intensão pragmática de demonstrar cortesia, pelo que o morfema *só* tem o valor semântico de *por favor*. Quando o morfema *só* é tomado como fórmula de cortesia, assume, portanto, um valor dicotómico: atenuação do ato diretivo e conferência de cortesia ao discurso. A assunção de que neste exemplo o morfema toma um valor aproximado ao valor que o mesmo tem nos enunciados anteriores é precisamente por o morfema, quer naquele grupo quer neste, funcionar como atenuador. Não há certamente dúvida de que em (2) temos um ato diretivo cujo objetivo ilocutório remete propriamente para o conselho ou sugestão. Tratando, pois, de um conselho ou de uma sugestão, “o locutor pode «interessar-se» mais ou menos vivamente pelo cumprimento da sugestão, tornando-a de certa forma personalizada ou despersonalizada” (Casanova, l. *op. cit.* p. 434), o que não se verifica no enunciado em análise, visto que a direção de interesse não visa a beneficiar e satisfazer o locutor, mas a mesma é favorável ao alocutário. O interesse é, indubitavelmente, do alocutário, visto que é em benefício do seu estado de saúde que se lhe dirige o ato. Não pretendemos com isto assumir que as sugestões ou os conselhos constituem atos ilocutórios diretivos que não seguem o princípio da cortesia. No entanto, a ocorrência do morfema *só* em (2) não objetiva propriamente a demonstração da cortesia, senão minimizar o aspeto desagradável que o proferimento relativo ao estado de saúde do alocutário poderia provocar. Está-se diante de uma estratégia de atenuação cuja finalidade é a autoproteção do locutor (A. Briz, 2014:106-108), uma vez que ele alude ao ‘mau aspeto’ do seu interlocutor.

É, enfim, o que sucede em construções como ‘Ela é *feinha*, apesar de os pais serem bonitos.’, cuja atenuação não está propriamente para a cortesia, mas sim para suavizar o efeito desconfortante veiculado pelo adjetivo ‘feia’. Conciliando com as estratégias ou procedimento de atenuação estudados no capítulo 2, no enunciado em análise temos, por um lado, a atenuação pragmática (tabela 1), pela modificação do verbo (socorrendo-se da conjugação perifrástica ‘*ia-te pedir*’, com o verbo auxiliar desatualizado, isto no imperfeito), por outro, a atenuação semântico-pragmática (tabela 2), pelo fato de o morfema *só* atenuar o conteúdo proposicional na sua totalidade, embora o mesmo tipo de atenuação possa abranger só parte do conteúdo.

Em termos funcionais, o morfema *só* neste exemplo assume as mesmas características em relação às assumidas quando o mesmo funciona como fórmula de cortesia. Como vimos, enquanto fórmula de cortesia, o morfema *só* funciona com frequência em adjacência

⁷² Bot. Planta tatinosa, fam. das violárias (*coclospermum angolense*) cuja raiz, posta em infusão, se emprega no combate da bítis, icterícia, etc. Árvore de grande porte, fam. das bixíneas (*maximiliana angolensis*) poderoso remédio contra a bítis... Susbatntivo da Classe IX. (Cf. Assis Júnior, *op. cit.* p. 27).

imediate ao verbo indicador da injunção, posição igualmente tomada em 2. Mas por se tratar, neste caso, de conjugação perifrástica, o morfema figura depois do verbo auxiliar ‘ir’, ‘ia’, portanto. Se o mesmo ocorresse depois do verbo principal da primeira oração, ‘dizer’, ou depois do verbo injuntivo, ‘tomar’, haveria uma ligeira mudança de sentido, uma vez que ou o verbo ‘dizer’ ou o ‘tomar’ passariam a ser o foco e, como tal, restringir-se-ia o sentido destes, passando a significar que o interlocutor deveria tomar só e unicamente burututu.

3.6.3. Intensificador ou expressão expletiva

(3a) “Beto e Xico voltaram para junto do cesto e deixaram-se ficar ali a mirar outra vez galinha Cabíri. O bicho tinha-se assustado com todo o barulho das macas com sô Zé, mas, agora, sentindo o ventinho fresco a coçar-lhe debaixo das asas e das penas, aproveitou o silêncio e começou cantar.

«Sente, Beto! – sussurrou-lhe Xico. – Sente **só** a cantiga dela!» (In: *Luuanda*, p. 88)

(3b) “«Xé, Felito! Não está ouvir? Vou contar-te na mana Bia, espera **só**.»” (In: *Manana*, p. 44)

(3c) “«Pois é! Quando sabem: porquê, porcauso, sou boa e tudo mais, parece é papagaio! Quando não sabem: ai, porquê, porcauso, você é que inventou à toa! Deixem **só**!»” (In: *Velhas Estórias*, p.136)

(3d) “«Esse Kanini?!... Língua dele, pop’las! Deviam de ouvir **só** as conversas quando lhe comprou, lá no sítio da cacimba do Silvestre!...»” (In: *Velhas Estórias* p. 86)

Entre as várias funções desempenhadas pelos advérbios a intensificação é uma delas. Os advérbios de intensidade *muito*, *mais* e os chamados advérbios de modo, os sufixais, derivados em *-mente* são os que mais concorrem para esse processo. No entanto, estes advérbios remetem para a intensificação ou modificação gradual de, por exemplo, um verbo (‘Trabalhei *muito*’ durante a última noite), um adjetivo (Sinto-me ‘*mais* folgado’ agora...), ou mesmo de um outro advérbio (Trabalhos desta natureza nunca estão ‘perfeitamente *bem*’.). Ora a intensificação presente nos enunciados acima não tem que ver com a intensificação gradual, mas com a intensificação expletiva, conforme tratado no capítulo 2, especificamente em (2.5). Como vimos, a intensificação expletiva (também conhecida como realce) consiste no simples reforço expressivo daquilo que se diz; isto é, tem como finalidade pragmática o simples efeito enfático (J. Renkema, *ibidem*).

Segundo Martins (*op. cit.* p. 100), “determinados morfemas podem perder, em certos contextos, o seu valor gramatical e tornar-se meros elementos de realce.” É precisamente isso que se passa com o morfema *só* neste grupo. Não é tão difícil comprovar que o morfema *só*, nos contextos em análise, funciona como uma simples partícula de realce ou como expressão intensificadora. Vilela (1999:262) designa por ‘partículas gradativas ou seriativas’ as expressões que enfatizam ou referem grandezas, pela delimitação ou exclusão, e inclui nelas os advérbios de exclusão. Como se sabe, quando uma expressão desempenha funções meramente expletivas, a sua ocorrência no enunciado é dispensável, podendo, por isso, ser

elidida. Em todos os exemplos que constituem o grupo (3) verifica-se que a destituição do morfema não altera o conteúdo semântico das frases:

(3a) «Sente, Beto! (...) Sente a cantiga dela!»

(3b) «Xé, Felito! Não está ouvir? Vou contar-te na mana Bia, espera.»

(3c) «Pois é! Quando sabem: porquê, porcauso, sou boa e tudo mais, parece é papagaio! Quando não sabem: ai, porquê, porcauso, você é que inventou à toa! Deixem»!

(3d) «Esse Kanini?!... Língua dele, pop'las! Deviam de ouvir as conversas quando lhe comprou, lá no sítio da cacimba do Silvestre!...»

Apesar de as expressões intensificadoras ou enfáticas serem elementos sintático-semanticamente dispensáveis à estrutura frasal, em (3b), porém, o morfema *só* tem uma carga semântico-psicológica pertinente. A oração 'espera só' funciona como um ato perlocutório cujo efeito é bastante persuasivo ou até mesmo ameaçador, uma vez que a oração, 'espera só', a qual pode ser parafraseável como 'certamente', 'hás de ver', 'podes crer', etc. acentua a decisão do locutor em contar o sucedido. Em (3b), a intensificação tem, portanto, uma função semântico-pragmática, uma vez que o morfema modifica o conteúdo proposicional, e tem um determinado efeito perlocutivo. Em termos de características funcionais, neste grupo, à semelhança dos casos precedentes, o morfema *só* tem como foco o verbo; ou seja, funciona como um modificador do grupo verbal ('sente só', 'espera só', 'deixem só', 'deviam de ouvir só'), não sendo suscetível de mobilidade ou de o mesmo funcionar na posição pré-verbal ('só sente', 'só espera', 'só deixem', 'só deviam de ouvir.'), pois que a deslocação para a posição proclítica modificaria o seu papel de expressão intensificadora, funcionando, mais uma vez, como advérbio de exclusão. Para concluir, importa sublinhar que os núcleos 'deviam de ouvir só', 'espera só', etc. não têm o semantismo de, por exemplo, 'vocês deviam ouvir unicamente e calar-se', ou 'não façam mais nada senão esperar', o que equivale dizer que nos exemplos analisados o morfema *só* não tem funções excludentes.

3.6.4. Constituinte conetivo

(4a) “E sô Januário, dono de loja e fazenda de café, de passear a mulata, arreada e pintada, em domingo de Marginal; e arreguando polícia se «esse miserável carpinteiro cabo-verdiano» passasse, *só* que fosse, na frente da casa...” (In: *Velhas Estórias*, p. 11)

(4b) “ «*Só* se a gente não nasceu na mesma barriga.» ” (In: *Manana*, p. 119)

(4c) “ «Então, arranjaste?»

«Arranjei. O mesmo. Falou sim, podemos entregar. *Só* que fica mais longe, não quer lá em casa. Qu'até meia-noite o homem espera. É o Zeca, não sei se lhe conheces»... ” (In: *Luuanda*, p. 63)

Conforme anuncia o subtítulo da seção ora em pauta, o morfema *só* funciona como constituinte conetivo. Como se sabe, as conjunções e as preposições são os recursos de que a língua dispõe para desempenhar funções conetivas (Vilela, 1999:249,253). Mas na VAP é comum empregar-se o morfema *só* como constituinte conetivo, tal como se apresenta nos

enunciados acima. Em (4a) ‘...só que...’ equivale aos concessivos ‘ainda que’, ‘nem que’. Pode também ter o significado de ‘pelo menos’: “...se «esse miserável carpinteiro cabo-verdiano» passasse, *ainda/nem que* fosse, na frente da casa...”; em (4b), ‘só se’, funciona como conector subordinativo condicional: ‘a menos que’, ‘a não ser que’: “ «*A menos que/a não ser que* a gente não *nasceu na mesma barriga.» ”. Em (4c), finalmente, ‘só que’ tem um valor adversativo: ‘mas’, ‘no entanto’... «Arranjei. O mesmo. Falou sim, podemos entregar. *Mas/no entanto* fica mais longe, não quer lá em casa. Qu’até meia-noite o homem espera. É o Zeca, não sei se lhe conheces»... ”

Ocorrendo com a função acima descrita, o morfema *só* opera sempre em adjacência a um elemento com a função de conector, constituindo com o mesmo uma locução conjuncional, da qual o morfema *só* funciona como primeiro constituinte, não suscetível de flexão, como já o dissemos, dada também à invariabilidade dos instrumentos linguísticos que desempenham funções de ligação.

3.6.5. Valores ambíguos

Vimos, até então, ocorrências do morfema *só* como fórmula de cortesia, atenuador, intensificador e constituinte conetivo. Tentemos, por último, analisar o valor do mesmo morfema nos dois enunciados que se seguem:

(5a) “Inácia ria, torcida com cócegas, a cara de raivado do Garrido Fernandes. E quando o rapaz levantou-se devagar para adiantar arrancar com a perna aleijada, feito pouco, triste e envergonhado, Inácia chamou-lhe manso, com todo o açúcar preto da voz dela:

«Gagá! Não me deixa *só* no escuro...» É que o escuro tinha descido já. As luzes começavam piscar em todos os lados, na quitanda já tinha barulho de homens a gastar o dinheiro no vinho, voltando do serviço. Garrido parou, baralhado, não sabia se ficava, se ia embora; se calhar era *só* para adiantar fazer mais pouco que lhe chamava, a voz era de mentira, aquele Gagá não queria dizer. Mas, devagar, veio sentar-se mais perto dela, pediu:

«Primeiro, se você quer eu fico, enxota o fidamãe do Jacó!» ” (In: *Luuanda*, p. 56)

(5b) “ «Quiuáia⁷³, essa gaja é que é! Quitata de dormir com os gajos no capim! Rosqueira! Te arranjaram até uma mulumba, sua sonsa de merda! Cadela d’arrastar a bunda no chão! Os cães não te querem!... Não pendura *só* sua roupa na corda, jacaréua!» ” (In: *Velhas Estórias*, pp. 103-104)

Em (5a), trata-se, evidentemente, de um pedido, se atendermos às características da frase, sendo o uso do verbo no modo imperativo⁷⁴ a marca mais evidente. Até aqui não dúvida de que a mesma constitui um ato diretivo. Sendo assim, é passível atribuir-se ao morfema *só* o valor de fórmula de cortesia. Contudo, há a possibilidade de se atribuir outro valor

⁷³ Meretriz.

⁷⁴ Trata-se, na verdade, do modo indicativo, para sermos mais corretos. Mas o contexto permite atribuir ao verbo o valor imperativo. O mesmo ocorre com a forma verbal em (5b). O uso do indicativo na formação do imperativo negativo é, aliás, uma das características da VAP.

semântico ao morfema *só*. Se, por um lado, pensarmos que o locutor, neste caso a locutora, se socorre do morfema *só* com o preciso objetivo de expressar a necessidade de o alocutário lhe prestar um favor, o de não a deixar no escuro, porquanto, como vimos, a direção de interesses, quando se formula um pedido, tem como beneficiário o locutor (Casanova, I., *ibidem*), então é certo que o morfema funciona como fórmula de cortesia, tendo o valor semântico de *por favor*. Servindo-nos, neste caso, do princípio ou do critério semântico da comutação nas relações sintagmáticas (Fabre, 1990:196), poderemos, portanto, conceber assim a frase: «Gagá! Não me deixa, *por favor*, no escuro...» Por outro lado, porém, a mesma frase favorece a atribuição de outro valor semântico ao morfema. Ela continuará perfeitamente compreensível se, por exemplo, comutarmos o morfema *só* pelo sintema *sozinha*. Ora, diante disto, parece não haver objeção para se atribuir ao morfema o valor adjetival. Há, ademais, a possibilidade de a frase ocorrer sem o morfema *só*, e não haver, mesmo assim, alteração do seu conteúdo semântico: «Gagá! Não me deixa no escuro...» Neste caso, podemos, enfim, conceber o morfema *só* como expressão intensificadora. Quanto às características funcionais, importa apenas sublinhar, para não sermos prolixos, que o mesmo seria flexionável em número, caso se lhe fosse atribuído o valor adjetival, pluralizando a frase: «Gagá! Não nos deixa *sós* no escuro...»

Mais complexo de analisar é o valor do morfema *só* em (5b): “...Não pendura *só* sua roupa na corda, jacaréua!”. O valor imperativo do verbo ‘pendurar’ obvia o ato de ordem, ou, se quisermos, o ato diretivo, especificamente o aviso. Tratando-se, pois, de um ato diretivo, a ocorrência do morfema *só* induz a atribuir-lhe o valor de fórmula de cortesia e, conseqüentemente de atenuador. Todavia, é paradoxal falar-se em cortesia num contexto como este, tendo em conta que i) a cortesia consiste também na adoção de comportamentos culturais e socialmente aceitos (Hilgert, 2008:134), dos quais fazem parte não só estratégias linguísticas, como também mecanismos não-verbais que servem para proteger a imagem dos interlocutores (Trosbor, *op. cit.* p. 27) e que ii) uma das suas funções é exatamente a demonstração de simpatia e de respeito ao interlocutor, durante a interação conversacional. No contexto em análise, ocorre, por um lado, o desrespeito a um dos princípios de cortesia desenvolvido por Geoffrey Leech (1997:209), a chamada máxima da simpatia, que consiste no seguinte: “minimizar la antipatía entre uno mismo y el otro y maximizar la simpatía entre uno mismo y el otro”. A atitude do locutor aponta para um ato descortês ou *conflitivo*, o qual vai de encontro às boas relações sociais entre os interlocutores, tais como a acusação, a maledicência (ato que ameaça a face positiva do interlocutor), etc. Inobserva-se, por outro lado, uma das máximas conversacionais de Grice, a da qualidade (já abordada no capítulo 2), uma vez que é falsa e inadequada a alusão à metáfora ‘jacaréua’. Também pode ser verdade pensar que a ocorrência do morfema *só* tem por objetivo intensificar o aviso, funcionando, por conseguinte, como um elemento expletivo. Portanto, o desrespeito a estes princípios de cortesia suscitam dúvidas quanto ao funcionamento do morfema *só* como fórmula de cortesia. Outrossim, a possibilidade de o morfema funcionar como expressão intensificadora dificulta

ainda mais a atribuição de um valor funcional exato ao morfema no contexto em questão. Daí considerarmos ambíguo o valor funcional do morfema *só* nos dois últimos casos.

Poderíamos citar outras ocorrências em que o morfema *só* pode ter um valor ambíguo, como é o caso do exemplo a seguir, embora o mesmo não faça parte do *corpus*:

Traz *só* os livros que estão sobre a cama.

Neste caso, usa-se o morfema *só* como fórmula de cortesia, ou tem o mesmo uma função restritiva, com o valor gramatical de advérbio de exclusão, cujo sentido poderia ser parafraseável por ‘quero que tragas os livros que estão sobre a cama, mas não os que se encontram sobre a secretária’, por exemplo? Tendo consciência de que o funcionamento do morfema *só* na VAP constitui um tema ainda em aberto, deixamos esta e outras questões que eventualmente possam surgir para estudos posteriores.

CONCLUSÃO

Ao concebermos o nosso projeto dissertativo, fizemo-lo tendo como objetivos a compreensão dos fenómenos linguísticos subjacentes ao uso plurifuncional do morfema *só* na Variedade Angolana do Português e a sua conseqüente caracterização. Para a prossecução dos mesmos objetivos, tivemos de proceder a uma comparação entre as gramáticas das línguas Portuguesa e Kimbundu, tendo sido objeto de comparação o morfema em epígrafe, o que nos permitiu perceber que a coabitação do Português com as línguas africanas em Angola propiciou a formação de uma variedade do português, que, em distintos momentos da história daquele país africano, se diferenciou e continua a diferenciar-se da variedade europeia, dando origem à variedade angolana (VAP), cuja consolidação começou sobretudo a partir da independência, em 1975, com a oficialização da língua europeia. Se em 1975 apenas 1 a 2% da população angolana tinha o Português como língua materna, atualmente, em Angola, a Língua Portuguesa constitui L1 (língua materna) de mais de 70% dos angolanos (embora, certamente, o grau de proficiência de muitos não seja elevado), visto que nas últimas décadas tem vindo a crescer o número de falantes do português, de Cabinda ao Cunene, fundamentalmente, no casco urbano do território nacional, o que tem suscitado sérias reflexões em torno da sua nacionalização. De fato, tendo em conta os critérios apontados à volta do conceito de ‘língua nacional’, assume-se, hoje, o Português como língua nacional, no sentido de constituir o elo a nível nacional e de ser também o único instrumento de comunicação institucional, estatal e de produção literária.

Apesar das dificuldades encontradas, a incursão à gramática do Kimbundu levou-nos à compreensão da importância dessa língua bantu no enriquecimento do acervo lexical da Variedade Angolana do Português. De igual modo, a análise descritiva do morfema *só* permitiu-nos comprovar a plurifuncionalidade pragmático-semântica do mesmo morfema. Foi possível perceber que o equivalente do morfema *só* em Kimbundu é, muitas vezes, associado aos atos diretivos e, conseqüentemente, à cortesia. Haja vista as interferências do Kimbundu na VAP, por um lado, e porque a cortesia é uma instituição social e cultural, por outro, o morfema *só* passou a ser usado naquela variedade africana do português com o mesmo valor pragmático-semântico atribuído ao seu equivalente Kimbundu. Ou seja, o uso do morfema *só* associado aos atos diretivos, na VAP, é reflexo de como se operacionaliza a cortesia em Kimbundu. Ainda no que diz respeito à operacionalização do morfema *só* na VAP, conclui-se que o mesmo não só funciona como advérbio, adjetivo ou fórmula de cortesia, mas também como expressão intensificadora e constituinte conetivo, além de poder assumir outros valores semânticos.

De um modo geral, o desenvolvimento do presente trabalho permitiu constatar, através do *corpus*, a plurifuncionalidade do morfema *só* na Variedade Angolana do Português. Mas, como assumimos, ainda na introdução, esta investigação está longe de constituir um trabalho acabado, o qual surge como um possível contributo para a divulgação da Variedade

Angolana do Português. Aliás, a pergunta há pouco formulada evidencia que muito ainda há por se estudar em torno do funcionamento pragmático do morfema só na VAP, pelo que esperamos dispor de condições para brevemente o fazermos, pois acreditamos tratar-se de um tema pertinente, dada à escassez de estudos pragmático-semântico a nível da Língua Portuguesa em geral, e da VAP, em particular. Reconhecendo as limitações do presente trabalho, esperamos, enfim, que o mesmo possa ser melhorado, contando, para o efeito, com contribuições de outros investigadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azeredo, M. O., Pinto, M. I. F. M. & Lopes, M. C. A. (2011). *Da comunicação à expressão - gramática prática de português: língua portuguesa*. Lisboa, Lisboa Editora.
- Bechara, E. (2003a). *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Lucerna.
- _____. (2003b). *Moderna gramática da língua portuguesa*. (37a ed. Ver. e ampl.). Rio de Janeiro, Editora Lucerna.
- Borba, F., da S. (1991). *Introdução aos estudos linguísticos* (11a ed.). São Paulo, Pontes Editores.
- Brito A. M, Duarte I. & Matos G. “Estrutura da frase simples e tipos de frases”. In: Mateus, M. H. M., Brito, A. M., Duarte, I., Frota, S., Matos, G., Oliveira, F., Vigário, M. & Villalva, A. (2003). *Gramática da língua portuguesa* (7a ed.) (coleção universitária - série Linguística). Lisboa, Editorial Caminho. Pp. 433-506.
- Briz G. A. (1998). *El español coloquial en la conversación: esbozo de pragmatogramática*. Barcelona, Ariel Lingüística.
- Briz, G. A., Silva, Luiz A. da, Andrade, A. M. de & Blanco, R. C. H. C. (2013). “A atenuação e os atenuadores: estratégias e táticas/ the attenuation and the Attenuators: strategies and tactics”. In: *Linha d'Água* nº 26 (2). Pp. 281-314.
- Briz, G. A. “La atenuación lingüística. Esbozo de una propuesta teórico-metodológica para su análisis”. In: Seara, I. R. (Dir. e Coord.) (2014); *Cortesía: olhares e (re)invenções* (coleção compedium). Lisboa, Chiado Editora. Pp. 83-144.
- Camara Jr., J. M. (1973). *Princípios de linguística geral* (4a ed. rev. e aum.). Rio de Janeiro, Livraria Académica.
- Cançado, M. (2008). *Manual de semântica: noções básicas e exercícios* (2a ed., ver.). Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Carreira, M. H. A. (2001). *Semântica e discurso: estudos de linguística portuguesa e comparativa* (português/francês). (coleção linguística). Porto, Porto Editora.
- _____. “Cortesía e proxémica: abordagem semântico-pragmática”. In: Seara, I. R. (Dir. e Coord.) (2014). *Cortesía: olhares e (re)invenções* (coleção compedium). Lisboa, Chiado Editora. Pp. 27-46.
- Carvalho, M. V. A. (2013). *Cortesía e indireção: a expressão do pedido em português europeu contemporâneo - uma leitura das produções de alunos com português como L2* (Dissertação de Mestrado). Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Casanova, I. “A força ilocutória dos atos diretivos”. In: Faria, I. H., Pedro, E. R., Duarte, I. & Gouveia, C. A. M. (Org.). (1996). *Introdução à linguística geral portuguesa* (coleção universitária - série Linguística). Lisboa, Editorial Caminho. Pp. 429-445.
- Casanova, M. I. P. G. de S. (1989). *Atos ilocutórios diretivos: a força do poder ou o poder da persuasão*. Lisboa, Universidade aberta (Tese de doutoramento).

- Cassange, F. A. (2016). *A influência lexical recíproca entre as línguas kimbundu e portuguesa* (dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre em língua portuguesa e literaturas em língua portuguesa). Luanda, Universidade Agostinho Neto (Faculdade de Letras).
- Chatelain, H. (1888-89). *Gramática elementar do kimbundu ou língua de Angola*. Genebra, Typ. De Charles Schuchardt.
- Chicuna, A. M. (2015). *Portuguesismos nas línguas bantu: para um dicionário português-kiyombe* (2ª ed.). Lisboa, Edições Colibri.
- Constituição da República de Angola* (2010). Luanda. Consultado a 2 de agosto, 2017, de <https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/583-502.pdf>.
- Correia, M. & Lemos, L. S. P. de. (2009). *Inovação Lexical em Português*. Lisboa, Edições Colibri.
- Costa, T. M. C. J. da. (2015). *Umbundismos no português de Angola: uma proposta de um dicionário de umbundismos* (tese de doutoramento em linguística). Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Cunha, C. & Cintra, L. (1992). *Nova gramática do português contemporâneo* (9a ed.). Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- _____. (1997). *Breve gramática do português contemporâneo* (10a ed.). Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- _____. (2000). *Nova gramática do português contemporâneo* (16a ed.). Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- Deshaies, B. (1992). *Metodologia de Investigação em Ciências Humanas* (coleção Epistemologia e sociedade). (L. Baptista, Trad.). Lisboa, Instituto Piaget.
- Duarte, I. & Brito, A. M. “Síntaxe”. In: Faria, I. H., Pedro, E. R., Duarte, I. & Gouveia, C. A. M. (Org.). (1996). *Introdução à linguística geral portuguesa* (coleção universitária - série Linguística). Lisboa, Editorial Caminho. Pp. 247-332.
- Dubois, J., Giacomo, M., Guespin, L., Marcellesi, C., Marcellesi, J. B. & Mevel, J. P. (1973). *Dicionário de linguística*. (F. P. de Barros, G. D. Ferretti, J. R. Schmitz, L. S. Cabral, M. E. L. Salum & Valter Khedi, Trad.). São Paulo, Editora Cultrix.
- Ducrot, O., Todorov, T. (1982). *Dicionário das ciências da linguagem* (6a ed.). (A. J. Massano, J. Afonso, M. Carrilho & M. Font, Trad.). Lisboa, Publicações Dom Quixote. (Obra original publicada em 1972).
- Elia, S. (1978). *Orientações da linguística moderna* (2ª ed., revista e ampliada). (Coleção linguística e filologia). Rio de Janeiro, AO LIVRO TÉCNICO S/A - Indústria e Comércio.
- Fabre, C. B. P. (1990). *Iniciação à linguística*. (T. Verdelho, Trad.). Coimbra, Almedina.
- Faria Hub, I. “O uso da linguagem”. In: Mateus, M. H. M., Brito, A. M., Duarte, I., Frota, S., Matos, G., Oliveira, F., Vigário, M. & Villalva, A. (2003). *Gramática da língua portuguesa* (7a ed.) (coleção universitária - série Linguística). Lisboa, Editorial Caminho. Pp. 55-84.
- Fernandes, G. (2010). *O princípio da cortesia em português europeu*. UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), Editora De Gruyter.

- Fernandes, J. & Ntongo, Z. (2002). *Angola: povos e línguas* (Coleção Ensaio/Língua e Cultura). Luanda, Editorial Nzila.
- Fonseca, J. (1994). *Pragmática linguística: introdução, teoria e descrição do português* (Coleção Linguística). Porto, Porto Editora.
- Freitas, O. R., de. (1991). *Princípios de morfologia* (3a ed.). (Coleção linguagem). Rio de Janeiro, Presença Edições.
- Galisson, R. & Coste, D. (1983). *Dicionário de Didáctica das Línguas*. (A. A. Pinto, C. L. dos Santos, E. Verdelho, F. I. Fonseca, J. A. C. Sampaio, M. I. P. Boléo, M. M. A. M. Sampaio & T. Verdelho, Trad.). Fonseca, F. I. (Coord.). Coimbra, Almedina.
- Goffman, E. (1974). *Les rites d'interaction*. Paris, Les Éditions de Minut.
- Gomes, C. M. da S. (2013) “*Mecanismos de atenuação e intensificação no ensino do português língua estrangeira: um estudo de caso*” (dissertação de mestrado). Porto, U. Porto.
- Gonçalves, R. “Mudança linguística e variação no português de São Tomé e Príncipe”. In: Roque, A. C., Seibert G. & Marques V. (eds./coord.) (2012). *Livro de atas: colóquio internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica* (edição digital). Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa (ISTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL), Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). Consultado a 13 de março, 2018, de <https://books.google.pt/books?isbn=989732089X>.
- Gouveia, C. A. M. “Pragmática”. In: Faria, I. H., Pedro, E. R., Duarte, I. & Gouveia, C. A. M. (Org.). (1996). *Introdução à linguística geral portuguesa* (coleção universitária - série Linguística). Lisboa, Editorial Caminho. Pp. 383-419.
- Grice, P. (1975). “Logic and conversation.” In: Cole, P. & Morgan, J. (Orgs.). *Syntaxe and Semantics 3: Speech Acts*. Pp.41-58.
- Hagemeyer, T. “O português em contato em África”. In: Martins A. M. & Carrilho E. (Eds.) (2016). *Manual de linguística portuguesa* (vol. 16). Berlim/Boston, De Gruyter. Pp. 43-67.
- Haugen, E. “Línguas nacionais e internacionais”. In: Hill, A. A. (1974). *Aspectos da linguística moderna* (2a ed.). (A. P. Palácio, M. A. B. de Azevedo & M. A. A. Celani, Trad.). (1974). São Paulo, Cultrix. Pp. 106-116.
- Hilgert, J. G. “A cortesia no monitoramento de problemas de compreensão”. In: Preti, D. (org.) (2008). *Cortesia verbal*. São Paulo, Humanitas. pp. 125-156.
- Huang, Y. (2011). *La pragmatics*. Oxford, University Press.
- Júnior, M. J. (2008). *Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos* (3a ed.). Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- Kempson, R. M. (1980). *Teoria semântica*. (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro, Zahar Editores. (Obra original publicada em 1977).
- Kukanda, Vatomene. (1986). *Notas de Introdução à linguística bantu*. Lubango, Universidade Agostinho Neto. ISCED-Lubango. Departamento de Letras Modernas.
- Laranjeira, P. (1995). *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa* (vol. 64). Lisboa, Universidade Aberta.

- Leech, G. N. (1997). *Princípios de pragmática*. (F. A. Iglesias, Trad.). Universidad de la Rioja, Servicio de Publicaciones. (obra original publicada em 1983).
- Levinson, Stephen, C. (1983). *Pragmatics*. Cambridge University Press.
- Lima, A. M., Martinez B. & Filho J. L. (1987). *Introdução à antropologia cultural* (7ª ed.). Lisboa, Editorial Presença.
- Lima, J. P. de (2006). *Pragmática linguística* (Coleção O Essencial sobre Língua Portuguesa). Lisboa, Editorial Caminho
- Lopes, A. C. M. & Rio-Torto, G. (2007). *Semântica* (coleção O essencial sobre língua portuguesa). Coimbra, Editorial Caminho.
- Lopes, E. (s.d.). *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo, Editora Cultrix.
- Marçalo, M. J. B. M. (1992). *Introdução à linguística funcional*. Lisboa, Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Marquilhas, R. “Mudança linguística”. In: Faria, I. H., Pedro, E. R., Duarte, I. & Gouveia, C. A. M. (org.). (1996). *Introdução à linguística geral portuguesa* (coleção universitária - série Linguística). Lisboa, Editorial Caminho. Pp. 563-589.
- Martinet, A. (1991). *Elementos de linguística geral* (11a ed. portuguesa). (J. M. Barbosa, Trad.). (Coleção Nova universidade). Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora. (Obra original publicada em 1970).
- Martins, N. S. A. (2008). *Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa* (4a ed. revista). São Paulo, Edusp (Editora da Universidade de São Paulo). Consultado a 4 de abril, 2018, de <https://books.google.pt/books?isbn=8531410126>.
- Mateus, M. H. M. & Cardeira, E. (2007). *Norma e variação* (Coleção O Essencial sobre Língua Portuguesa). Lisboa, Editorial Caminho.
- Matos, N., de (2004). *Memórias e trabalhos da minha vida* (Vol. I). Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Mingas, A. A. (2000). *Interferências do kimbundu no português falado em Lwanda*. Luanda, Edições Chá de Caxinde.
- Ministério da Educação (Dgdc). *Dicionário terminológico* (2010). Consultado a 15 de março, 2018, de <http://dt.dgdc.min-edu.pt/>.
- Mota, M. A. C. da. “Línguas em contato”. In: Faria, I. H., Pedro, E. R., Duarte, I. & Gouveia, C. A. M. (org.). (1996). *Introdução à linguística geral portuguesa* (coleção universitária - série Linguística). Lisboa, Editorial Caminho. Pp. 505-549.
- Nunes, C., Sardinha, L. (1999). *Vocabulário: regime preposicional de verbos - exemplificação*. Lisboa, Didáctica Editora.
- Obenga, T. (1985). *Les bantu: peuple et civilisations*. France, Présence Africaine.
- Pedro, E. R., “Interação verbal”. In: Faria, I. H., Pedro, E. R., Duarte, I. & Gouveia, C. A. M. (org.). (1996). *Introdução à linguística geral portuguesa* (coleção universitária - série Linguística). Lisboa, Editorial Caminho. Pp. 449-478.
- Brown, P. & Levinson, S. C. (1987). *Politeness. Some universals in language usage: studies in interactional sociolinguistics*. Cambridge University Press.

- Raposo, E. B. P., Nascimento, M. F. B. do., Mota, M. A. C. da., Segura, L. & Mendes A. (orgs). (2013). *Gramática do português* (vols. I e II). Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Redinha, J. (1975). *Distribuição étnica de Angola*. Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola.
- Rueda A. M. “Una Aproximación al Estudio de los Procedimientos de Intensificación Presentes en el Discurso Periodístico”. In: *Revista Electrónica de Estudios Filológicos* - Nº 17 (julio, 2009). Universidad de Sevilla. Consultado a 22 de abril, 2018, de <http://www.um.es/tonosdigital/znum17/secciones/estudios-10-Intensificadores.htm>.
- Saussure, F. de. (1978). *Curso de linguística geral* (4a ed.). (J. V. Adragão, Trad.). Lisboa, Publicações Dom Quixote. (Obra original publicada em 1971).
- Silva, L. A. da. “Cortesia e formas de tratamento.” In: Preti, D. (org.) (2008). *Cortesia verbal*. São Paulo, Humanitas. Pp. 157-192.
- Silva, A. P. M. da. (2015). *Lexicografia bilingue de especialidade e dicionário português-kimbundu no domínio da saúde* (tese de doutoramento). Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Silva, A. S. da. (1999). *A semântica de deixar: uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical* (coleção textos universitários de ciências sociais e humanas). Braga, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Togoby, K. (1965). *Structure inmanente de la langue française*. Paris, Larousse.
- Trosborg, A. (1995). *Interlanguage Pragmatics. Requests, complaints and apologies*. Berlin, Mouton de Gruyter.
- Ullmann, S. (1964). *Semântica: uma introdução à ciência do significado* (5a ed.). (J. A. O. Mateus, Trad.). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Undolo, M. E. da Silva (2014). *Caraterização da norma do português em Angola* (Tese apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Doutor em Linguística).
- Vilela, M. (1994). *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra, Almedina.
- _____. (1999). *Gramática da língua portuguesa* (2a ed.). Coimbra, Almedina.
- Wheeler, D. & Péllissier, R. (2016). *História de Angola* (6a ed.). (P. G. S. Pereira, Trad.). Lisboa, Edições Tinta-da-china. (Obra original publicada em 2009).
- Zapata, G. & Arturo, C. “Intensificadores fraseológicos en el español coloquial de Medellín”. In: *Revista Virtual Universidade Católica del Norte* - Nº 33 (maio - agosto de 2011). Medellín. Consultado a 22 de abril, 2018, de <http://revistavirtual.ucn.edu.co/>. Pp. 1-19.
- Zau, D. G. D. (2011). *A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização* (tese de doutoramento em letras). Covilhã, UBI (Universidade da Beira Interior).

Obras para a extração do corpus

- Rui, M. (1991). *Crónica de um mujimbo*. Lisboa, Edições Cotovia.
- Vieira, J. L. (2004). *Luuanda*. Luanda, Editorial Nzila. Lisboa, Editorial Caminho.

_____. (2006). *Velhas Estórias*. Luanda, Editorial Nzila. Lisboa, Editorial Caminho.

Xito, U. (1988). *Manana*. Rio Tinto, Edições Asa.